



Instituto Politécnico  
de Castelo Branco  
Escola Superior  
de Educação

# **Necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB em Portugal**

Nilce Maria Ramos Évora

## **Orientadora**

Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Helena de Pedro Mesquita, Professora Adjunta da Unidade Técnico-Científica de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

**Novembro de 2019**



## **Composição do júri**

Presidente do júri: Professora Doutora Maria José Pinto Infante Lopes Pereira;

Arguente: Professor Doutor Paulo José Martins Afonso;

Orientadora: Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita.



## **Dedicatória**

Dedico este estudo de investigação às pessoas mais importantes da minha vida: aos meus pais, ao meu companheiro, aos meus irmãos e a minha filha Nídia Maria, a minha grande fonte de motivação e inspiração.



## Agradecimentos

Findo este trabalho, deixo um agradecimento especial:

À minha orientadora científica PROFESSORA DOUTORA MARIA HELENA FERREIRA DE PEDRO MESQUITA, pelo conhecimento que me transmitiu, pelo apoio indiscutível, pela orientação, pelos desafios, pela sua disponibilidade, amizade, paciência, conforto, incentivo e rigor. Pelos saberes construídos nos nossos encontros presenciais e virtuais. Foi graças a ela que nós conquistamos com sucesso mais uma etapa das nossas vidas. Agradeço especialmente todos os docentes do Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo-Motor pela dedicação e contributo científico, que contribuíram para hoje estar aqui.

A todos os professores e colegas do Mestrado, que proporcionaram momentos de troca de saberes, de experiências e aprendizagens.

Às famílias dos alunos, sem as quais este trabalho não teria sido possível, pela disponibilidade manifestada na efetivação deste estudo. Ao Diretor do Agrupamento de Escolas pela autorização e disponibilidade na ajuda da seleção da amostra e na concretização desta investigação, uma vez que sem a mesma não teria sido possível realizá-lo. A todos os coordenadores das escolas onde decorreu o estudo e por terem facilitado a sua realização.

Ao meu companheiro Ulisses Duarte, pelo apoio nos momentos de incertezas, pelo carinho, incentivo, confiança, persistência, tolerância e compreensão, e por estar a meu lado ao longo da realização deste sonho académico. E por me ter ajudado a acreditar que conseguia. À minha filha pelo amor e pelo tempo que não lhe dediquei.

Um obrigado muito especial à minha amiga, Lendy Lopes, a Gerson Lima e à filha Jéssica de Castelo Branco, por todo o apoio prestado, pela sua paciência e disponibilidade em cuidar da minha filha nas horas da minha ausência.

Ao meu cunhado Filomeno Duarte, ao tio Nicolau e sua esposa, ao Sr. Lito Spencer do AMP pelo apoio dispensado e incentivo.

Aos meus irmãos, especialmente a minha irmã, Noémia e ao meu cunhado, Hamilton pelo apoio incondicional expresso, pela hospitalidade e encorajamento.

Aos meus Pais, por me ensinarem a lutar pelos meus sonhos e nunca desistir nem baixar os braços em momentos menos bons.

Por último, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma ou de outra me apoiaram e acreditaram que este trabalho seria concretizável.

A todos o meu muito obrigada!



## Resumo

A presente investigação pretende identificar os tipos de necessidades mais frequentes das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal, identificar os tipos de necessidades prioritárias para estas famílias e por fim analisar de que forma as características das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB em Portugal se relacionam com as suas necessidades.

Teve por objetivo geral conhecer as principais necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.º CEB incluídas num agrupamento de escolas da Amadora. Neste estudo descritivo e exploratório, participaram 6 famílias cabo-verdianas. A nossa investigação trata-se de um estudo de caso, tendo sido utilizados como instrumentos de recolha de dados dois questionários destinados aos pais e ou encarregados de educação das crianças com NEE, de um Agrupamento de Escolas, da Amadora, um questionário sobre as necessidades das famílias, desenvolvido por Bailey e Simeonsson (1988) e adaptado à realidade portuguesa, por Pereira (1996) e uma Ficha de Caracterização da Criança e dos seus Pais.

Os resultados mostram que quase todas as categorias de necessidades são frequentes nas famílias. Selecionaram preferencialmente a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda que incidiu sobre as Necessidades de Informação com 28 respostas; Necessidades de Apoio com 26 respostas; Necessidades Financeiras com 15 respostas; Serviços da comunidade com 14 respostas e Explicar aos Outros com 12 respostas.

A análise dos resultados obtidos revelou ainda que as 10 maiores necessidades prioritárias, dividem-se por quatro categorias de necessidades: Necessidades de Informação, com 4 itens, Necessidades de Apoio, com 3 itens, Necessidades Financeiras, com 2 itens e Serviços da Comunidade com 1 item.

Tendo em conta a relação entre as características das famílias do estudo (composição do agregado familiar, situação familiar, situação laboral e idade dos pais) com as diferentes categorias das necessidades (necessidades de informação, necessidades de apoio, explicar aos outros, serviços da comunidade, necessidades financeiras e funcionamento da vida familiar) constata-se também que independentemente das características dos agregados familiares inquiridos, existiu muita concordância na escolha das opções de respostas. Logo, constatamos que o tipo de necessidades preferencialmente escolhidas pelas famílias do estudo nem sempre foi influenciado pelas suas características.

## Palavras-chave

Criança com NEE; Família; Inclusão; Necessidades das famílias;



## **Abstract**

This research aims to identify the most frequent types of needs of Cape Verdean families of children with SEN included in the 1st ECB in Portugal, to identify the types of priority needs for these families and finally to analyze how the characteristics of Cape Verdean families of children with SEN in the 1st ECB in Portugal relate to their needs.

Its general objective was to know the main needs of Cape Verdean families of children with SEN in the 1st CEB included in a cluster of schools in Amadora. In this descriptive and exploratory study, 6 Cape Verdean families participated. Our research is a case study. Two questionnaires were used as data collection tools for parents and / or guardians of children with SEN, from a Amadora School Group. Of families, developed by Bailey and Simeonsson (1988) and adapted to the Portuguese reality, by Pereira (1996) and a Characterization Sheet for Children and their Parents.

Results show that almost all categories of needs are frequent in families. They preferably selected answer option 3 - I need this kind of help that focused on Information Needs with 28 answers; Support Needs with 26 answers; Financial Needs with 15 answers; Community Services with 14 Responses and Explain to Others with 12 Responses.

The analysis of the results also revealed that the top 10 priority needs are divided into four categories of needs: Information Needs, 4 items, Support Needs, 3 items, Financial Needs, 2 items and Community Services with 1 item.

Given the relationship between the characteristics of the study families (household composition, family situation, employment status and age of parents) with the different categories of needs (information needs, support needs, explain to others, community services financial needs, and functioning of family life) it is also noted that regardless of the characteristics of the households surveyed, there was much agreement on the choice of response options. Thus, we found that the type of needs preferably chosen by the study families was not always influenced by their characteristics.

## **Key words**

Child with SEN; Family; Inclusion; Household needs;



# Índice geral

## Conteúdo

Composição do júri .....	III
Dedicatória .....	V
Resumo .....	IX
Abstract .....	XI
Índice de gráficos .....	XIX
Índice de Quadros.....	XXI
Lista de tabelas.....	XXIII
Índice de Anexos .....	XXV
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	XXVII
Introdução .....	1
<b>CAPÍTULO I - INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NEE NO ENSINO REGULAR .....</b>	<b>5</b>
1.1. Conceito de Necessidades Educativas Especiais .....	6
1.1.1. Tipos de necessidades educativas especiais .....	8
1.2. Da integração à inclusão.....	10
1.3. A escola inclusiva: Princípios e fundamentos .....	17
<b>CAPÍTULO II - ENVOLVIMENTO PARENTAL NAS CRIANÇAS COM NEE .....</b>	<b>23</b>
2.1. A importância do envolvimento parental no desenvolvimento da criança .....	24
2.1.1. Evolução Histórica do envolvimento parental .....	25
2.2. Envolvimento parental na educação das crianças com NEE .....	26
2.2.1. O Impacto das NEE na família.....	26
2.2.2. Diferentes abordagens do conceito familiar .....	28
2.2.3. Tipologias de famílias.....	30
2.2.4. A família numa perspetiva sistemática .....	33
2.2.5. O papel das famílias de crianças com NEE .....	34
2.2.6. Ciclos de Vida de Criança com NEE e da Família .....	38
2.3. Recursos e Necessidades das Famílias com crianças com NEE .....	40
2.3.1 Recurso das famílias com crianças com NEE .....	40
2.3.2. As principais necessidades das famílias das crianças com NEE ...	42
2.3.3. Avaliação das necessidades das famílias com crianças com NEE .	44

2.3.4. Estudos sobre as necessidades das famílias com crianças com NEE .....	46
<b>CAPÍTULO III - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....</b>	<b>57</b>
3.1. Objetivos e Questões de investigação.....	58
3.2. Opções metodológicas .....	58
3.3. Caraterização .....	59
3.3.1. Caraterização do Agrupamento de escolas .....	59
3.3.2. Caraterização dos pais .....	62
3.3.3. Caraterização das crianças com NEE .....	66
3.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados .....	68
3.4.1. Questionário sobre as Necessidades das Famílias .....	68
3.4.2. Ficha de Caraterização da Família.....	70
3.5. Procedimentos éticos e legais.....	70
3.6. Tratamento de dados .....	71
<b>CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>73</b>
4.1. Tipos de necessidades mais frequentes nas famílias .....	74
4.1.1. Necessidades de Informação .....	75
4.1.2. Necessidades de Apoio .....	77
4.1.3. Necessidades de Explicar a Outros .....	79
4.1.4. Necessidades de Serviços da Comunidade .....	80
4.1.5. Necessidades Financeiras.....	82
4.1.6. Necessidades do Funcionamento da Vida Familiar .....	83
4.1.7. Síntese Global .....	86
4.2. Prioridade das Necessidades .....	88
4.3. Outras Necessidades dos Pais .....	91
4.4. Relação entre as Caraterísticas e as Necessidades dos Pais.....	92
4.4.1. Composição do Agregado Familiar .....	92
4.4.2. Situação Familiar .....	98
4.4.3. Situação Laboral .....	104
4.4.4. Idade dos Pais .....	110
<b>CAPÍTULO V - CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO .....</b>	<b>121</b>
5.1. Reposição dos objetivos do estudo .....	122
5.2. Conclusões.....	122

<b>5.3. Limitações e recomendações .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>133</b>



## **Índice de figuras**

<b>Figura 1 - Sistema Inclusivo Centrado no aluno.....</b>	<b>20</b>
<b>Figura 2 - Componentes principais do modelo de avaliação e intervenção .....</b>	<b>45</b>



## Índice de gráficos

Gráfico 1 – Caraterização dos Pais, em função da dimensão do agregado familiar .....	63
Gráfico 2 – Caraterização dos Pais, em função da dimensão situação familiar .....	64
Gráfico 3 – Caraterização dos pais em função da idade .....	64
Gráfico 4 – Caraterização dos pais em função das habilitações literárias .....	65
Gráfico 5 – Caraterização dos pais em função da situação profissional .....	65
Gráfico 6 – Caraterização do domínio da atividade profissional dos pais .....	66
Gráfico 7 – Necessidades de Informação .....	76
Gráfico 8 – Necessidades de Apoio .....	78
Gráfico 9 – Necessidades de Explicar a Outros .....	80
Gráfico 10 – Necessidades de Serviços da Comunidade .....	81
Gráfico 11 – Necessidades Financeiras .....	83
Gráfico 12 – Necessidades no Funcionamento da Vida Familiar .....	84
Gráfico 13 – Prioridades das Necessidades .....	89



## Índice de Quadros

Quadro 1 – Tipos de Necessidades Educativas Especiais .....	8
Quadro 2 – Da Integração a Inclusão.....	15
Quadro 3 – Responsabilidades dos diferentes intervenientes (Figura de elaboração própria) .....	21
Quadro 4 – Estádios de reação parental a um filho com NEE .....	27
Quadro 5 – Tipos de Famílias .....	33
Quadro 6 – Pais ou encarregados de educação-direitos e deveres .....	37
Quadro 7 – Ciclo de Vida da Família com uma Criança com Necessidades Educativas Especiais .....	39
Quadro 8 – Exemplos de questionários e escalas para identificação das preocupações, prioridades e recursos da família.....	47



## Lista de tabelas

Tabela 1 - Distribuição das crianças com NEE por sexo e idade.....	67
Tabela 2 - Distribuição das crianças com NEE quanto à sua composição face aos irmãos .....	67
Tabela 3 - Principais dificuldades apresentadas pelas crianças com NEE.....	67
Tabela 4 - Necessidades de Informação.....	75
Tabela 5 - Necessidades de Apoio .....	77
Tabela 6 - Necessidades de Explicar a Outros.....	79
Tabela 7 - Necessidades de Serviços da Comunidade .....	80
Tabela 8 - Necessidades Financeiras.....	82
Tabela 9 - Necessidades no Funcionamento Familiar .....	83
Tabela 10 - Análise Global das Necessidades.....	87
Tabela 11 - Prioridade das Necessidades .....	88
Tabela 12 - Prioridades das Necessidades por componente de análise .....	91
Tabela 13 - Necessidades das Famílias não contempladas nos itens do QNF .....	92
Tabela 14 - Relação entre as Necessidades de Informação e a Composição do Agregado Familiar.....	93
Tabela 15 - Relação entre as Necessidades de Apoio e a Composição do Agregado Familiar... ..	94
Tabela 16 - Relação entre as Necessidades de Explicar a Outros e a Composição do Agregado Familiar.....	95
Tabela 17 - Relação entre os Serviços da Comunidade e a Composição do Agregado Familiar .....	96
Tabela 18 - Relação entre as Necessidades Financeiras e a Composição do Agregado familiar .....	97
Tabela 19 - Relação entre o Funcionamento da Vida Familiar e a Composição do Agregado Familiar.....	98
Tabela 20 - Relação entre as Necessidades de Informação e a Situação Familiar.....	99
Tabela 21 - Relação entre as Necessidades de Apoio e a Situação Familiar.....	100
Tabela 22 - Relação entre Explicar a Outros e a Situação Familiar .....	101
Tabela 23 - Relação entre os Serviços da Comunidade e a Situação Familiar .....	102
Tabela 24 - Relação entre as Necessidades Financeiras e a Situação Familiar.....	103
Tabela 25 - Relação entre o Funcionamento da Vida Familiar e a Situação Familiar .....	104
Tabela 26 - Relação entre as Necessidades de Informação e a Situação laboral.....	105
Tabela 27 - Relação entre as Necessidades de Apoio e a Situação Laboral.....	106
Tabela 28 - Relação entre Explicar a Outros e a Situação Laboral .....	107
Tabela 29 - Relação entre Serviços da Comunidade e a Situação laboral.....	108
Tabela 30 - Relação entre Necessidades Financeiras e a Situação Laboral.....	109
Tabela 31 - Relação entre o Funcionamento da Vida Familiar e a Situação Laboral .....	110
Tabela 32 - Relação entre Necessidades de Informação e a Idades dos pais.....	111
Tabela 33 - Relação entre Necessidades de Apoio e a Idade dos pais.....	112
Tabela 34 - Relação entre Explicar a Outros e a Idade dos pais.....	113
Tabela 35 - Relação entre Serviços da Comunidade e a Idade dos pais .....	114
Tabela 36 - Relação entre Necessidades Financeiras e a Idade dos pais .....	115
Tabela 37 - Relação entre o Funcionamento da Vida familiar e a Idade dos pais .....	116



## Índice de Anexos

Anexo A – Questionário sobre as Necessidades das Famílias .....	135
Anexo B – Ficha de caracterização da Família .....	139
Anexo C – Pedido de autorização para realização de investigação .....	145
Anexo D – Consentimento Informado aos Pais .....	147



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

**CEB** – Ciclo de Ensino Básico

**CIF** – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

**DGEBS** – Direção Geral do Ensino Básico e Secundário

**DL** – Decreto-lei

**DM** – Deficiência Mental

**EE** – Educação Especial

**EEE** – Equipas de Ensino Especial

**ER** – Ensino Regular

**ESFIP** – Escala Europeia de Satisfação das Famílias em Intervenção Precoce

**FNS** – Family Needs Survey

**LBSE** – Lei de Bases do Sistema Educativo

**NEE** – Necessidades Educativas Especiais

**PIEEI** – Projeto de Implementação da Educação Especial Integrada

**QNF** – Questionário sobre as Necessidades das Famílias

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## Introdução

A família é o espaço educativo da criança, por excelência, à qual caberá sempre o papel principal na tarefa educativa, pois é junto dela que a criança fará a sua socialização, as suas primeiras aquisições e aprendizagens (Ferro, 2012). Ela transmite, além do sustento biológico, apoios adequados, afetos, padrões, valores e normas de conduta que são adquiridas pela criança durante o desenvolvimento de sua personalidade (Chagas 2017). O envolvimento parental é essencial no desenvolvimento saudável da criança dita normal assim como na criança com NEE.

Perante um diagnóstico ou o nascimento de uma criança com necessidades educativas especiais e /ou uma condição física ou intelectualmente limitada, a família reage de uma determinada forma com essa indesejada notícia. Neste contexto, O'Hara e Levy (1984, citados por Correia, 2008) comparam as reações dos pais perante a informação de que o seu filho é uma criança com NEE às experiências de perda de alguém amado, por morte ou separação. Os pais atravessam também um período de luto pela perda de um filho idealizado, passando por uma sequência de estádios e fases que se integram desde o choque inicial até à aceitação da realidade. Exige-se da família uma reestruturação ou reorganização familiar, por vezes mais rigorosa capaz de transformar o funcionamento e as interações entre todos através da comunicação, um fator imprescindível dentro de uma família.

Os pais precisam de ser apoiados para responder às necessidades do filho especial. Por isso, Correia (2008) refere que o papel dos profissionais constitui uma fonte relevante de apoio no contexto do sistema familiar.

A abordagem sistémica das famílias sugere um conhecimento das famílias pelos técnicos, uma participação ativa dos pais e uma interação entre ambos no processo educativo da criança ou jovem.

Para Turnbull et al. (1984 citado por Pereira 1996), as necessidades sentidas pelos pais podem-se agrupar em sete categorias: económicas; cuidados diários; recreativas; socialização; identidade pessoal; apoio afetivo-emocional e educativas. Por conseguinte Allen (1992, citado por Correia, 2008) identifica possíveis causas de situações de stress vivenciado pelos pais de crianças com NEE: procedimentos médicos complexos; dificuldades financeiras; crise de desânimo/preocupações e cansaço; problema de transporte e gestão de horários de trabalho; cuidados constantes; escassez de tempo para atividades recreativas e lazer; os ciúmes ou rejeições por parte dos irmãos e problemas conjugais.

O presente trabalho é um estudo de caso que segundo Yin (2005), é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente definidos, como é o caso em estudo. Será efetuado com famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB pertencentes a um Agrupamento de Escolas da Amadora, cuja temática é "Necessidades das famílias

cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.º CEB em Portugal”, cujo objetivo geral pretende conhecer as principais necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.º CEB incluídas num agrupamento de escolas já referido.

A preferência deste agrupamento deve-se ao fato de ser o agrupamento de escolas com maior número de estudantes de origem africana da europa e cabo-verdiana em particular.

Por conseguinte, propomos a seguinte problemática: Quais as necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.º CEB incluídas num agrupamento de escolas da Amadora?

Entre as razões que motivaram a escolha desse tema, sublinharam-se o fato de ser emigrante de origem cabo-verdiana residente em Portugal, questões profissionais, pois como professora desejo aprofundar o conhecimento na matéria, ambiciono conhecer as principais necessidades vividas pelas famílias cabo-verdianas de crianças com NEE em Portugal e propor estratégias no sentido de minimizá-las.

A amostra que segundo C. Coutinho (2003), é conjunto de sujeitos de quem se recolherá os dados, será composta pelas famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB do agrupamento de escolas da Amadora com a finalidade de analisar as suas opiniões sobre o tema em questão.

A seleção dos sujeitos, como refere Quivy (2008), será feita em função dos objetivos da pesquisa, ou seja, todas as escolas básicas que pertencem ao agrupamento de escolas da Amadora.

Com a realização deste trabalho procurámos contribuir para a obtenção de um conhecimento mais aprofundado das opiniões das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB em Portugal sobre as suas necessidades mais frequentes e prioritárias e tendo em conta os resultados, podemos atuar no sentido de atenuar os aspetos menos positivos e promover a socialização dessas famílias com a escola num processo educativo partilhado, contribuindo assim para o progresso educativo dos alunos de origem emigrante cabo-verdiana com NEE no agrupamento de escolas em estudo.

Estudos realizados referem que a identificação das necessidades das famílias é crucial para a determinação de recursos formais e informais, que auxiliarão a satisfação dessas necessidades, bem como à cooperação e relacionamento de confiança com os recursos identificados. As necessidades familiares podem influenciar positivamente ou negativamente todo o processo de desenvolvimento e educativo das crianças. (Dunst, 1994; Bruder & Dunst 2002; Varanda, 2011, citados por Carmo, 2004; Simões, 2010; Passos 2014).

Consideramos que este é um tema extremamente importante quer a nível científico, quer a nível social, para compreender e desenvolver o trabalho com as famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB em Portugal e apoiar na

resolução das mesmas, favorecendo o progresso e a qualidade de vida das famílias e das crianças especiais.

O estudo encontra-se organizado estruturalmente em cinco capítulos.

Os dois primeiros capítulos são dedicados ao enquadramento teórico: no capítulo I abordamos aspetos relacionados com a Inclusão das crianças com NEE no ensino regular; no capítulo II centramo-nos no envolvimento parental focando a sua importância na educação das crianças com NEE, bem como nos recursos e necessidades destas famílias.

No terceiro capítulo, referimos qual a metodologia utilizada, apontando as questões e objetivos que orientaram este trabalho e apresentamos os instrumentos de recolha de dados.

De seguida, no quarto capítulo, procedemos à apresentação e discussão dos resultados.

Por último, dispomos as conclusões, assim como as limitações de estudo e recomendações. Finalizamos com a bibliografia consultada ao longo deste trabalho e, ainda, os anexos.



## **CAPÍTULO I - INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NEE NO ENSINO REGULAR**

## 1.1. Conceito de Necessidades Educativas Especiais

O conceito de **Necessidades Educativas Especiais (NEE)**, foi introduzido pela primeira vez no Reino Unido em 1978 pelo célebre relatório Warnock Report, revolucionando a intervenção educativa de crianças com problemas. Este relatório refere que ter NEE prevê a necessidade de um complemento diferente do prestado, atendendo às características e especificidades de cada aluno e potenciando o seu desenvolvimento e autonomia. Ainda considera que uma criança necessita de educação especial se tiver alguma necessidade de aprendizagem que exija uma medida educativa especial.

Brennan (1988, citado por Correia, 1999, p. 36) refere que:

Há uma necessidade educativa especial quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas) afeta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade educativa pode classificar-se de ligeira a severa e pode ser permanente ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento do aluno.

De acordo com Ferreira (2013) a terminologia NEE tem como filosofia base a inclusão, abrangendo ideais fundamentados na igualdade de direitos, apoiando a não discriminação baseada na raça, ideais religiosos, opinião, características intelectuais, sensoriais, físicas e socioeconómicas, de todas as crianças e adolescentes abrangidos pela idade escolar.

O conceito de NEE surge quando as dificuldades de aprendizagem da criança são superiores à maioria parte dos educandos da sua idade, ou tem uma incapacidade que a impede de usar ou lhe dificulta a utilização das instalações educativas usadas pelos seus companheiros.

Na Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) o conceito de NEE é retomado e redefinido de forma mais abrangente. Refere-se que as necessidades educativas especiais abrangem todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares que surgem em determinado momento da escolaridade. Compete à escola, através de uma pedagogia centrada na criança, educar com sucesso todas as crianças e jovens, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves. Nesta definição estão incluídas as crianças/jovens com deficiência ou sobredotadas, crianças/jovens de rua ou que trabalham, crianças/jovens de terras remotas ou nómadas, crianças/jovens de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças/jovens de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Em complemento, Correia (2008) referencia que a conceção de NEE está aliada a situações de dificuldades ao nível da socialização, físicas, intelectuais, do foro

emocional e dificuldades na aprendizagem, resultantes de fatores orgânicos ou ambientais.

O conceito torna-se assim mais abrangente, uma vez que engloba todas as crianças e adolescentes que expressam dificuldades significativas em acompanhar o currículo normal instituído nas escolas, precisando de adequações curriculares de acordo com as suas problemáticas (Correia, 1997). Portanto, as crianças que não conseguem acompanhar o currículo normal precisam que se efetuem adaptações curriculares, mais ou menos generalizadas, à sua problemática, ficando a escola responsável por assegurar respostas adequadas às suas necessidades, de forma a minimizar as limitações dos alunos. Neste sentido, Correia (2008) refere que os alunos com NEE são aqueles: cujas características, capacidades e necessidades obrigam muitas vezes a que a escola se organize no sentido de melhor poder elaborar respostas educativas eficazes que façam com que eles venham a experimentar o sucesso.

O conceito de NEE, baseado em critérios pedagógicos e não clínicos, foi introduzido no sistema educativo português pelo Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto. Através deste decreto foi permitido que as escolas passassem a dispor de um suporte legal para organizar o seu funcionamento no que diz respeito aos alunos com NEE. Constituiu como um marco decisivo na garantia do direito de frequência das escolas regulares de alunos que até ao momento, eram educados em ambientes segregados.

É com o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, que o Ministério da Educação português redefine o conceito de NEE, assente na Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), considera que as NEE são aquelas que resultam de:

(...) limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial do funcionamento biopsicosocial (D.L. 3/2008, p. 155).

Mesquita (2002) afirma que este decreto de lei visa a criação de condições para a adequação do processo educativo às NEE dos alunos com deficiências ou incapacidades. Assim ficam excluídas todas as NEE de carácter temporário, o que significa que a maioria dos indivíduos não fica abrangida por este novo conceito.

Quanto ao Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de Julho é para todos os alunos, isto é, abandona os sistemas de categorização de alunos, incluindo as NEE, abandona o modelo de legislação especial para alunos especiais. “Procura-se garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo” (p. 2919).

### 1.1.1. Tipos de necessidades educativas especiais

Os alunos com NEE são os que manifestam precocidade ou atraso na aquisição dos conteúdos curriculares relativamente aos colegas da mesma faixa etária e, que, por esse motivo, necessitam que a escola se adapte às suas características e lhes proporcione experiências simplificadoras da aprendizagem e de uma crescente autonomia. Estes alunos podem necessitar de apoio de serviços de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e sócio emocional. A tipologia das NEE pode variar quanto à Severidade e Incidência.

Correia (2008) defende que as NEE podem ser distinguidas em dois grandes tipos:

- As temporárias (entre as quais se incluem problemas ligeiros ao nível do desenvolvimento motor, percetivo, linguístico e socio emocional, bem como problemas ligeiros relacionados com a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo);

- As de carácter permanente (as quais obrigam a que se proceda a uma adaptação generalizada do currículo segundo as características apresentadas e onde se incluem desordens de carácter intelectual, sensorial, emocional, motor, processológico, autismo, traumatismo craniano, bem como outros problemas de saúde).

<b>NEE</b>	
<b>Significativas/Permanente</b>	<b>Ligeiras/Temporárias</b>
Exigem adaptações generalizadas do currículo, adaptando-o às características do aluno. As adaptações mantêm-se durante grande parte ou todo o percurso escolar do aluno.	Exigem modificação parcial do currículo escolar, adaptando-o às características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento.

**Quadro 1** - Tipos de Necessidades Educativas Especiais

Fonte: Correia 2008, p. 46.

De acordo com o quadro n.º 1 as Necessidades Educativas Especiais Permanentes exigem adaptações do currículo, adaptando-o às características do aluno, mantendo-as durante grande parte ou todo o percurso escolar do aluno.

As Necessidades Educativas Temporárias exigem modificação parcial do currículo escolar, adaptando-o às características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento.

Conforme Correia (2008) as Necessidades Educativas Especiais podem ser de:

**Carácter intelectual:** enquadram-se neste grupo crianças e adolescentes com deficiência mental/problemas intelectuais que manifestam problemas globais de aprendizagem, quer ela seja académica ou social.

**Carácter processológico:** abrange crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem relacionadas essencialmente com a receção, organização e expressão de informação. Caracteriza-se, em geral, por uma discrepância acentuada entre o potencial estimado do indivíduo (inteligência na média ou acima média) e a sua realização escolar que é abaixo da média numa ou mais áreas escolares, mas nunca em todas, como é o caso da deficiência mental.

**Carácter emocional:** neste grupo encontram-se todos os alunos com perturbações emocionais ou comportamentais graves (ex: psicoses) que põem em causa quer o seu sucesso escolar quer, mesmo, a sua segurança e a daqueles que os rodeiam.

**Carácter físico e de saúde:** esta categoria engloba crianças e adolescentes cujas capacidades físicas foram alteradas por um problema de origem orgânica ou ambiental, que lhes provocou incapacidades do tipo manual e/ou de mobilidade. As categorias mais comuns deste grupo são a paralisia cerebral, a espinha bífida, a distrofia muscular, amputações, poliomielite e acidentes que afectam os movimentos de um indivíduo.

**Carácter sensorial:** neste grupo incluem-se, principalmente, crianças e adolescentes cujas capacidades visuais ou auditivas estão afectadas. Quanto aos problemas de visão podemos considerar duas subcategorias: os cegos (não lhes é possível ler, e por isso utilizam o sistema Braille) e os amblíopes (são capazes de ler dependendo do tamanho das letras). Relativamente aos problemas de audição, também eles se dividem em duas subcategorias: os surdos (cuja perda auditiva é maior ou igual a 90 decibéis, requerendo qualquer tipo de comunicação alternativa, como por exemplo, a língua gestual) e os hipoacústicos (cuja perda auditiva se situa entre os 26 e os 89 decibéis, requerendo qualquer tipo de aparelho de amplificação para facilitar a audição).

**Outros:** para além destes grupos podemos ainda indicar as crianças e adolescentes com problemas de saúde que podem estar na origem de dificuldades de aprendizagem - diabetes, asma, hemofilia, cancro, SIDA, epilepsia, desordem por défice de atenção/hiperatividade, alunos com problemas provocados por traumatismo craniano e os autistas.

## 1.2. Da integração à inclusão

Até ao século XVI as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade. Rebelo (2011) refere que até ao século XVI, os valores socioculturais defendiam a segregação, e a exclusão da sociedade, das pessoas que manifestavam comportamentos diferentes ou apresentavam características físicas e mentais divergentes daqueles que eram socialmente aceites. A partir do século XVII, com o renascimento cultural e o movimento humanista, surgiram algumas instituições, para dar resposta as pessoas com deficiências sensoriais.

Segundo Correia (1997) inicia-se assim o período de segregação, que:

consiste agora em separar e isolar estas crianças do grupo principal e maioritário da sociedade. (...) começam a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência. (p. 13).

A consequência deste tipo de atitude revelou-se numa discriminação comportamental: separa-se o deficiente, discriminando-o e segregando-o.

Em Portugal graças a iniciativas religiosas e de caridade, no século XVIII apareceram as primeiras instituições para cegos e surdos (Rosa, 2010). Pode-se considerar que a Educação Especial enquanto preocupação social surgiu nessa época (Bautista, 1997 citado por Rosa, 2010).

Também no princípio do séc. XIX surgiram as escolas especiais para deficientes sensoriais e deficientes mentais, entre outros no sentido de lhes garantir assistência, mas ainda não numa perspetiva educacional (Rosa, 2010; Rebelo, 2011).

Ainda os mesmos autores mencionam que as investigações levadas a cabo por Binet e Simon centradas nos testes de inteligência, possibilitaram a identificação de crianças “mentalmente atrasadas”. Binet criou um método ou instrumento para poder afastar da escola regular os mais fracos e os mais atrasados. Correia (1999) menciona também os trabalhos desenvolvidos por Galton, para medir e avaliar a capacidade intelectual a partir da observação sistematizada do desempenho dos indivíduos, em tarefas de natureza sensório-motora.

Após a avaliação médica e psicológica, as crianças eram encaminhadas para as instituições de acordo com o tipo de deficiência. Apesar de as crianças com deficiência não fossem obrigadas a frequentar a escola, começaram a ser rastreadas no sentido de lhe ser dado atendimento (Bautista, 1997; Madureira e Leite, 2003 citados por Rosa, 2010).

A comunidade científica acreditava que, com este procedimento, proporcionava um melhor serviço às crianças com deficiência pois protegia-as das normais. Neste período, as escolas especiais proliferam e diferenciam-se em função das diversas etiologias: cegos, surdos, deficientes mentais, paralisias cerebrais, espinhas bífidas, caracteriais, dificuldades de aprendizagem, etc (Rebelo, 2011).

As crianças com deficiência passam a ter direito à educação especial, mas separados dos outros alunos, surgindo o paradigma segregativo na escola. Assim, existia uma instituição especializada, com uma pedagogia diferente, uma educação especial, cuja intervenção decorria de um diagnóstico médico-psico-pedagógico (Medeiros 2012).

A Educação Especial nas escolas regulares, segundo Correia (1997) surge da necessidade de separar as crianças rotuladas de atrasadas, e que eram marginalizadas nas classes regulares, colocando-as em classes especiais.

Na década de 60 o atendimento educativo segregativo começou a ser contestado, nomeadamente nos países escandinavos. A mudança de mentalidades desta época trouxe a propagação dos conceitos de igualdade e justiça, tendo a atitude de passividade das famílias sido transformada num maior empenho na luta pelos seus direitos (Correia, 1999).

Para Medeiros (2012) já no século XIX, a deficiência passou a ser percebida sob a ótica científica, onde se entendeu que poderia ser possível de tratamento, evitada ou controlada. Nesse contexto, prevaleceu o tratamento médico, hospitalar e as pesquisas genéticas que junto aos avanços tecnológicos começaram pouco a pouco a modificar a antiga visão das sociedades.

Em 1959, surge na Dinamarca um movimento impulsionado pelas associações de pais contra as escolas especiais que deram o impulso para o nascimento de uma nova era, a era da escola inclusiva (Rebelo, 2011).

A Dinamarca foi o primeiro país a incluir na sua legislação o conceito de normalização entendido como “a possibilidade de o deficiente mental desenvolver um tipo de vida tão normal quanto possível” (Bank Mikkelsen in Bautista, 1997, p.24 citado por Rebelo 2011). As primeiras definições de normalização segundo Madureira e Leite (2003) referem-se especificamente aos resultados que se podem alcançar integrando deficientes mentais em situações de vida quotidiana natural.

O princípio de normalização não só implica promover um ambiente o menos restrito e o mais normalizado possível, como também desenvolver um atendimento educativo individualizado, adaptado às características e particularidades de cada aluno (Correia, 1999; Correia, 2008). Posteriormente, este conceito expandiu-se por toda a Europa e América do Norte.

Esse ambiente o menos restrito e o mais normalizado possível era, sem dúvida, a sala regular. Rebelo (2011) considera ainda que seria da competência da rede pública assegurar a educação escolar destas crianças através da utilização de um plano educativo individual que deveria acompanhar a criança ao longo de toda a escolaridade obrigatória. Tal facto conduzirá uma reestruturação dos serviços educativos (Correia, 2008; Rosa, 2010).

Em termos históricos na segunda metade do século XX, as pessoas com necessidades especiais começaram lentamente, a serem considerados como

indivíduos que deveriam ter acesso a todos os serviços e benefícios que os demais cidadãos tinham. O atendimento educacional segregativo, começa a ser questionado. Surge então o processo de integração que objetiva inserir o educando com deficiência na escola regular (Medeiros 2012). O papel exclusivo do diagnóstico médico-psicológico dado para avaliar as crianças com deficiência, foi contestado e substituído pelo da valorização educacional como forma de mudança e integração da criança com deficiência na escola regular e na sociedade.

A Educação Especial passa, assim, neste século, por grandes reestruturações, como consequência das enormes agitações sociais, de uma revisão gradual da teoria educativa e de uma série de decisões legais históricas que assentam num pressuposto simples: a escola está à disposição de todas as crianças em igualdade de condições e é obrigação da comunidade proporcionar-lhes um programa público e gratuito de educação adequado às suas necessidades (Correia, 1997, p.14). Dá-se, assim, um passo rumo à integração dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.

De acordo com Correia (1999) o termo integração surgiu do conceito de “normalização”, ou seja, um conceito relacionado com um meio o menos restritivo possível.

Correia (1992, citado por Correia, 1999), define “integração” como sendo um conceito que pretende, sempre que possível, a colocação da criança com NEE, junto da criança dita “normal”, para fins académicos e sociais, e em “meios o menos restrito possível”. A integração reflete assim uma nova política na educação, entendida como o atendimento educativo específico, que é disponibilizado às crianças e adolescentes com NEE (Correia, 1997). Dá-se, assim, um passo rumo à integração dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.

No entanto, não existia a preocupação com a adaptação do aluno com necessidades especiais ao sistema escolar, a escola não modificou seu currículo, metodologia, avaliação para poder acompanhar o aluno especial, pelo contrário, o educando era quem precisava-se adequar à escola (Medeiros, 2012).

Por conseguinte o conceito de integração começou a demonstrar algumas fragilidades, pois apesar de ser reconhecido aos educandos com incapacidades, o direito de frequentar a escola em igualdade de direitos e deveres, na prática as escolas evidenciavam lacunas na resposta especializada, que muitas vezes refletiam-se numa integração somente física, sem respostas educativas adequadas.

O sistema integrativo passou a ser muito debatido, especialmente pelos objetivos que se sugere: integrar o aluno à escola regular e este participando da intervenção na sala de apoio. A esse respeito Silva (2009) realça que após o diagnóstico médico ou psicológico o apoio decorria em salas próprias para efeito. Era apreciado de forma a não provocar qualquer perturbação na turma do ensino regular, nomeadamente porque a permanência destes alunos na escola não causava mudanças a nível do currículo, nem a nível das estratégias pedagógicas utilizadas.

Consequentemente apenas um número muito reduzido de alunos permanecia na escola regular. Não demorou muito e algumas entidades da sociedade passaram a defender ideias relacionadas a plena participação numa sociedade “de” e “para” todos. Assim essas discussões trouxeram para o seio da escola a proposta dela acompanhar os alunos em sua individualidade e necessidades educativas especiais de cada um (Silva, 2009).

Em 1986, os defensores dos direitos dos alunos com NEE, os pais dos alunos com NEE severas e o reconhecimento público de que a escola não estava a proporcionar as respostas educativas necessárias a estes alunos, forçaram a reestruturação do sistema educativo (Correia, 2008).

O Relatório Warnock, anunciado, em 1978, pela Secretaria de Estado para a Educação e Ciência do Reino Unido, refere a integração como sendo mais do que colocar no mesmo espaço crianças deficientes e não deficientes. A pessoa com deficiência deve ser parte integrante do grupo e da comunidade (Rosa, 2010). Contudo, não é suficiente que um aluno esteja fisicamente numa escola de ensino regular ou numa turma o maior tempo possível para que o mesmo esteja integrado. Esse deve partilhar as atividades desenvolvidas pelo grupo. Pois uma verdadeira integração significa uma participação efetiva nas tarefas escolares, proporcionando à criança uma educação diferenciada, com adaptações curriculares e apoios específicos para cada caso.

Segundo Correia (2008), a integração envolve três facetas. A primeira é a integração física, que implica que os alunos com deficiência podem estar nas escolas regulares de ensino, embora isso possa significar a existência de um sistema dentro de outro, sem qualquer troca social e académica entre os dois. A segunda é a integração social, que preconiza que, apesar de os alunos com NEE beneficiarem de um ensino especializado à parte no que respeita às áreas académicas, os mesmos deverão juntar-se aos seus colegas sem NEE em áreas específicas, como, por exemplo, a educação física, as expressões artísticas ou em situações de cariz mais social, (os recreios, as refeições e os passeios escolares). A terceira fase, a integração académica, reconhece que os alunos com problemáticas ligeiras podem frequentar aulas de ensino regular e atingir o sucesso.

No que se refere ao contexto português, não obstante de se terem publicado a partir 1973/74 importantes decretos legais, que falavam na integração de crianças e jovens com deficiência, assumiram, pela primeira vez, a sua educação. Entretanto, foi a Lei de Bases do Sistema Educativo Português n.º 46/86, de 1986, que consagrou princípios básicos à Educação Especial Português, bem como a unificação de princípios e objetivos educativos fundamentais, relativos ao ato educativo em geral. O mesmo decreto-lei assegurou o suporte legal à integração em classes regulares das crianças com necessidades educativas específicas, particularmente as deficiências físicas e mentais, sendo da responsabilidade do estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no

acesso e sucesso escolares. Ainda com o referido decreto foram criadas as Equipas de Ensino Especial (EEE), onde se estabeleciam serviços de educação especial a nível local abrangendo todo o sistema de educação e ensino não superior. Contudo, a regulamentação destes aspetos só veio a acontecer em 1990, com o Decreto-Lei n.º35/90 de 25 de janeiro, que defendia a escolaridade obrigatória a todas as crianças e jovens, incluindo as portadoras de deficiências graves e profundas.

Até 1990, aquando da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, considerava-se que a criança com NEE é que se devia adaptar ao currículo e não o contrário, e nisto consiste a diferença entre os conceitos de integração e inclusão. Nem sempre a educação de crianças com NEE esteve centralizada na adaptação do currículo às suas necessidades.

O documento mais significativo da integração em Portugal foi o DL 319/91, de 23 de Agosto (Silva, 2009). Foi de extrema importância, uma vez que responsabilizava diretamente a escola regular pela educação de todos e regulamentava a educação especial, de forma a retificar a falha legislativa sentida na Educação Especial.

A Declaração de Salamanca, foi o documento que mais decisivamente e visivelmente contribuiu para impulsionar a educação inclusiva. Em 1994 com a proclamação desta declaração ficaram definidos os princípios, as políticas e as práticas na área das NEE, preconizando como essencial a educação de todos os sujeitos em escolas regulares com base em práticas e orientações inclusivas, atingindo a educação para todos. Defende-se a inclusão mesmo daqueles com NEE severas, independentemente dos seus níveis académicos e sociais.

No âmbito da orientação inclusiva, as escolas regulares são:

Os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; para além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (UNESCO, 1994, p.9).

Por conseguinte, através do Despacho 105/97, publicado em 1 de Julho subscreveu-se esta orientação evidentemente inclusiva para a educação portuguesa. Uma alteração foi a substituição do apoio direto ao aluno por parte do professor de apoio, dirigindo este a sua ação à escola, ao professor, ao aluno, à família, à organização e gestão dos recursos e medidas diferenciadas.

Como resultado, o princípio da inclusão passou a substituir o de integração, para que as crianças com qualquer necessidade educativa especial se sintam parte ativa na escola e na sociedade. E pouco a pouco a predominância deixou de ser “integrar” alunos com NEE no ensino regular, investindo antes na reforma das escolas, para receber todos os alunos independentemente das suas características individuais e necessidades específicas, de modo a que todos fizessem parte de um meio o menos

restritivo possível. Assim sendo, as classes regulares passam a ser um lugar onde predomina a diversidade, a diferenciação e a heterogeneidade (Cardoso, 2011).

Correia (2001) diferencia a integração da inclusão, referindo que a integração se concentra num grupo específico de alunos, os alunos com NEE, e a inclusão se centra em todos os alunos do grupo/turma e na sua aprendizagem, com uma cultura de sala de aula e de escola, o que obriga à sua reorganização e à reestruturação do currículo. O mesmo autor faz uma síntese do percurso da integração à inclusão:

<b>Da Integração Escolar/Educação Especial</b>	<b>À Inclusão Escolar/Educação Inclusiva</b>
-Da integração física e social	-À integração cognitiva -Ao acesso académico, partilhado com os pares -À cultura da escola e da sala de aula
-Da homogeneidade (aluno médio)	-À diversidade como princípio e fim -Ao objetivo primeiro: desenvolvimento global dos alunos
-Dos alunos com necessidades educativas especiais	-À todos os alunos
-Da entrada de alguém na corrente principal: ser uma parte do todo.	-Fazer parte do todo

Quadro 2 - Da Integração a Inclusão

Fonte: Sanches & Teodoro (2006, citado por Cardoso, 2011, p.16)

Embora o conceito de inclusão possa ser visto como numa linha de continuidade em relação ao de integração, as práticas instituídas pelos dois modelos são opostos. Essa oposição baseia-se no facto de a integração prever que os apoios educativos aos alunos com NEE devem ser dados fora da sala de aula enquanto, no contexto de inclusão, os mesmos alunos beneficiam dos apoios, de forma indireta, na sala de aula e, muito excecionalmente, fora da sala de aula (Correia, 2010).

Correia (2005, p.11) defende que a inclusão é “a inserção total do aluno com NEE, em termos físicos, sociais e académicos nas escolas regulares (...), onde, por direito, deve receber todos os serviços adequados às suas necessidades”. O conceito de inclusão pretende dar a todos os alunos a oportunidade de aprenderem juntos nas escolas regulares das suas residências (Correia 2008).

Estar incluído é muito mais do que uma presença física: “é um sentimento e uma prática mútua de pertença entre a escola e a criança, isto é, o jovem sentir que pertence à escola e a escola sentir que é responsável por ele” (Rodrigues, 2003; p. 95).

Na opinião de Correia (2003):

Quando a criança com NEE é meramente colocada na classe regular sem os serviços de apoio de que necessita e/ou quando se espera que o professor do ensino regular responda a todas as necessidades dessa mesma criança

sem o apoio de especialistas, isto não é inclusão. Nem é educação especial ou ensino regular apropriado – é educação irresponsável. Todos nós devemos estar preparados para denunciar situações em que a criança é “atirada” para a classe regular sem apoios adequados. Infelizmente, em muitas comunidades, alguns administradores estão a tentar promover estes “despejos” chamando-lhes inclusão (p.24).

O conceito de inclusão contempla uma abrangência progressiva, consoante a gravidade das problemáticas, e em que é possível distinguir três níveis: Inclusão total, em que a maioria ou totalidade dos alunos com NEE frequentam a escola regular, para o caso das situações ligeiras e moderadas; Inclusão moderada, em que só um pequeno número de alunos com NEE moderadas ou severas frequenta a escola regular, e que requerem práticas educativas excecionais; Inclusão limitada em que só um número muito reduzido de alunos com NEE severas frequenta a escola (Correia, 1999).

Em 2001 o Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro visava “garantir uma educação de base para todos”, através da reorganização do currículo do ensino básico.

Em 2008 foi proclamado o Decreto-lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, no sentido de dar mais um passo para a escola inclusiva, definindo os apoios especializados a consagrar quer na educação pré-escolar, nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular, cooperativo e solidário. Considerava como objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativos, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento dos estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional.

O combate à discriminação e exclusão social, a participação dos pais, a confidencialidade e o dever de sigilo de toda a comunidade educativa, são os seus princípios orientadores.

Recentemente foi promulgado o Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de Julho, que se aplica aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, às escolas profissionais e aos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário das redes privada, cooperativa e solidária, adiante designados por escolas. Este:

Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa (n.º 1 do Art. 1.º).

Divulga os princípios orientadores da educação inclusiva, os direitos e deveres dos pais/encarregados de educação no exercício do poder paternal e estabelece as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2018 expõe as seguintes linhas de atuação para a inclusão:

1 - As escolas devem incluir nos seus documentos orientadores as linhas de atuação para a criação de uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.

2 - As linhas de atuação para a inclusão vinculam toda a escola a um processo de mudança cultural, organizacional e operacional baseado num modelo de intervenção multinível que reconhece e assume as transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização.

3 - As linhas de atuação para a inclusão devem integrar um contínuo de medidas universais, seletivas e adicionais que respondam à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos.

4 - As escolas devem, ainda, definir indicadores destinados a avaliar a eficácia das medidas referidas no número anterior.

Na opinião de Medeiros (2012) o atual processo inclusivo, o qual a sociedade atualmente vivencia, foi marcado por um percurso histórico difícil e demorado, onde as pessoas especiais foram alvo de sacrifícios, torturas, piedade e por fim, aceites como cidadãos com direitos livres.

As iniciativas tomadas a nível mundial a favor das pessoas com deficiência, têm contribuído para uma nova abordagem do fenómeno da inclusão, fazendo com que as estas pessoas passassem de um ambiente de rejeição/exclusão, para o de segregação, de seguida para um ambiente de integração, e mais recentemente para uma sociedade inclusiva e um processo de inclusão (Ferreira, 2011).

Correia (1997, p.14) afirma que a Educação Especial, e conseqüente o modelo inclusivo, têm sofrido “grandes reformulações, como resultado das enormes convulsões sociais, de uma revisão gradual da teoria educativa e de uma série de decisões legais históricas”, no entanto este modelo ainda carece de muito trabalho e enquadramento prático na escola atual.

### **1.3. A escola inclusiva: Princípios e fundamentos**

Em 1994, a Declaração de Salamanca, realizado pela UNESCO decorrente da Conferencia Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, define um acordo mundial sobre os princípios, a política e a prática da educação das crianças e jovens com NEE, desenvolvendo a abordagem da educação inclusiva de forma a capacitar a escola para atender todas as crianças em função das suas necessidades independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação

com as respetivas comunidades. A Declaração de Salamanca (1994) é o grande referencial de uma escola inclusiva.

Através de um currículo flexível e aberto, fruto do trabalho de uma equipa coordenada, o ensino passou a focar-se no aluno (Rebelo, 2011).

Para Correia (1997):

a escola inclusiva será então aquela que congrega alunos sem necessidades especiais e alunos com necessidades especiais, entendendo-se por necessidades especiais o conjunto de alunos em risco educacional, dotados e sobredotados (talentosos) e com necessidades educativas especiais (p.13).

Este conceito veio eliminar o estigma discriminatório de “deficiente”, como ainda transmitir uma noção mais alargada das NEE, favorecendo uma melhor inclusão de todas as crianças.

A educação inclusiva representa uma importante tomada de consciência dos direitos que todas as crianças têm à educação, como parte integrante e fundamental do seu desenvolvimento pleno como seres humanos (Alves, 2016).

Neste contexto, Medeiros (2012) defende que a educação inclusiva consiste num paradigma que objetiva incluir todos na escola regular, independentemente das suas capacidades ou limitações, garantindo-lhes uma educação de qualidade. Os alunos devem ter o direito de conviver uns com os outros, onde cada um é valorizado em suas particularidades.

Em complementaridade, Silva (2009) afirma que a educação inclusiva “parte do pressuposto que todos os alunos (...) participam e interagem uns com os outros, independentemente das dificuldades (...) que alguns possam evidenciar” (p. 148), ou seja, a escola deve ser um lugar onde se proporcionam aprendizagens significativas baseadas na cooperação e na diferenciação pedagógica.

Portanto, estas escolas além de serem abertas, competentes, democráticas, solidárias também deverão estar adaptadas a todas as necessidades dos alunos quer a nível físico quer a nível humano, devendo existir uma equipa multidisciplinar pré disposta a trabalhar em proveito das crianças tornando-as mais felizes. Assim, uma verdadeira escola inclusiva terá de se adaptar ela mesma à nova realidade, abrindo-se a uma filosofia de respeito pela diferença. Rebelo (2011) defende que a escola inclusiva será, conseqüentemente, aquela onde todas as crianças, com ou sem NEE, desfrutam de oportunidades iguais, ou seja, adequadas a si, não obstante as diferenças culturais ou as limitações físicas e intelectuais.

Rosa (2010) defende que o verdadeiro sentido da inclusão não se efetua apenas pela partilha de espaços comuns. A inclusão pressupõe a interação de crianças e adultos com e sem NEE, sendo a escola um local privilegiado para esta interação social.

A educação inclusiva tem como base um conjunto de princípios enunciados por Correia (2008):

todos os alunos (...) têm o direito a ser educados em ambientes inclusivos; todos os alunos com NEE são capazes de aprender e de contribuir para a sociedade onde estão inseridos; todos os alunos com NEE devem ter oportunidades iguais de acesso a serviços de qualidade que lhes permitam alcançar sucesso; todos os alunos com NEE devem ter acesso a serviços de apoio especializados, quando deles necessitem; todos os alunos com NEE devem ter acesso a um currículo diversificado; todos os alunos com NEE devem ter a oportunidade de trabalhar em grupo e de participar em actividades extra-escolares e em eventos comunitários, sociais e recreativos; todos os alunos, designadamente os com NEE, devem ser ensinados a apreciar as diferenças e similaridades do ser humano (p.16).

A estes princípios, todos centrados nos alunos com NEE, Correia (2008, p.17) apresenta quatro aspetos, que dizem respeito aos intervenientes do sistema inclusivo: a necessidade de colaboração entre os profissionais, os pais e a comunidade em geral; a necessidade de os serviços e apoios especializados serem prestados em sala de aula regular; a necessidade do envolvimento da família e da comunidade no processo educativo e a necessidade de apoios por parte dos serviços locais e regionais para que as escolas se possam reestruturar para atender à diversidade alunos que a frequentam.

Rodrigues (2003) e Correia (2001) realçam que com a escola inclusiva, todos os alunos estão na escola para aprender, participando. Os alunos não estão presentes apenas fisicamente, pertencem à escola e ao grupo e sentem que pertencem à escola, que por sua vez se sente responsável pelos seus alunos (Rodrigues, 2003).

Segundo Kunc (1992 citado por Ferreira 2011):

(...) o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo (p. 27).

Neste âmbito de escola inclusiva, a Educação Especial deve ser percebida como um serviço de apoio especializado, que envolve um conjunto de recursos mobilizados que apoiam no âmbito educacional, terapêutico e psicológico, de modo a auxiliar o desenvolvimento integral dos alunos com NEE, tendo sempre por base as suas características, capacidades e necessidades (Correia, 2008; Correia, 2010).

Correia (1999) acrescenta que as necessidades da criança não devem ser observadas apenas do ponto de vista académico, mas também nos níveis socio-emocional e pessoal, pelo que considera o aluno como um todo influenciado pelo que o rodeia, conforme representado na figura 1.



Figura 1 - Sistema Inclusivo Centrado no aluno

Fonte: Correia, 1999, p.35

Como exposto na figura 1, num sistema inclusivo centrado no aluno, cada elemento que o envolve tem a sua responsabilidade na implementação do sistema educativo. Há que haver um trabalho em conjunto entre o Estado, a escola, a família e a comunidade, permitindo o progresso da criança, proporcionando assim a perfeita inclusão do aluno não apenas na escola, mas também na comunidade. Os contextos inclusivos são decisivos, não devendo apenas passar pelas escolas, mas também pelos restantes sistemas em que a criança vive.

Portanto, a concretização de uma escola inclusiva se assenta numa “perspetiva sistémica”, pois os diversos intervenientes – o Estado, a Comunidade, a Família, a Escola e o Aluno – são também responsáveis no processo educativo e os mesmos devem trabalhar em colaboração e num ambiente propício à partilha (Correia, 2008).

O Estado, a Escola, a Família e a Comunidade, devem assumir um conjunto de responsabilidades, e trabalhar em colaboração, para que se possa conseguir um sistema educativo inclusivo (Quadro 3):

Responsabilidades dos diferentes intervenientes			
Estado	Escola	Família	Comunidade
<p><b>Legislação:</b> tomar as medidas legislativas para a implantação e implementação de um "sistema inclusivo";</p> <p><b>Financiamento:</b> assegurar os recursos humanos e materiais necessários à "inclusão" da criança com NEE;</p> <p><b>Autonomia:</b> permitir à</p>	<p><b>Planificação:</b> proporcionar uma comunicação saudável entre o aluno com NEE, o professor, os pais e a comunidade;</p> <p><b>Sensibilização e apoio:</b> permitir o envolvimento dos pais e da comunidade tendo em vista o desenvolvimento global do aluno com</p>	<p><b>Formação:</b> permitir o desenvolvimento tendo em conta a planificação e programação educacional para o aluno com NEE;</p> <p><b>Participação na escola e na comunidade:</b> estabelecer uma boa comunicação entre pais, professores e</p>	<p><b>Participação:</b> interligar os serviços comunitários e a escola para responderem às necessidades específicas do aluno com NEE e da sua família com vista ao desenvolvimento global do aluno;</p> <p><b>Apoio:</b> criar um conjunto de programas e incentivos que</p>

<p>Escola implementar um "sistema inclusivo" de acordo com a sua realidade;</p> <p><b>Apoio:</b> permitir às instituições de ensino superior propor alternativas de formação que tenham em conta a "filosofia da inclusão";</p> <p><b>Sensibilização:</b> permitir ao público em geral perceber as vantagens de um "sistema inclusivo".</p>	<p>NEE;</p> <p><b>Flexibilidade:</b> aceitar o facto de que nem todos os alunos atingem os objetivos curriculares ao mesmo tempo;</p> <p><b>Formação</b> do professor, do administrador/gestor e de outros técnicos.</p>	<p>agentes comunitários;</p> <p><b>Apoio:</b> favorecer a "inclusão" da criança com NEE na escola e na comunidade.</p>	<p>permitam o aluno com NEE um desenvolvimento socio emocional e pessoal adequado às suas características;</p> <p><b>Sensibilização:</b> sensibilizar para a problemática da inclusão.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 3 - Responsabilidades dos diferentes intervenientes (Figura de elaboração própria)

Fonte: Correia, 2008, pp.10-11

A escola inclusiva não se resume somente ao contexto escolar, mas também aos ambientes naturais da comunidade onde a criança e a família vivem e dos quais advêm as suas rotinas.

O sucesso educativo depende de vários fatores e necessita de condições básicas, tais como o gosto dos professores pelo ensino e a paixão pelo progresso das aprendizagens, esperando-se que transmitam o seu entusiasmo aos alunos levando-os a apaixonar-se, também, pelo que aprendem (Borges, 2011 citado por Alves 2016, pp. 51-52).

Segundo Correia (1999), a filosofia da integração /inclusão exige uma preparação diferente do professor do ensino regular, que deverá assumir uma maior responsabilidade quanto ao ensino de alunos com NEE. Ainda refere que é através das formações que o professor do ensino regular poderá vir adquirir um mínimo de aptidões necessárias para lidar com crianças com NEE, ou seja, o tipo de formação recebida permitirá identificar os casos de risco e intervir apropriadamente, com ou sem apoio do professor de educação especial.

Cabe ao docente de Educação Especial (EE), no âmbito da sua especialidade, apoiar, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão (D-L n.º 54/2018). Portanto, o professor EE, é um professor de apoio e que por isso lhe compete apoiar o professor regular na especificidade da deficiência do aluno com NEE, assim como ajudá-lo a desenvolver estratégias e atividades para apoiar a integração dos alunos com NEE no ensino regular. O professor de EE deve auxiliar o professor de Educação Regular (ER) a resolver problemas e a utilizar as

melhores alternativas para o ensino. Também tem de ser competente para orientar o pessoal da escola a desenvolver expectativas positivas em relação aos alunos com NEE.

Este professor representa um modelo para os seus alunos. Por isso, compete-lhe ter uma intervenção educacional especializada de acordo com as necessidades especiais de cada aluno para o desenvolvimento pleno das suas capacidades, permitindo uma participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Além da competência profissional do professor ele deve ter a sensibilidade de ver o aluno como um ser único com o seu próprio ritmo de aprendizagem.

O Artigo 3.º divulga os seguintes princípios orientadores da educação inclusiva:

- a) Educabilidade universal, a assunção de que todas as crianças e alunos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;
- b) Equidade, a garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento;
- c) Inclusão, o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos;
- d) Personalização, o planeamento educativo centrado no aluno, de modo que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, através de uma abordagem multinível;
- e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às singularidades de cada um;
- f) Autodeterminação, o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do aluno, mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na tomada de decisões;
- g) Envolvimento parental, o direito dos pais ou encarregados de educação à participação e à informação relativamente a todos os aspetos do processo educativo do seu educando;
- h) Interferência mínima, a intervenção técnica e educativa deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação se revele necessária à efetiva promoção do desenvolvimento pessoal e educativo das crianças ou alunos e no respeito pela sua vida privada e familiar (Art. 3.º D-L n.º 54/2018).

## **CAPÍTULO II - ENVOLVIMENTO PARENTAL NAS CRIANÇAS COM NEE**

## 2.1. A importância do envolvimento parental no desenvolvimento da criança

Antunes (2013) afirma que a família é o primeiro ambiente que a criança conhece e dele dependerá a sua personalidade e conduta enquanto ser pertencente à sociedade.

Nesta mesma linha de pensamento Relvas (1996 citado por Chagas 2017) destaca que a família é o primeiro espaço onde a criança se integra e onde vai estruturar a sua personalidade. É o espaço educativo da criança, por excelência, à qual caberá sempre o papel principal na tarefa educativa, pois é junto dela que a criança fará a sua socialização, as suas primeiras aquisições e aprendizagens (Ferro, 2012).

Neste sentido, a família não pode renunciar a importância do seu papel, pois promove o desenvolvimento humano e é a base da estrutura social, sendo imprescindível para a construção da personalidade da criança (Almeida, 2012 citado por Pinho, 2017).

Ao nível da dinâmica e funcionalidade da família, Correia (2008) expõe três modelos teóricos que explicam a importância do envolvimento parental, baseados numa abordagem sistémica da família:

**Abordagem Sistémica da família**, baseado na teoria geral dos sistemas, de Von Bertalanffy (1968), referindo que “todos os sistemas vivos são compostos por um conjunto de elementos interdependentes, isto é, modificações que ocorram num dos elementos podem afectar os restantes” (Correia, 2008, p. 156). “Acontecimentos que afectem qualquer um dos membros da família podem ter impacto em todos os seus membros” (Carter & McGoldrick, 1980, citado por Correia, 2008, p. 156)

**Modelo Transaccional de Sameroff e Chandler (1975)**, que considera a família “como componente essencial do ambiente de crescimento, que influencia e é influenciada pela criança num processo contínuo e dinâmico resultando em aspetos diferenciados em cada momento dessa interação”. (Correia 2008, p. 156).

**Modelo Sistémico de Ecologia do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner**, que vê a família como um sistema abrangido num enquadramento mais alargado de outros sistemas. Os diferentes sistemas sociais e os seus membros são interdependentes, fazendo com que as mudanças num sistema se produzam mudanças nos outros sistemas (Correia, 2008).

Estes modelos teóricos são essências para os profissionais da educação que trabalham com crianças com necessidades educativas especiais, pois vêm demonstrar que não nos devemos apenas centrar na criança, mas também explorá-la no seu contexto familiar e ambiental, como suporte básico para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais de educação com as famílias, de forma a criar um equilíbrio nas interações familiares.

### 2.1.1. Evolução Histórica do envolvimento parental

Turnbull e Summers (1985, citado por Correia, 2008) identificaram nas últimas quatro décadas uma evolução, que iniciou desde a época em que os pais eram vistos como a causa dos problemas dos seus filhos, até assumirem papéis de intervenientes ativos e responsáveis nas questões educacionais dos seus filhos. Por conseguinte os profissionais tiveram que adaptar novas atitudes na forma de atuação dos pais.

Simeonsson e Bailey (1990, citado por Correia e Serrano, 1996) apontam quatro fases na evolução da visão e formas de trabalho com os pais. A primeira fase teve início nos anos 50, os pais tinham um papel passivo, cabendo quase exclusivamente a responsabilidade dos profissionais, nas questões educacionais e terapêuticas das crianças portadoras de deficiência.

A segunda fase ocorreu nos anos 70 e surge devido a uma consciencialização conjunta de pais e dos profissionais da necessidade de uma participação ativa dos pais nos programas educativos dos filhos. Consequentemente aparece a Lei Pública Americana 94-142, que teve repercussões no progressivo envolvimento dos pais no processo educativo dos filhos. Nos Estados Unidos foi criada a primeira lei que enfatizava a importância dos serviços de EE no processo de aprendizagem dos alunos com NEE e em Inglaterra após a publicação do Warnock Report, pela primeira vez foi concedida uma educação pública gratuita e apropriada às necessidades dos indivíduos com NEE, e proporcionada no meio menos restrito possível.

Com a experiência progressiva do envolvimento dos pais, começa a delinear-se uma terceira fase, que vê os pais como co-terapeutas e co-tutores dos seus filhos, isto é, eles poderão continuar o trabalho desenvolvido pelos profissionais (Correia, 2008).

Também, surge a necessidade de ampliar a formação aos pais para que possam contribuir de forma correta nessa nova atuação.

Os anos 80 foram caracterizados pelas práticas centradas na família, nomeadamente nos programas de intervenção precoce, preconizados na Lei Pública Americana 99-457, de 1986. As práticas de intervenção deixam de se centrar exclusivamente na criança para se centrarem na família.

Em Portugal só no princípio da década de 90, é que a política educativa clarifica a responsabilidade da escola regular, face à educação das crianças com NEE, através da promulgação do Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro que defendia a escolaridade obrigatório e gratuita no Ensino Básico, a todas as crianças com deficiências graves e profundas. Bastante importante foi também o Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto que regularizou a integração das crianças com deficiências no ensino regular e concebeu o reconhecimento do papel dos pais na orientação dos seus filhos.

Em 1993 datam as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência e de 1994 a Declaração de Salamanca, que constituiu o grande marco internacional, levado a cabo pela UNESCO, que

proclama os princípios, políticas e práticas na área das NEE. Também consolida o princípio da valorização do papel das famílias e dos pais no sucesso das crianças com NEE.

A publicação do Decreto-lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro reconhece a relevância do envolvimento parental “os pais ou encarregados de educação têm o direito e o dever de participar ativamente (...) em tudo o que se relacione com a EE a prestar ao seu filho...”

Atualmente o Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho, que assegura também o direito e o dever dos pais ou encarregados de educação de participar e cooperar ativamente em tudo o que se relacione com a educação do seu filho ou educando.

## **2.2. Envolvimento parental na educação das crianças com NEE**

### **2.2.1. O Impacto das NEE na família**

Normalmente a notícia de uma gravidez é vista, por parte dos pais, como um momento de felicidade. Mesmo antes do nascimento de um filho, provoca nos pais uma cadeia de expectativas e de investimentos materiais, emocionais e afetivos no seu nascimento, educação e personalidade. Todos os pais imaginam e criam expectativas de como serão os seus filhos, criando no seu imaginário aquilo a que se pode designar o bebé fantasiado ou idealizado totalmente perfeito. No entanto, esta idealização que surge nas mentes dos pais, antes do nascimento do filho, dificilmente tem em conta a presença de qualquer tipo de problema que a criança possa vir a apresentar. Por isso, o diagnóstico ou o nascimento de uma criança com NEE provoca diversas alterações na natureza e dinâmica das interações familiares, sendo necessária uma nova organização por parte da família, com o objetivo de alcançar um melhor ajustamento, adaptação e resposta eficaz às exigências impostas pela criança ao longo do seu desenvolvimento.

Ferreira (2013, p.44) menciona que “a maioria dos pais, quando são confrontados com a realidade de um filho “especial”, vivem momentos particularmente dolorosos e apresentam reações de inconformismo.”

Fiamenghi Jr. e Messa (2007 citado por Pacheco, 2016) referem que as NEE em que as exigências e os desafios são mais estigmatizados têm maior impacto sobre os pais, tornando-se assim, necessário mencionar que o impacto varia conforme a gravidade, desafios e exigências ligadas à problemática, ou seja, quando mais grave é a deficiência mais impacto terá para os pais e familiares.

Nesta perspetiva Chagas (2017) considera que o nascimento de uma criança com NEE provoca um impacto profundo na vida dos progenitores, podendo causar uma enorme inquietação e frustração, assim como criar uma pressão na estrutura e dinâmica da família.

Para Baker (1989, citado por Carvalho, 2011), ninguém se encontra preparado para se tornar pai e, portanto, educador de uma criança com dificuldade de desenvolvimento.

Neste âmbito, O'Hara e Levy (1984, citado por Correia, 2008) comparam as reações dos pais à informação de que o seu filho é uma criança com NEE às experiências de perda de alguém amado, por morte ou separação. Ainda os pais atravessam um período de luto pela perda de um filho "idealizado" que à partida não existe. Este período de luto, pode assim ser encarado como um processo inevitável no caminho à adaptação das novas condições de vida, passando por um conjunto de estádios e fases que integram desde o choque inicial até à aceitação da realidade. Portanto, os pais, até conseguirem alcançar uma atitude positiva, atravessam um percurso com diferentes estádios que vão do choque inicial à aceitação da realidade.

O **quadro 4** dá-nos uma ideia da sequência desses estádios:

<b>Comportamentos Sintomas</b>	<b>Comportamentos do professor</b>	
Vergonha, culpa, Desmotivação, Sobrecompensação, Saltar de médico em médico	Choque/Negação/Pânico	Escutar aceitando, Escutar ativo Trabalhar em conjunto
Projeção da revolta na escola, nos familiares ou parentes, Abuso verbal para com os profissionais	Raiva/Ressentimento	Demonstrar tolerância, Ocupar o pai/mãe, Providenciar tarefas em que a criança tenha sucesso
Adiar a aceitação racional do inevitável, Trabalhar com determinação	Negociação/Exigência	Compreensão empática, Ajudar os pais a aceitar os sentimentos como normais
"Que adianta esforçar-me!" Incapacidade, Tristeza pela perda do filho idealizado	Depressão/Desânimo	Focar os aspetos positivos, Assegurar o sucesso nos momentos educativos Referir o aconselhamento profissional
Perceção de que se pode fazer algo, Adaptações do estilo de vida, Vontade de envolvimento ativo	Aceitação	Apoio por parte de outros pais, Ensinar novas estratégias, Elogiar os pais

Quadro 4 - Estádios de reação parental a um filho com NEE

Fonte: Correia (2008, p. 159).

Depois de ultrapassar esta fase de luto, de choque, rejeição e incredulidade, os pais sentem-se preparados para lutar pelos interesses e necessidades dos seus filhos, aceitando a realidade e procurando dar uma melhor qualidade de vida. A forma como esta adaptação é conquistada e esta crise é superada, depende em muito das características e dos recursos disponíveis da família, bem como do seu meio

envolvente. Por conseguinte, Buscaglia, (1997 citado por Chagas 2017) diz que a eficiência deste processo de adaptação depende dos recursos e das forças da família, das aprendizagens prévias e ainda da condição e severidade da deficiência da criança.

A criança com NEE pode apresentar um grau de incapacidade tão profundo que não lhe permite ter uma vida autónoma e independente. Nestas condições o processo de aceitação da família é muito mais difícil.

São vários os estudos que demonstram níveis altos de stress em pais de crianças portadoras de deficiência e na opinião de Silva e Dessen (2001), os níveis de stress poderão estar relacionados com variáveis internas e externas que influencia direta e indiretamente as interações familiares.

Segundo Allen (1992, citado por Correia, 2008, p. 161), as possíveis causas de situações de stress que os pais de crianças com NEE vivenciam poderão ser:

Tratamentos médicos muito caros, dolorosos e que podem implicar risco de vida, cirurgia, hospitalizações (...);

- ✓ Agravamento das despesas e complicações financeiras, devido à necessidade de alimentação especial ou equipamentos;
- ✓ Crise de desânimo ou preocupação excessiva devido a incidentes graves que podem surgir, (...);
- ✓ Problemas de transporte, de ter alguém que cuida dos outros filhos, dispensa do emprego para acompanhar o filho às consultas e tratamentos;
- ✓ Dificuldades em conseguir alguém que fique com a criança ou de uma colocação educacional adequada;
- ✓ As rotinas tornam-se complicadas e exigem dos pais uma dedicação contínua diurna e noturna;
- ✓ Fadiga constante, falta de sono, pouco tempo livre para atividades recreativas ou de lazer com outros membros da família;
- ✓ Ciúmes ou sentimentos de rejeição por parte dos irmãos (...);
- ✓ Problemas conjugais que podem aparecer de questões financeiras, da fadiga ou divergências na forma como lidam com as NEE do filho, ou ainda ciúme do pai ou mãe face à atenção dada à criança pelo outro cônjuge.

Turnbull & Turnbull (1986 citados por Correia, 2008) afirmam que “o aparecimento de uma criança com NEE no seio de uma família vai afectar as suas funções económicas, domésticas e de saúde, recreativas, de socialização, de afecto, identificação e educacionais/vocacionais” (p.161).

### **2.2.2. Diferentes abordagens do conceito familiar**

A família tem vindo a transformar cada vez mais. Novas formas de família começam a surgir e consequentemente novos conceitos tendem a aparecer simultaneamente.

Alarcão (2000 citado por Branco 2014) refere a existência de muitas definições para o conceito de família, acrescentando que talvez o mais importante seja vê-la como um todo, como uma emergência dos seus elementos, o que a torna una e única.

Inicialmente, a Organização Mundial de Saúde definia o conceito de família como um grupo de pessoas que teriam um certo grau de parentesco por sangue, adoção ou casamento, limitado em geral pelo chefe de família, esposa e filhos solteiros que convivem com eles (Ahumada & Cochoy, 2008 citado por Caniço 2014).

Em 1994, este conceito adquire outras definições quando a OMS pronuncia que o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. E que qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família.

Rodrigues-Lopes (1997 citado por Borges 2015) a família, no sentido sociológico do termo, tem sido confrontada com uma variedade de imagens que torna a definição do conceito confusa no tempo e no espaço.

Também, Quitério (2012 citado por Pinho 2017) realça que definir o conceito de família é um processo difícil, tendo em conta a sua ampla caracterização, o que dificulta a seleção de uma única conceção, negligenciando todas as outras, por poder ser confusa no tempo e no espaço. O autor acrescenta que a conceção de família não se deve limitar à habitação, ressaltando que se deve integrar também no grupo da família todos aqueles que fazem parte de uma rede social próxima, isto é, todos aqueles que se dispõem a dar apoio sempre que necessário.

O conceito de família surge como um grupo social que partilha a mesma residência, a cooperação económica e a procriação. Faz parte deste grupo os adultos de ambos os sexos, que mantêm uma relação sexual socialmente aceite e uma ou mais crianças, biológicas ou adotadas, coabitando com os adultos (Magalhães 2007 citado por Ferreira 2013).

Nesta mesma linha de ideia, Serrano (2007) considera que uma família são duas ou mais pessoas que se consideram como tal e que assumem obrigações, funções e responsabilidades normalmente fundamentais para a vida familiar, tendo como traços distintivos os seguintes: a relação de parentesco, afinidade ou afetividade; a coabitação; e a unidade do orçamento.

Em geral, família é definida nos dicionários como um grupo de pessoas constituído pelos pais e seus filhos que vivem juntos ou não. É a unidade básica da organização social, onde a criança desenvolve e socializa.

Casey (1989, citado por Branco 2014) define a família como “o núcleo doméstico, onde se reúnem um homem e uma mulher, companheiros em igualdade, votados à educação, em sentido lato, da sua prole comum” (p. 53).

Para Giddens (2004 citado por Simões 2010) o conceito de família é abordado como sendo um grupo de pessoas ligadas diretamente pela consanguinidade, no qual os adultos têm a responsabilidade de cuidar e educar as crianças.

Em complementaridade Horton e Hunt (1980 citado por Borges 2015) acrescenta que a família “é um agrupamento de parentesco que se incumbe da criação dos filhos e do atendimento de certas outras necessidades humanas” (p.23).

Uma família tradicional é normalmente formada pelos pais, unidos por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear ou elementar.

Ao longo de décadas o conceito de família tradicional tem vindo a transformar-se, acompanhando as mudanças religiosas, económicas e socioculturais do contexto em que se encontra inserida. Várias mudanças ocorridas na sociedade trouxeram numerosas influências para esta definição. Neste contexto Leandro (2001 citado por Borges 2015 & Antunes 2013) apresenta uma perspetiva evolutiva do conceito de família, assegurando que a família tem sido objeto de profundas transformações, provenientes de diversos aspetos como a economia, a sociedade, a política, a organização do trabalho e do emprego, o jurídico, a cultura a religião e as mentalidades.

O sistema familiar não é estático, transforma-se e vai-se adequando a diferentes situações. Tal como a evolução do relacionamento do casal, o nascimento de um filho, o crescimento do mesmo, acarreta uma mudança em todo o sistema e toda a família deve responder a estas novas situações (Branco 2014).

Por conseguinte a família tem um dinamismo próprio que lhe confere a sua individualidade e a sua autonomia e integra no seu funcionamento influências externas, mas também está sujeita a forças internas possuindo uma capacidade auto-organizativa que lhe dá coerência e consistência (Ferreira 2013, p. 40).

### **2.2.3. Tipologias de famílias**

Atualmente existem uma grande variedade de famílias porque muitas se distanciam da imagem que temos de uma família tradicional, composta pelos pais, unidos por matrimônio ou união de fato, e pelos filhos, formando assim uma família nuclear ou elementar e coabitando todos na mesma casa.

Na opinião de Ferreira (2013) & Simões (2010) de facto, hoje existem muitas crianças que estão a ser educadas noutros contextos familiares, diferente do tradicional: mudança no papel tradicionalmente atribuído à mulher, isto é, famílias onde as mães trabalham fora de casa e que, por isso, compartilham os cuidados dos filhos com terceiros, famílias onde muitos casamentos terminam em divórcio, famílias onde o pai é o principal responsável pelos cuidados básicos prestados às crianças entre outros. Existem cada vez mais filhos criados por uma mãe ou por um pai numa

família monoparental ou pluriparental, casais reconstruídas após o divórcio, ou seja, um casal que se junta para formar uma nova família tendo já eles filhos de uma família vinda de outras relações conjugais, onde, por exemplo, os filhos da figura feminina passam a coabitar na mesma casa ou em convivência regular com os filhos da figura masculina, casais homossexuais com filhos adotivos e a diminuição do número de filho por casal.

Alarcão (2000 citado por Ferreira 2013), realça que

nos últimos anos tem crescido o número de famílias monoparentais, de famílias de colocação e de famílias adotivas (...) as famílias de homossexuais e as famílias comunitárias começam a constituir uma realidade que já não passa despercebida nem pode ser escamoteada (p.40).

O conceito de família ganha assim, muitas definições e subdivide-se por diversas formas e tipos de família. Além da tradicional estrutura familiar denominada nuclear ou elementar, as transformações sociais e culturais, proporcionaram a existências de diferentes estruturas familiares. Neste contexto, Caniço, Bairrada, Rodrigues & Carvalho (2010, citado por Borges, 2015) apresentam vinte e um tipos diferentes de famílias baseados na sua estrutura e dinâmica **(Quadro 5)**.

<b>Tipos de famílias</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Diade</b>
Família díade nuclear	Casal em relação conjugal sem descendentes comuns, nem de relações anteriores de cada um dos elementos;
Família nuclear ou simples	Casal em relação conjugal com filhos;
Família alargada ou extensa	Família composta por ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, que coabitam com os pais e seus descendentes;
Família reconstruída, combinada/ recombinação	Família em que um ou ambos elementos que compõem o casal em relação conjugal tiveram relações anteriores e vivem com ou sem descendentes dessas mesmas relações;
Família monoparental	Família constituída por apenas um dos progenitores que coabita com os seus descendentes;
Família dança a dois	Coabitação de elementos da mesma família (de sangue ou não) sem relação conjugal ou parental (por exemplo avó e neto, tia e sobrinha, irmãos, primos, cunhados, entre outros);
Família unitária	Família constituída apenas por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de ter uma relação conjugal (caso tenha, ser sem coabitação);
Família de coabitação	Homens e/ou mulheres que vivem na mesma habitação, sem laços familiares ou conjugais e

	que podem ter ou não objetivos comuns (por exemplo, estudantes universitários, amigos, emigrantes, etc);
Família comunitária	Família composta por homens e/ou mulheres com ou sem descendentes, que coabitam na mesma casa ou em casa relativamente próximas umas das outras (por exemplo comunidades religiosas, seitas, comunas, famílias de etnia cigana, etc);
Família hospedeira	Família que acolhe temporariamente um elemento exterior à família, como por exemplo, uma criança, um idoso, um amigo ou um colega;
Família adotiva	Família que adotou uma ou mais crianças não consanguíneas, podendo coabitar ou não com os seus filhos biológicos;
Família acordeão	Um dos cônjuges ausenta-se por períodos prolongados e/ou frequentes, como por exemplo trabalhadores humanitários expatriados, militares em missão, emigrantes de longa duração entre outros;
Família múltipla	Um dos elementos (pai, mãe ou um dos seus ascendentes) integra duas ou mais famílias, constituindo por isso diferentes agregados, podendo ter descendentes nesses mesmos agregados;
Família grávida	Família em que uma mulher se encontra grávida;
Família com prole extensa ou numerosa	Família com crianças e jovens de idades muito diferentes;
Família homossexual	Família em que a união conjugal é entre duas pessoas do mesmo sexo;
Família consanguínea	Família em que existe uma relação conjugal consanguínea;
Família com dependente	Família que um dos elementos é dependente dos cuidados de outros, devido a doença (por exemplo, uma pessoa acamada, com deficiência mental e /ou motora, etc);
Família com fantasma	Família em que um dos elementos desaparece de forma definitiva (falecimento) ou dificilmente reversível (divórcio, rapto, etc), mas o mesmo continua presente na dinâmica familiar, dificultando a (re)organização familiar e o desenvolvimento individual dos restantes elementos;
Família flutuante	Família que muda frequentemente de habitação, ou em que um dos progenitores muda frequentemente de parceiro;
Família descontrolada	Família em que um dos membros tem problemas crónicos de comportamento, por doença ou dependência, como por exemplo esquizofrenia, toxicod dependência, alcoolismo, etc.

## Quadro 5 - Tipos de Famílias

Fonte: Caniço, Bairrada, Rodriguez e Carvalho (2010, citado por Borges 2015 p. 25).

#### 2.2.4. A família numa perspetiva sistemática

A Abordagem sistémica da família é baseada na teoria geral dos sistemas de Von Bertalanffy (1968 citado por Correia 2008, p.156), diz que «todos os sistemas vivos são compostos por conjuntos de elementos interdependentes, isto é, modificações que ocorram num dos elementos podem afetar os restantes». Desta forma, a família constitui uma unidade sistémica onde acontecem um elevado número de interações, ou seja, um sistema onde um acontecimento que afeta um membro da família pode ter repercussões nos outros membros.

Nesta perspetiva, nenhum membro da família pode funcionar separado dos outros membros do sistema e qualquer transformação num deles reflete-se nos outros membros e nas interações familiares (Correia e Serrano, 1996). Por exemplo, Glat (2004, citado por Branco, 2014) defende que quando surge numa família uma criança com NEE, a estrutura familiar básica poder-se-á quebrar e criarem-se momentos incompreensíveis e difíceis de admitir no dia-a-dia dessa família. Esses momentos podem prejudicar um dos elementos da família o que pode promover embate sobre os restantes membros (Carter & McGoldrick, 1995, Branco, 2014).

Ainda Febra (2009 citado por Chagas 2017) sustenta a ideia de que a dinâmica das interações familiares em todos os subsistemas, como o conjugal, parental, fraternal e extrafamiliar modifica de forma direta ou indireta aquando do nascimento de um filho com problemas de desenvolvimento.

Em suma, o aparecimento de uma criança com deficiência, exige da família uma reestruturação ou reorganização familiar, por vezes mais rígida capaz de alterar o funcionamento e as interações entre todos através da comunicação, um fator indispensável dentro de uma família. A comunicação é a base de toda a interação da família, ao se comunicar/ interagir, vão sendo estabelecidas ao longo do tempo regras e normas dentro do funcionamento interno que originarão na divisão da família em subsistemas: individual, parental, conjugal e fraternal (Minuchin, 1979; Goldschmidt, da Costa, Teixeira, & Rebordão, 2014 citados por Pacheco 2016).

Por conseguinte Barradas (2008 citado por Chagas 2017) refere que para um bom funcionamento da família a reorganização familiar exige dos progenitores a construção de novos planos, projetos, tarefas e funções a redefinir para que cada elemento exerça um papel colaborativo e complementar.

De acordo com Turnbull, Summers e Brotherson (1984 citados por Correia, 2008) os subsistemas familiares dentro da família tradicional são:

- Marital, que tem a ver com as interações estabelecidas entre marido e mulher;
- Paternal, que se refere às interações entre pais e filhos;

- Fraternal, que diz respeito às interações entre irmãos.
- Extrafamiliar, que se refere às interações da família com os vizinhos, família alargada, amigos ou profissionais.

### **2.2.5. O papel das famílias de crianças com NEE**

A família tem um papel indispensável na formação da personalidade da criança, pois é na interação familiar que a criança faz as primeiras aquisições e aprendizagens que virá a desempenhar.

Enquanto ser que pertence a sociedade a família deve orientar os filhos com dignidade, transmitir valores e conhecimentos, ensiná-los a serem pessoas ativas e responsáveis pelos seus atos. Pacheco (2016) diz que a família deve apoiar os seus membros no seu crescimento pessoal, intelectual, afetivo, físico, ou seja, proporcionar e assegurar condições para um crescimento saudável.

Minuchin (1990) menciona que, a família tem a função interna que consiste no desenvolvimento e a proteção dos seus membros e a função de apoio à socialização, adequação e transmissão de determinada cultura, referindo-se estas à função externa.

A família desempenha um papel preponderante na sociedade e no desenvolvimento da criança, isto é, através destes papéis é que se desenvolve a autoestima, a confiança, a responsabilidade e aprende a enfrentar desafios na sociedade. Bernardes (2004 citados por Branco 2014) afirma que é no interior do núcleo familiar que a criança aprende a viver, a ser e a estar. Ainda Branco (2014) alega que aprender a ser implica a aceitação e o respeito das diferenças e das características específicas de cada membro que constitui a família.

O nascimento de uma criança no seio da família, marca o início da trajetória de desenvolvimento e de aprendizagem da mesma que terá como principais modelos aqueles que o rodeiam.

Geralmente os pais são os primeiros prestadores de cuidados, os modelos comportamentais por excelência e os principais agentes de socialização (M. Coutinho, 2003). Deste modo, Antunes (2013) realça que

é na família que se dá a chamada socialização primária, onde a criança dá os primeiros passos para se poder desenvolver como um ser responsável e ativo, interiorizando os valores, as atitudes e os papéis que conduzem à formação da sua identidade (p.46).

A família é considerada por muitos como sendo o núcleo ou a célula base da sociedade. Pereira (2008 citado por Borges 2015) refere que

a família é considerada a instituição social básica a partir da qual todas as outras se desenvolvem, a mais antiga e com carácter universal, pois aparece em todas as sociedades, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade (p. 23).

Nenhuma instituição substitui cabalmente as funções que cabe a família, porém podendo complementá-la. Nesta perspectiva, Correia (2008) refere que

a família constitui o alicerce da sociedade, um dos principais contextos de desenvolvimento da criança e, apesar da existência do debate em torno do papel atual da família e da sua composição, ela continua sendo o elemento-chave na vida e no desenvolvimento da criança (p. 155).

Por conseguinte o meio familiar deverá ser um espaço de transmissão de afeto, de amor, de cuidado e de segurança.

Segundo Costa (2004 citado por Ferreira 2013) a família deverá contribuir para o desenvolvimento e segurança dos seus elementos de diversas formas: satisfazendo as suas necessidades primárias protegendo-os contra os ataques do exterior; facultando um desenvolvimento coerente e estável; favorecendo um clima de pertença, muito dependente do modo como são aceites na família.

Na opinião de Antunes (2013) uma família não é, nem pode ser percebida, como uma união do casal e o aparecimento dos filhos. Há que ter em consideração a imprescindível criação de um lar, onde prevaleça sobretudo amor, segurança, solidariedade e compreensão entre todos os seus elementos.

O mesmo autor refere que apesar das várias transformações que a família tem sofrido com a evolução dos tempos, esta continua a ter ainda um papel indispensável no desenvolvimento da criança, sobretudo até à idade escolar.

Compete aos pais exercer as suas funções maternais e parentais que promova a interiorização das normas básicas da vida em sociedade (Branco, 2014). A família não pode descuidar do seu papel principal de transmitir valores e conhecimentos aos filhos (Antunes, 2013).

A funcionalidade da família é a base para um desenvolvimento saudável de uma criança. Borges (2015) considera que a família tem algumas funções consideradas básicas para a vida da criança, tanto ao nível cultural, social e biológico. Por conseguinte Grácio (n.d. citado por Borges 2015 pp. 26-27) define quatro funções da família:

- ✓ Função procriadora: assenta na continuidade de assegurar a existência das gerações familiares e da vida humana. (...). No entanto, atualmente o número de filhos por família tende a diminuir, pois é necessário ter em conta o fator económico, em que cabe à família assegurar também a alimentação e a educação.
- ✓ Função alimentar: tende a assegurar o sustento da criança, satisfazendo, assim, as suas necessidades ao nível da alimentação, mas também no que se refere ao vestuário e abrigo.
- ✓ Função protetora: a família é o meio mais adequado à proteção da criança, ao seu desenvolvimento enquanto pessoa. Desde o nascimento e durante os seus primeiros anos de vida a criança, precisa de uma forma harmoniosa

dos cuidados e proteção de um adulto para sobreviver, criando assim um vínculo com a sua família.

- ✓ Função educativa: a família é a primeira instituição da vida da criança onde ela nasce, desenvolve e cria o seu projeto de vida. Adquire valores morais, as regras básicas, a troca de afetos e onde partilha imensas experiências enriquecedoras para o seu desenvolvimento, sendo os pais, evidentemente, os primeiros educadores da criança. Esta função educativa ocorre no contexto familiar, mas não de uma forma isolada, devendo ser compartilhada com outros agentes educativos, sobretudo a escola.

Também Rodrigo e Palacios (2009 citados por Chagas 2017) dizem que existe quatro funções básicas concedidas à família, essencialmente até ao momento em que os filhos estejam preparados para conseguir um desenvolvimento independente:

- ✓ Assegurar o crescimento sã dos filhos e auxiliar a sua socialização, particularmente durante os primeiros anos de vida, não esquecendo o seu bem-estar físico;
- ✓ Demonstrar um clima de afeto e de apoio, para um adequado desenvolvimento psicológico dos filhos. Este clima de apoio e afeto prevê o estabelecimento de relações de vinculação entre os elementos da família, assim como sentimentos de relação privilegiada e de compromisso emocional, por parte da criança. As famílias que expressam um clima de apoio favorecem a procura de ajuda em situações difíceis e tensas e facilitam a comunicação com os restantes membros da família;
- ✓ Para que os filhos possam relacionar-se competentemente com o meio envolvente, é necessário estimular as suas habilidades por forma a responderem eficazmente às exigências do mesmo;
- ✓ A família deve atuar como facilitador no contacto com outros contextos de socialização complementares, ou seja, contextos educativos extrafamiliares como a escola.

Os pais ou encarregados de educação têm o direito e o dever de participar e cooperar ativamente em tudo o que se relacione com a educação do seu filho ou educando bem como aceder a toda a informação constante no processo individual do aluno, designadamente no que diz respeito às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (Art.º 4.º do DL 54/2018).

O **Quadro 6** apresenta um conjunto de direitos e deveres dos pais ou encarregados de educação conducentes ao seu envolvimento em todo o processo educativo.

<b>Pais ou encarregados de educação</b>	
<b>Direitos e Deveres</b>	
Participar nas reuniões da equipa multidisciplinar	Cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica, ou com outros agentes educativos, em especial na implementação de medidas de suporte à aprendizagem  Disponibilizar toda a informação relevante para efeitos de determinação de medidas de suporte à aprendizagem  Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando  Respeitar a autonomia pessoal do seu filho ou educando, nomeadamente o direito a ser ouvido e a participar ativamente em todos os assuntos do seu interesse, tomando em consideração os seus interesses e preferências  Fundamentar a necessidade de revisão do programa educativo individual  Solicitar junto da escola informação sobre o processo educativo do seu educando
Participar na elaboração do relatório técnico-pedagógico	
Participar e acompanhar a definição e implementação das medidas a aplicar	
Participar na elaboração e na avaliação do programa educativo individual	
Receber uma cópia do relatório técnico-pedagógico e, se aplicável, do programa educativo individual e do plano individual de transição	
Solicitar a revisão do programa educativo individual	
Consultar o processo individual do seu filho ou educando	
Ter acesso a informação compreensível relativa à educação do seu filho ou educando	

Quadro 6 - Pais ou encarregados de educação-direitos e deveres

Fonte: Pereira et al. (2018, p. 15).

Pereira et al (2018) referem que:

Os pais assumem um papel fundamental no processo educativo dos seus filhos, cabendo à escola incentivar a sua participação através de melhorias ao nível da comunicação, das atitudes e no envolvimento das famílias na educação dos seus filhos. A colaboração entre a escola e a família está intimamente ligada ao sucesso escolar dos alunos (p. 15).

De modo complementar Simões (2010) refere que as funções familiares se referem a um conjunto de atividades que são efetuadas pela família como forma de fazer face às suas necessidades e variam em função da importância e do tempo que a família lhes atribui. Simões (2010) menciona ainda que essas funções diferem de família para família e têm como objetivo principal apoiar e sustentar as necessidades da criança ou jovem, quer ao nível físico, quer psicossocial.

Segundo Flores (1999 citado por Pinho, 2017) as famílias com crianças com incapacidades mais agravadas, têm de adaptar e gerir funções para toda a vida como por exemplo a prestação de cuidados ligados à higienização, cuidados na alimentação, controlo de vestuário, preocupação pela autossegurança do filho e estimulação para a aprendizagem, com base nas suas características, necessidades e recursos.

A função das famílias é a de fornecer todos os recursos ao seu alcance para facilitar respostas que satisfaçam as necessidades internas dos seus elementos,

nomeadamente cuidados de saúde, económicos, domésticos, educação, recreativos, entre outros (Pestana 2015). Ela transmite, além do sustento biológico, apoios adequados, afetos, padrões, valores e normas de conduta que são adquiridas pela criança durante o desenvolvimento de sua personalidade (Chagas 2017).

### **2.2.6. Ciclos de Vida de Criança com NEE e da Família**

A literatura define o ciclo vital como um conjunto de etapas pelas quais a família atravessa no decorrer de toda a sua evolução enquanto tal, cada uma delas com tarefas definidas, as quais deverão cumprir (L. Ferreira, 2013 citado por Pinho 2017).

Qualquer família com ou sem crianças com NEE enfrenta diferentes fases ao longo da sua vida. Naturalmente o nascimento de um filho provoca sempre alterações estruturais no seio familiar às quais terá de se adaptar. De igual modo, a presença de um filho com NEE modifica o núcleo de uma família assim como a alteração de exigências e responsabilidades sociais e económicas da mesma, ao longo do ciclo vital de vida. Portanto, para Macedo (2013 citado por Pestana, 2015):

o processo de mudança abrange quer as funções de cuidado, a reorganização de tarefas, a gestão estrutural ou financeira e, sobretudo, a gestão emocional, tendo-se em consideração que, em cada etapa, as necessidades, interesses e motivação da família são sempre diferentes (p. 6).

Batshaw e Perret, (1989 citado por Correia, 2008) à medida que vão crescendo, as crianças atravessam vários estádios/fases de desenvolvimento e o mesmo acontece com as famílias. Cada fase apresenta novas exigências e necessidades que precisam ser superadas pela família, e, em cada estágio, os papéis e responsabilidades dos membros da família modificam.

Também na opinião de Correia (2008) os diferentes estádios da vida familiar apresentam novas exigências às quais estas necessitam adaptar-se. No caso das famílias com crianças com NEE as exigências de cada novo estágio levantam problemas específicos que precisam ser resolvidos para que as famílias se possam desenvolver e desempenhar os seus papéis e responsabilidades de uma forma eficaz.

Ainda Pacheco (2016) realça que todas as famílias sofrem períodos de mudanças e adaptação ao longo do seu ciclo vital. Geralmente nas famílias com um membro com NEE, a necessidade de mudança e adaptação aumenta, e o papel de cada elemento pertencente à família torna-se mais importante criando-se a necessidade de um maior envolvimento nos seus cuidados e na sua estimulação. Todos os membros da família passam a ter responsabilidades maiores sobre a criança que têm a seu cuidado, estando também envolvidas questões adaptativas importantes para toda a família.

O nascimento e desenvolvimento de uma criança especial, suscita na família vários momentos onde esta tem de enfrentar diversos desafios e situações difíceis, o que

pode ter um impacto significativo na dinâmica familiar (Quitério, 2012 citado por Pinho, 2017).

Febra (2009, citado por Chagas, 2017) refere que de uma forma geral, o nascimento de uma criança com incapacidade altera ou interrompe, significativamente, o ciclo vital da família.

O quadro 7 descreve os estádios do ciclo de vida da família, de uma criança com necessidades especiais.

<b>Ciclo de Vida da Família com uma Criança com Necessidades Educativas Especiais (NEE)</b>	
<b>Estádio</b>	<b>Áreas de “stress”</b>
Casal	Expectativas de ter filhos Adaptação à vida a dois
Crescimento/desenvolvimento e pré-escola	Medo que a criança tenha algum problema Diagnóstico Procura de ajuda e tratamento Falar aos outros familiares e aos irmãos acerca do problema
Idade escolar	Reacções de outras crianças e famílias às características especiais da criança Escolaridade
Adolescência	Rejeição dos companheiros Preparação vocacional Aspectos relacionados com a emergência da sexualidade
Iniciação à vida adulta	Preocupações de habitação Preocupações financeiras Oportunidades de socialização
Pós-parental	Preocupação com a segurança a longo prazo do filho Interacções com as instituições que providenciam serviços Lidar com os interesses do filho no que respeita ao namoro, ao casamento e a ter filhos
Envelhecimento	Cuidados e supervisão do filho com NEE após a morte dos pais Transferir as responsabilidades parentais para outros subsistemas da família ou instituições

Quadro 7 - Ciclo de Vida da Família com uma Criança com Necessidades Educativas Especiais

Fonte: Adaptado de A. Turnbull, J. Summers & M. Brotherson (1986 citado por Correia 2008, p. 160). “Family Life Cycle” in J. Gallagher & P. Vietze (eds.). Families of Handicapped Persons. Baltimore: Paul H. Brookes.

Realmente ser pai e ser mãe de uma criança com NEE e/ou uma condição física ou intelectualmente limitada, na maioria dos casos afeta a trajetória do ciclo vital familiar, pois exige da família uma reorganização mais rigorosa de modo a responder de forma eficaz as necessidades específicas da criança especial.

## **2.3. Recursos e Necessidades das Famílias com crianças com NEE**

### **2.3.1 Recurso das famílias com crianças com NEE**

Bastos & Rosa (2009 citados por Passos 2014, p. 20) defendem que “ao falarmos de necessário e de necessidade, apenas podemos, honesta e rigorosamente, estar a falar do que é “melhor” ou “mais” possível num certo momento e circunstância.”

O conceito de necessidade, palavra que deriva do latim “necessitāte” quer dizer no dicionário de Língua Portuguesa: essência daquilo que realmente se precisa; designação do que é imprescindível, imperioso ou essencial. Convém ressaltar que o termo necessidades é inerente à condição humana, as pessoas sentem sempre falta daquilo que desejam satisfazer.

Em várias situações as famílias com crianças com NEE, podem não reconhecer as necessidades pois não sabem como os recursos poderão ser obtidos. Neste âmbito os profissionais têm um papel importante ao proporcionar o conhecimento ou as influências acerca dos recursos a fim de responderem às suas necessidades. Devem orientar as famílias para a existência de diversos apoios, consoante as suas necessidades. Dunst (1985 citado por Branco, 2014) já dizia que os recursos e os apoios sociais prestados à família poderão ter influência no sistema familiar.

Segundo Passos (2014) a identificação das necessidades das famílias é um processo complexo que tem como objetivo primordial a melhoria das condições de vida das famílias.

A habilidade para identificar adequadamente as necessidades das famílias, bem como os recursos para as satisfazer, exige ao profissional conhecer o que as famílias desejam para um funcionamento estável, para o crescimento individual e familiar e para o seu bem-estar (Dunst et al 1994, citados por Carmo 2004, p.36).

Carmo (2004) afirma que a identificação das necessidades é o modo pelo qual o profissional deve ajudar as famílias a alterarem as suas preocupações em necessidades, e para tal é importante ouvirem as famílias, ajudá-las a clarificar essas preocupações de modo a identificarem recursos para as necessidades, diminuindo as discrepâncias.

Só conhecendo as necessidades das famílias, os seus objetivos e as suas prioridades, se poderão ajustar os recursos/serviços e forma de funcionamento, de modo a responder a essas mesmas necessidades, dando suporte na resolução de situações/problemas (Leal 2007 citado por Serra 2009).

Na opinião de Morgado e Beja (2000 citados por Gonçalves & Simões 2010) quando as necessidades familiares são minimamente satisfeitas influenciam positivamente o comportamento dos elementos familiares e conseqüentemente o da criança.

McGonigel e Kauufman (1991, citados por Carmo 2004 & Simões 2010) definem recursos das famílias como as suas forças, habilidades e os seus apoios formais e informais que podem ser mobilizados para satisfazer as suas necessidades, preocupações ou objetivos.

Os pontos fortes de uma família estão representados na sua habilidade para partilhar preocupações bem como reconhecer a necessidade de certos recursos (Dunst et al., 1994, citado por Carmo 2004).

Ainda Carmo (2004) ressalta que os recursos familiares abrangem não só as aptidões e capacidades das famílias, mas também os apoios formais e informais, que poderão ser utilizados de forma a satisfazer essas necessidades e a minimizar as dificuldades e problemas da família. Martins (2011 citado por Pinho, 2017) afirma que é através da rede de apoio que se consegue alcançar uma variedade de recursos. Sem ela ou em famílias isoladas nos seus núcleos, as pessoas estariam limitadas nas suas funções de proteção, educação e promoção do desenvolvimento das suas crianças.

Do ponto de vista de Carmo (2004) persistem dois tipos de recursos: recursos intrafamiliares e recursos extrafamiliares.

- **Os recursos intrafamiliares:** a satisfação das necessidades depende em parte do seu estilo de funcionamento familiar. O estilo de funcionamento familiar refere-se a uma combinação de pontos fortes e capacidades existentes e a destreza própria para os usar na mobilização ou criação de recursos, necessários para a satisfação de necessidades da família. Os pontos fortes e as capacidades das famílias são vistos como um conjunto de recursos intrafamiliares que promovem e realçam o estilo de funcionamento familiar para satisfazer as necessidades. Estes recursos, ou estilo de funcionamento familiar, são fatores considerados importantes para a saúde e o bem-estar da família.

- **Os recursos extrafamiliares:** dizem respeito às fontes de apoio externas a família e que esta pode dispor de modo a satisfazer as necessidades, correspondendo ao que se intitula de apoio social. Este apoio social pode ser de dois tipos: o apoio formal e o apoio informal. O apoio informal abrange os indivíduos (família, amigos, vizinhos, etc.) e os grupos sociais (igreja, clubes sociais, etc.) que podem disponibilizar apoio em resposta aos eventos de vida normativos e não normativos. O apoio formal engloba os profissionais (médicos especialistas da criança, assistentes sociais, terapeutas, etc.) e as agências (hospitais, programa de intervenção precoce, centro de saúde, etc.)

### 2.3.2. As principais necessidades das famílias das crianças com NEE

As necessidades são comuns a todas as pessoas, variando de uns para os outros, através da sua forma de se manifestar. Henry Murray (1938, citado por Passos 2014, p.20), um dos primeiros investigadores a dedicar-se ao esclarecimento da definição das necessidades, dividiu-a em vários tipos, conforme o seu carácter ou grau de importância na vida de um indivíduo. Deste modo, as necessidades poderiam ser de carácter primário ou secundário.

Classificou como necessidades primárias as necessidades de natureza biológica (como a fome, a sede ou o sono), e necessidades secundárias as que proveem de uma necessidade primária ou que fazem parte da estrutura psíquica de cada ser humano, ou seja, aprendidas ao longo do percurso do indivíduo e da sua experiência. Segundo este investigador, as necessidades do tipo secundário, o ambiente que rodeia o indivíduo, têm um papel imprescindível na vivência e significado das experiências, bem como na própria construção do sistema de necessidades (Cadilha, 2010).

Segundo Passos, (2014) as necessidades que a família identifica e a forma como as enfrenta modificam ao longo dos tempos, e é fundamental que estas famílias usufruam de apoios e recursos especiais, ocasiões com momentos livres, reflexão sobre as necessidades da criança e as suas próprias necessidades.

As famílias de crianças com NEE experimentam necessidades complexas, passageiras ou persistentes, em diferentes dimensões: necessidades de informação, necessidade de suporte, necessidades de explicação aos outros, necessidades de serviços da comunidade, necessidades financeiras e necessidades sobre o funcionamento da família (Simeonsson, 2000; CaraLinda, 2007; Santos, 2009 citados por Chagas 2017).

Turnbull et al. (1984 citados por Pereira 1996) referem que as necessidades sentidas pelos pais podem-se agrupar em sete categorias:

**Necessidades económicas** – Uma criança portadora de deficiência na família suscita necessidades financeiras acrescidas para as despesas frequentes em medicamentos e terapias.

**Necessidades de cuidados diários** – São as tarefas do dia-a-dia como cozinhar, limpar, tratar das roupas, cuidar dos transportes e ter os cuidados médicos adequados e quando necessários. Estes cuidados diários variam com a idade da criança e com o tipo, grau e complexidade da deficiência.

**Necessidades recreativas** – As atividades recreativas são fontes de socialização e de aprendizagem tanto para os indivíduos com deficiência assim como os sem deficiência. Proporciona a descontração dos membros da família, que por vezes revelam ter dificuldade em organizar atividades lúdicas preferidas, devido a presença de uma criança com NEE.

**Necessidades de socialização** – Para Pereira (1996) as competências sociais bem desenvolvidas, numa utilização sistemática e se construírem relações de amizade, a pessoa com deficiência será uma pessoa sócio emocionalmente mais integrada. Para isso tanto os pais, como os educadores têm um papel muito importante em apoiar a criança com NEE no desenvolvimento de competências sociais e promover oportunidades para que as coloque em ação com os seus pares fomentando, desta forma, a construção de relações de amizade.

A mesma autora defende que podem surgir outros problemas como a falta de mobilidade, a falta de comunicação entre outras devido a falta de socialização.

**Necessidade de identidade pessoal** – Uma família com criança portadora de deficiência experimenta constantemente dificuldades nos seus sentimentos de competência e de autoestima que podem trazer consequências na identidade pessoal da família. Por isso, para desenvolver uma identidade pessoal positiva e decisiva para favorecer a qualidade de vida é importante apoiar tanto a criança com NEE assim como a própria família.

**Necessidades de apoio afetivo-emocional** – Os gestos de afeto e carinho da família para com a criança portadora de deficiência são de extrema importância.

Embora alguns pais, por várias razões, não estabelecerem relações afetivas com o seu filho, devem ser encorajados pelos profissionais a desenvolverem este tipo de relações, pois a família proporciona um envolvimento especialmente favorável ao desenvolvimento das relações de amor e autoestima.

**Necessidades educativas** – Os pais de criança com NEE mostram-se constantemente confusos em relação a capacidade dos professores e a integração do filho na escola. Neste âmbito os profissionais têm de apoiar a família no seu envolvimento com a escola, levando-a a pensar acerca das decisões educacionais e a explicar a diversidade de oportunidades que existem para os alunos portadores de deficiência.

Portanto o desempenho escolar individual de cada aluno depende não apenas do seu rendimento em sala de aula e da competência de seus professores, mas também, do apoio da base familiar que este encontra em casa.

Ainda Buran (2009, citado por Chagas, 2017) realça que as necessidades das famílias com crianças com NEE continuam a prevalecer na área da saúde, nas atividades recreativas, nos transportes e nas próprias infraestruturas da residência, particularmente, nas condições de acessibilidade. Continuam a referir necessidades em serem ouvidas, em serem valorizadas nas suas limitações e mesmo a nível de informação pormenorizada da NEE.

Para Simões (2010)

a família é uma unidade única com características próprias, em que também as suas necessidades são específicas. Não podemos generalizar as necessidades das famílias. Deve-se ter em consideração que dependem de

diversas variáveis, como a idade da criança, as características da mesma, a situação de risco social, as condições pessoais, económicas, sociais e culturais que afectam directa e indirectamente o contexto familiar (p. 32).

### **2.3.3. Avaliação das necessidades das famílias com crianças com NEE**

Para prestar apoio as famílias de crianças com NEE é necessário saber identificar as suas reais necessidades e posteriormente efetuar uma avaliação das mesmas, com o intuito de melhorar as condições de vida das crianças com deficiência assim como da própria família.

Carmo, (2004, citado por Branco 2014) define assim a eficácia da avaliação das necessidades da família:

Uma avaliação eficaz à família deve abranger importantes domínios da família, incorporar múltiplas fontes e instrumentos para obter informação, reconhecer a importância dos valores e tradições da família, determinar as prioridades das famílias no que concerne aos objectivos e serviços, e modificar-se sempre que necessário, de acordo com as exigências do programa, avaliando regularmente os resultados da família (p. 67).

Serrano (2007) refere que a pessoa que vai intervir deve saber identificar as necessidades e aspirações da família, deve conhecer o seu modo de funcionamento, deve conhecer os pontos fortes, valores, sistemas de crenças e cultura, e deve ser capaz de identificar os apoios na comunidade. Será a relação entre estes fatores que irá regular a ajuda prestada para capacitar a família.

Para identificar as necessidades, prioridades e recursos das famílias e conforme McWilliam (2003 citado por Simões 2010) refere, existe um conjunto de métodos que foram tradicionalmente usados: As histórias sociais da criança/família que são utilizadas como meio de recolher e perceber a informação relativa à família; Questionários de autoavaliação para identificarem as preocupações, prioridades e recursos das famílias; As entrevistas informais a partir de entrevistas semiestruturadas para obter e perceber a informação concedida pela família.

Dunst, Trivette e Deal (1988, citado por Serrano, 2007, p. 41) estabeleceram as principais componentes do comportamento de ajuda para a implementação do modelo de avaliação e intervenção das necessidades da família de crianças com NEE, como ilustra a figura 2.

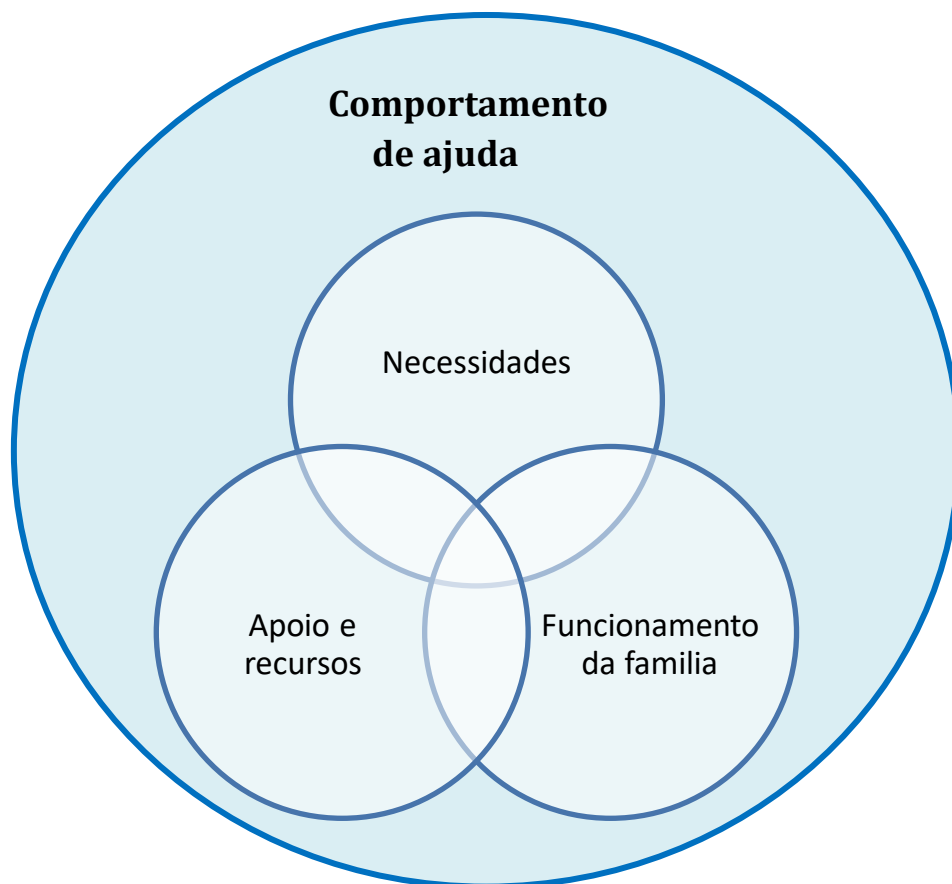


Figura 2 - Componentes principais do modelo de avaliação e intervenção

Fonte: Adaptado de Dunst, Trivette & Deal (1988, citados por Serrano, 2007, p. 41)

Ainda, de acordo com os mesmos autores, os quatro princípios fundamentais para implementar este modelo centram-se em:

1. Identificar as aspirações e projetos da família usando os necessários procedimentos e estratégias de avaliação baseados nas necessidades para determinar o que a família considera suficientemente importante para merecer o seu tempo e a sua energia;
2. Identificar os pontos fortes e as capacidades da família para realçar aquilo que esta já faz bem e determinar quais os pontos fortes que aumentam as suas probabilidades de mobilizar recursos para satisfazer necessidades;
3. “Fazer um mapa” da rede social pessoal da família, para identificar, quer as fontes de apoio existentes, quer as potenciais fontes de apoio e assistência;
4. Funcionar assumindo um número diferenciado de papéis para capacitar e coresponsabilizar a família, a fim de que esta se torne mais competente no que respeita à mobilização de recursos que satisfaçam as suas

necessidades. (Dunst, Trivette & Deal (1988, citados por Serrano, 2007, p. 41).

Porém Simões (2010) afirma que não faz sentido falarmos de necessidades, métodos e estratégias para identificar as necessidades das famílias, se depois não existirem recursos necessários para atenuar as respetivas necessidades.

Uma vida familiar de sucesso requer que todas as necessidades das famílias, incluindo as dos pais, sejam identificadas e resolvidas (Pereira, 1998, p.14).

#### **2.3.4. Estudos sobre as necessidades das famílias com crianças com NEE**

Neste ponto do enquadramento teórico, iremos apresentar alguns estudos, de produção científica, no âmbito avaliação das necessidades das famílias com crianças com NEE.

Em Portugal, já foram realizados alguns estudos sobre as necessidades das famílias de crianças com deficiência: o estudo de Pereira (1996), Carmo (2004), Gonçalves (2006), Lopes (2008), Serra (2009), Gonçalves e Simões (2010), Simões (2010), Ferro (2012), Branco (2014), Raimundo (2015) e Soqueiro et al (2017) entre outros. Estes autores utilizaram como instrumento, o questionário “Family Needs Survey” (FNS) ou adaptações a este.

Além do questionário FNS, existem outros instrumentos que visam identificar as necessidades, prioridades e recursos das famílias. McWilliam (2003, citado por Simões, 2010, p.41) apresenta no quadro 8 uma síntese destes instrumentos:

Identificação	Descrição
Family Information Preference Inventory. A. P. Turnbull & H. R. Turnbull (1986).	Inventário a partir do qual a família escolhe o seu nível de interesse (nenhum interesse; a informação tem prioridade baixa, média ou alta) e o formato preferido para receber informação (reunião de grupo, reunião individual ou material escrito) sobre 37 itens (por exemplo, Ensinar a criança em casa, defesa dos seus direitos e trabalho com os profissionais, planificação futura, momentos de relaxamento e lazer da família e descobrir e usar mais apoio).
Family Interest Survey. J. Cripe & D. Bricker (1993)	Inquérito destinado a ajudar as famílias a identificarem três tipos de interesse (centrados na criança, na família e Ana comunidade). No caso de serem 30 itens, a família deve indicar e se cada um deles tem interesse prioritário, se tem interesse, mas não é atualmente uma prioridade ou se não tem algum interesse nesse dado momento.
Family Needs Sacale. C. J. Dunst, C. S. Cooper, J.C. Weeldreyer, K. D. Snyder & J.H. Chase (1988)	Escala a partir da qual a família escolhe entre seis descrições (não aplicável, Quase nunca, raramente, algumas vezes, muitas vezes, quase sempre) sobre 41 itens centrados nos recursos básicos, cuidados para a infância especializados, crescimento pessoal e familiar, recursos financeiros médicos, educação infantil, preparação de refeições, futuros cuidados para a infância, orçamento financeiro e apoio ao agregado familiar
Family Needs Scale. D. B. Bailey & R. J. Simeonsson (1990)	Inquérito a partir do qual a família escolhe desde (não, não tenho a certeza, sim) até à questão, “Gostariam de discutir este tema com um membro do pessoal envolvido no nosso programa?”, sobre 35 itens de 6 categorias: informação, apoio familiar e social, finanças, explicando aos outros, cuidados para a infância, apoio profissional e serviços comunitários.
Family Resource Scale. H. E. Leet & C. J. Dunst (1988)	Um formulário constituído por 31 itens sobre crescimento e apoio financeiro, saúde e necessidades, nutrição e comunicação, proteção, apoio intrafamiliar, emprego, cuidados para a infância e rendimento. As famílias classificam cada item numa escala de 6 pontos (não se aplica, de foram alguma aplicável, raramente, algumas vezes, habitualmente e quase sempre adequado).
Family Support Scale. C. Dunst, V. Jenkins & C. Trivette (1988)	Escala a partir da qual a família escolhe entre 6 descrições (não disponível, nada útil, algumas vezes, geralmente, muito e extremamente útil) sobre 20 itens centrados em afinidades informais e formais, organização social, família imediata e serviço profissional especializado e genérico.

Quadro 8 - Exemplos de questionários e escalas para identificação das preocupações, prioridades e recursos da família

Fonte: adaptado de McWilliam (2003, citado por Simões, 2010, p.41)

Como foi dito anteriormente passamos a descrever de forma sintetizada alguns estudos, de produção científica, no âmbito da avaliação das necessidades das famílias com crianças com NEE que foram realizadas em Portugal. Usaram como instrumento

de recolha de dados, o questionário "Family Needs Survey" (FNS) ou adaptações a este.

O estudo de **Pereira (1996)** pretendeu analisar as opiniões das famílias com crianças e jovens com deficiência sobre as suas necessidades específicas e as representações dos professores de educação especial sobre as suas práticas e procedimentos profissionais. Analisou ainda o grau de adequação das práticas profissionais referidas pelos professores de educação especial às necessidades específicas sentidas pelas famílias.

A amostra foi constituída por um total de 168 professores de educação especial do 1.º ciclo do Ensino Básico e por 391 famílias de crianças com deficiência comprovada com quem os mesmos professores trabalhavam.

Para responder às questões da investigação, foram utilizados dois questionários: "Questionário sobre as Necessidades das Famílias de Crianças com Deficiência" e "Questionário sobre o Pensamento do Professor de Educação Especial" que resultaram de uma adaptação a pares da "Family Needs Survey" (FNS), instrumento desenvolvido por Donald B. Bailey, Jr. e Rune J. Simeonsson, da University of North Carolina at Chapel Hill. E ainda um Questionário dirigido aos professores.

Do total de famílias da amostra, 59,5% indicaram terem necessidades de informação. Quanto aos professores, 33,9% indicaram que muitas vezes dão informações aos pais e 18,4% disseram que o fazem com carácter sistemático. Na generalidade, todas as famílias e, sobretudo, as constituídas por agregados familiares com um número de elementos situado entre 6 e 9 (70%) valorizam muito as "Necessidades de Informação".

Na generalidade, a categoria "Necessidades de Apoio" é muito mais valorizada pelas famílias do que pelos professores. 44,4% das famílias indicam ter necessidades de apoio. Quanto aos professores, apenas 21% indicam que algumas vezes dão apoio aos pais, enquanto 4,5% indicam fazê-lo de forma sistemática.

A categoria "Explicar a Outros", no seu conjunto, é pouco valorizada pelos pais - 24,2% - e mais valorizada pelos professores - 43,5%.

No seu conjunto, a categoria "Serviços da Comunidade" é bastante valorizada pelas famílias - 45,2% - e pouco valorizada pelos professores - 34,1% -, dos quais apenas 7,3% o fazem de forma sistemática.

No seu conjunto a categoria "Necessidades Financeiras" é muito valorizada pelos pais - 57,4% - e pouco pelos professores - 37,4%.

Na generalidade, a categoria "Funcionamento da Vida Familiar" é pouco valorizada pelas famílias - 28,4% - e ainda menos pelos professores - 24,6%.

Com o estudo de **Carmo (2004)** pretendeu-se conhecer de que modo certas características das famílias, de crianças com necessidades específicas dos 0 aos 5 anos, influenciam as suas necessidades e a utilidade da sua rede de apoio social.

Foram inquiridas um total de 146 famílias, a residirem nos sete concelhos que constituem o núcleo educativo da Coordenação da Área Educativa de Entre Douro e Vouga.

Este estudo caracteriza-se por ser de natureza quantitativa e exploratória, recorrendo-se a três instrumentos de recolha de dados. O primeiro instrumento, a Ficha de Caracterização Sociodemográfica da Família, foi desenvolvido tendo em conta o objetivo do estudo. O segundo instrumento, o Inventário das Necessidades da Família no original Family Needs Survey da autoria de Bailey e Simeonsson (1988). E o terceiro, a Escala de Avaliação do Apoio Social à Família no original Family Support Scale da autoria de Dunst, Jenkins e Trivette (1984).

O tratamento posterior dos dados recolhidos reflete que as famílias consideram as necessidades de informação, necessidades pessoais e as necessidades básicas de sobrevivência, como as mais prevaletentes. Bem como consideram de maior utilidade os elementos da rede formal de apoio social. Por outro lado, as características das famílias como a escolaridade dos pais, o estatuto socioeconómico e a colaboração entre os cônjuges/companheiros foram encontradas como características capazes de influenciarem as necessidades e a utilidade da rede de apoio social das famílias de crianças com necessidades especiais. Estes resultados salientam a importância de considerar, as características individuais, as necessidades e os apoios sociais das famílias na adequação de intervenções que tenham como propósito um modelo centrado na família.

**Gonçalves (2006)** procurou identificar e analisar as necessidades percecionadas e a utilidade atribuída às redes de apoio social das famílias com crianças com síndrome de down em idade pré-escolar e, ainda, comparar os resultados obtidos em duas zonas geográficas diferentes.

Integraram o estudo 51 famílias, pertencendo 24 à Zona Norte Interior – contexto social rural, e 27 à Zona de Lisboa – contexto social urbano. Estas famílias responderam a um questionário sobre necessidades das famílias, a uma escala de avaliação das redes de apoio social e preencheram uma ficha sobre as características da criança e da família.

Sobre esses dados procedeu-se a uma análise descritiva e a uma análise inferencial recorrendo a métodos estatísticos.

As conclusões obtidas revelam que as famílias das duas zonas geográficas são, globalmente, diferentes no que se refere às suas características, às perceções que têm sobre as suas necessidades e sobre a utilidade que atribuem às redes de apoio social. Contudo, existem categorias de necessidades e de redes de apoio social que são identificadas e avaliadas pela maioria das famílias nas duas zonas geográficas, designadamente as necessidades de informação e as redes de apoio social formais, bem como as necessidades sobre o funcionamento da vida familiar e as redes de apoio social informais não familiares, as primeiras identificadas como necessárias e úteis e as segundas como não necessárias e não úteis.

Conclui-se, ainda, que os resultados sobre a utilidade das redes de apoio social não são influenciados pela indisponibilidade destas, dado que a maioria das famílias identificou todas como muito disponíveis, à exceção das que integram a categoria informais não familiares sociais.

É, ainda, de referir o facto de todas as redes de apoio social a que as famílias atribuíram maior utilidade serem aquelas que também foram identificadas pela grande maioria das famílias como as mais disponíveis.

Este estudo pretende consubstanciar mais um contributo para o conhecimento sobre as necessidades e utilidade das redes de apoio social das famílias de crianças com Síndrome de Down, bem como contribuir para a reflexão sobre o papel dos profissionais que integram as redes de apoio social formais, na medida em que este parece ser fundamental para um processo de mudança consistente no atendimento às crianças e suas famílias, nomeadamente na promoção da gestão eficaz das redes de apoio social existentes.

O estudo de natureza não experimental, comparativo e correlacional, de **Lopes (2008)** pretendeu contribuir para o conhecimento das necessidades das famílias de jovens com necessidades educativas especiais e das necessidades das famílias de jovens sem necessidades educativas especiais. Procurou, perceber qual o tipo de necessidades mais sentidas pelas famílias, saber se essas necessidades diferem tendo em conta famílias de jovens com necessidades educativas especiais e famílias de jovens sem necessidades educativas especiais e saber se existem diferenças quanto às necessidades sentidas pelas famílias tendo em conta as suas habilitações literárias.

Foi utilizado um questionário sobre as necessidades das famílias, originalmente desenvolvido por Bailey e Simeonsson (1988) e adaptado à realidade portuguesa por Pereira (1994) e uma ficha biográfica da família.

Os participantes do estudo foram 90 famílias, das quais 50 eram de jovens sem necessidades educativas especiais e 40 eram de jovens com necessidades educativas especiais.

A análise dos dados do questionário revelou que tanto as famílias de jovens com NEE como as famílias de jovens sem NEE sentem como principal necessidade a falta de informação. No que se refere às “Necessidades de Apoio” estas foram identificadas como sendo mais sentidas pelas famílias de jovens sem NEE e quanto às “Necessidades Financeira” estas foram mais sentidas pelas famílias de jovens com NEE.

Os dados analisados revelaram a existência de diferenças estatisticamente significativas quanto às necessidades sentidas pelos dois grupos em estudo. Por fim foram também encontradas diferenças estatisticamente significativas relativamente às necessidades sentidas pelas famílias tendo em conta as suas habilitações literárias. Nomeadamente, nas necessidades de “explicar a outros”, quanto aos grupos 4.º ao 6.º ano e 10.º e 11.º ano; 4.º ao 6.º ano e ensino superior; 7.º ao 9.º ano e ensino superior. Nas necessidades “funcionamento da vida familiar”, quanto aos grupos 4.º ao 6.º ano e ensino superior e 7.º ao 9.º ano e ensino superior. Por último, nas necessidades “serviços da comunidade”, relativamente aos grupos 4.º ao 6.º ano e ensino superior.

**Serra (2009)** pretendeu conhecer no seu estudo de carácter não experimental quais as necessidades mais sentidas pelas famílias de adolescentes com deficiência

intelectual, perceber se as famílias dos adolescentes com deficiência intelectual, integrados no ensino regular têm as mesmas necessidades das famílias dos adolescentes que estão na educação especial, perceber se existem diferenças nas necessidades sentidas pelas famílias de adolescentes com Deficiência Mental, tendo em conta as habilitações literárias destas e por fim saber até que ponto estas famílias consideram que as suas necessidades são tidas em conta por parte da Escola, na intervenção realizada com o adolescente com deficiência intelectual.

De forma a poder obter os dados necessários para a investigação foram utilizados dois instrumentos: a) Questionário sobre as necessidades das famílias; b) Ficha biográfica da família.

Participaram no estudo 52 famílias de adolescentes com Necessidades Educativas Especiais, sendo que todos os jovens tinham deficiência intelectual, e pertencendo à área da grande Lisboa. Da totalidade dos participantes, 23 estavam no ensino regular integrados em projetos de parceria ao abrigo da Portaria 1102/97 (ERP); 7 tinham os filhos integrados no Ensino Regular sem parceria (ER) e 22 estavam em instituições de educação especial (EE). Para a recolha da amostra os critérios utilizados na seleção dos participantes foram: (i) adolescentes com deficiência intelectual; (ii) idade entre os 12 e os 19 anos.

A análise dos resultados obtidos permitiu verificar que, à semelhança de outros estudos (Morgado e Beja, 2000; Leal, 2007; Lopes, 2009, entre outros) as necessidades de Informação de forma geral e especificamente as necessidades de informação relativamente a serviços e os apoios que os filhos poderão beneficiar no futuro foram as grandes prioridades das famílias que participaram neste estudo.

Quando comparadas as necessidades das famílias, tendo em conta o contexto educativo frequentado pelos seus filhos, as famílias com filhos inseridos no ensino regular em escolas com projetos ao abrigo da Portaria 1102/97 (ERP) foram as que apontaram mais necessidades, sendo as do Educação Especial (EE) as que apresentaram menos necessidades. Outros estudos (Leal, 2007) obtiveram resultados diferentes. Ao contrário de Morgado e Beja (2000) e Lopes (2009), não foram encontradas neste estudo diferenças significativas relativamente às necessidades das famílias, tendo em conta as suas habilitações literárias. A grande maioria das famílias da amostra considerou ainda que as escolas dos seus filhos têm em conta as necessidades destas famílias.

O estudo de **Gonçalves e Simões (2010)** assentou fundamentalmente na auscultação das opiniões de famílias para identificar as suas necessidades e perceber as suas expectativas, face à utilização de um recurso formal ao dispor na comunidade, o jardim-de-infância. Trata-se de um estudo quantitativo do levantamento de necessidades, em famílias que já usufruem de Intervenção Precoce na Infância, numa amostra representativa de 25 famílias, no qual conclui-se que as necessidades mais comuns incidiram ao nível de acesso a recursos logísticos e técnicos específicos. Sobressai o facto de o jardim-de-infância constituir um recurso formal que as famílias

inquiridas perspectivam como resposta pedagógica, onde pretendem a inclusão dos seus filhos.

**Simões (2010)** no seu estudo de caso de natureza qualitativa pretendeu identificar as necessidades mais frequentes e prioritárias para os pais de crianças e jovens com défice cognitivo-motor em idade escolar (entre 6 e 18 anos), que frequentavam uma Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da zona centro, no ano letivo 2008-2009. Por fim procurou identificar de que forma as características da família se relacionam com as necessidades. O instrumento utilizado foi um questionário sobre as necessidades das famílias, desenvolvido por Bailey e Simeonsson (1988) e adaptado à realidade portuguesa, por Pereira (1996) e uma ficha de dados biográficos.

Os resultados mostraram que todas as categorias de necessidades são frequentes nas famílias. Os resultados deram ainda a conhecer as necessidades prioritárias para os pais: Informação, Financeiras, Apoio, Serviços da Comunidade e verificou-se que globalmente as características das famílias estão relacionadas com as suas necessidades.

A investigação de **Ferro (2012)** pretendeu identificar as necessidades das famílias de crianças com problemas de desenvolvimento e/ou em risco, apoiadas pela Equipa Local de Intervenção (ELI) de Reguengos de Monsaraz e Mourão e conhecer de que modo as características sociodemográficas se relacionam com as suas necessidades. Participam neste estudo 50 famílias apoiadas pela ELI de Reguengos de Monsaraz e Mourão.

É um estudo de natureza quantitativa, descritiva e exploratória e recorre a três instrumentos de recolha de dados: a Ficha de Caracterização Sócio - demográfica da Família; a Ficha de Organização Diagnóstica em Intervenção Precoce (ODIP - versão portuguesa da ODAT2008) e o Inventário das Necessidades da Família (Family Needs Survey, Bailey, D.B. & Simeonsson, R.J., 1988).

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que (1) as necessidades mais frequentes são as Necessidades de Informação e as Necessidades de Apoio Económico; (2) existe uma associação entre a Idade da Mãe e as Necessidades de Explicar a Outros; entre o Estatuto Socioeconómico da família e as Necessidades de Apoio Familiar e Social e as Necessidades de Outras Ajudas Profissionais; e não se verifica nenhuma relação entre o Grau de Instrução e as Necessidades das Famílias; (3) não existem diferenças estatisticamente significativas entre as Necessidades das Famílias com Quatro ou Mais Fatores de Risco e as Necessidades das Famílias com Menos de Quatro Fatores de Risco; (4) os Fatores Biológicos não se relacionam com as necessidades das famílias; (5) existe uma associação entre os Fatores de Risco Familiares e Ambientais com algumas Necessidades das Famílias.

O estudo termina com algumas recomendações para futuros trabalhos a realizar neste âmbito.

**Branco (2014)** pretendeu identificar as necessidades mais frequentes e prioritárias para os pais das crianças com NEE através do Questionário das Necessidades da Família (QNF) relacionando as características dos pais, recolhidas através da “Ficha de Caracterização da Criança e dos seus Pais”, com as categorias de necessidades (Composição do Agregado Familiar, Situação Familiar, Situação Laboral). Trata-se de um estudo de caso, pois pretendeu estudar um grupo de pais cujos filhos apresentam NEE, incluídos num Jardim-de-infância em Castelo Branco. O levantamento das necessidades mais frequentes nas famílias foi possível pela aplicação do Questionário QNF, e constatou-se que os tipos de necessidades mais frequentes recaíram sobre as necessidades de informação, as financeiras e as de apoio, dado que os inquiridos assinalaram a opção 3 (necessito deste tipo de ajuda) em 3 das 6 componentes. Quando solicitados a colocarem por ordem de prioridade até um máximo de 10 dos 28 itens do questionário, os dez itens mais pontuados dividem-se por três componentes de análise: Necessidades de informação, com 4 itens, Necessidades de Apoio, com 3 itens e Necessidades Financeiras, também com 3 itens. Quanto à relação entre as três características dos sujeitos (composição do agregado familiar, situação familiar e situação laboral) e as várias componentes em estudo (necessidades de informação, necessidades de apoio, explicar aos outros, serviços da comunidade, necessidades financeiras e funcionamento da vida familiar), verificou-se uma convergência acentuada na tendência de respostas mais vezes assinaladas ao nível da composição do agregado familiar, pelo que parece poder-se concluir que não é a tipologia do agregado familiar que condiciona haver mais ou menos dificuldades nas várias componentes em estudo. Ao nível da situação familiar, concluiu-se que nas três primeiras componentes de análise houve convergência ao nível da tendência de respostas mais vezes ocorridas. Contudo, nas restantes três componentes de análise (Necessidades Serviços da Comunidade, Necessidades Financeiras, e, Funcionamento da Vida Familiar) essa convergência já não existiu. Ao nível da situação laboral, na maioria das componentes de análise existiu convergência na tendência de resposta dos vários cenários em termos de situação laboral. Esta constatação permite inferir que não será o tipo situação laboral dos sujeitos do estudo a influenciar o tipo de necessidades assinaladas.

**Passos, (2014)** pretendeu verificar a compatibilidade entre as necessidades inventariadas como mais importantes pelas famílias apoiadas pela Intervenção Precoce do Concelho da Povoação e as descritas pelas equipas que atuam nesta área. Procurou também determinar a compatibilidade entre as necessidades descritas pelas famílias e pelos profissionais de Intervenção Precoce, e ao mesmo tempo verificar se as necessidades referidas pelas famílias se centram só no funcionamento familiar ou abrangem a criança como um ser importante para a dinâmica familiar. Participaram neste estudo dez famílias apoiadas pelo Programa de Intervenção Precoce e três técnicos que constituem a equipa do Concelho da Povoação, da Ilha de S. Miguel, do Arquipélago dos Açores. Trata-se de um estudo descritivo de natureza quantitativa e qualitativa, recorrendo-se a três modalidades de recolha de dados. O

primeiro instrumento foi uma entrevista às famílias apoiadas pelo serviço de Intervenção Precoce, cujo guião foi desenvolvido tendo em conta o objetivo do estudo. O segundo instrumento, foi o Inventário das Necessidades da Família, Family Needs Survey. O terceiro instrumento foi uma entrevista aos profissionais da equipa de Intervenção Precoce, que permitiu verificar quais as necessidades mais importantes para as famílias. Os resultados obtidos concluem que as necessidades das famílias apoiadas pela Intervenção Precoce não são as mesmas descritas pelos profissionais da equipa de Intervenção Precoce. Pôde-se também verificar que as necessidades referidas pelas famílias se centram na criança, todavia também se referem a apoios de que a família em geral necessita. Os resultados obtidos apontam de uma forma geral para uma elevada satisfação das famílias relativamente à equipa de intervenção precoce.

**Raimundo (2015)** procurou identificar e diferenciar as necessidades e prioridades das famílias de crianças com PEA apoiadas pela Intervenção Precoce. A amostra era constituída por 123 casais e respetivos filhos (116 do género masculino e 17 do género feminino) com PEA, PRC ou Síndrome de Asperger, e idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos. As famílias eram oriundas de quatro zonas diferentes de Portugal. Foi utilizado o Inventário sobre as Necessidades e Prioridades da Família, a partir do qual nos foi possível verificar que existem diferenças entre as necessidades das famílias quanto às necessidades referentes à criança e quanto às referentes aos recursos existentes na comunidade. Também foram encontradas diferenças quando se compararam os pais e as mães, com estas a manifestarem maiores necessidades, e quando se compararam idades dos pais, com os mais novos a manifestarem maiores dificuldades. No que se refere à comparação entre níveis socioeconómicos e entre regiões geográficas de residência, os resultados não são tão conclusivos. O inventário parece, assim, ser adequado para identificar as necessidades e prioridades das famílias de crianças com PEA, facilitando a organização dos recursos e dos apoios.

O trabalho de **Soqueiro et al (2017)** procurou conhecer as perceções de famílias e técnicos, a trabalhar no Norte de Portugal, que se encontram envolvidos em processos de Intervenção Precoce (IP) de natureza socioeducativa e terapêutica junto de crianças, cujo desenvolvimento se encontra comprometido ou em caso de risco sobre os tipos de necessidades das famílias destas crianças. O enquadramento legislativo português relativo à Intervenção precoce, nomeadamente o Despacho Conjunto n.º 891/99 de 18 de outubro, releva a importância de capacitar a família para a Intervenção Precoce, num processo que exige dos profissionais de IP compreensão sobre os pontos de vista da família, especificamente sobre as suas necessidades e a perceção subjetiva dessas mesmas necessidades. Participaram no estudo 11 profissionais e 78 familiares com crianças em intervenção precoce que responderam a um questionário de necessidades familiares de Bailey e Simeonsson (1988), adaptado por Serrano (1990). Os resultados obtidos revelaram que as

famílias parecem enfatizar mais as questões relacionadas com o seu próprio filho, como a necessidade de obter informações sobre ele, ou sobre outras ajudas profissionais, e que as famílias e os profissionais diferem de forma significativa, ao nível das necessidades de apoio social e familiar, comunitário e outras ajudas profissionais. Apenas os aspetos económicos parecem ser valorizados de modo muito semelhante entre famílias e profissionais.

Verificamos que desses estudos apresentados as necessidades mais comuns incidiram nas necessidades de informação, de apoio e financeiras.



## **CAPÍTULO III - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

### 3.1. Objetivos e Questões de investigação

A opção por esta temática prende-se com o objetivo de identificarmos que tipo de necessidades é que os pais referem ter na educação de crianças cabo-verdianas com necessidades educativas especiais incluídas no 1.º CEB. Assim, pretendemos inquirir *qual a opinião dos pais sobre as necessidades de informação, de apoio, de explicar aos outros, de serviços comunitários, de cariz financeira e de apoio familiar, quais as suas prioridades e como se relacionam com as características destas famílias.*

A partir da questão central formulamos outras questões dela decorrentes às quais pretendemos dar resposta ao longo do trabalho:

- Quais as necessidades específicas sentidas pelas famílias das crianças cabo-verdianas com NEE incluídas num agrupamento de escolas?
- Quais as necessidades prioritárias para estas famílias?
- Quais as relações existentes entre as necessidades e as características destas famílias?

Tendo em consideração as questões de investigação e a revisão da literatura efetuada, formulámos os seguintes objetivos:

- Identificar os tipos de necessidades mais frequentes das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal;
- Identificar os tipos de necessidades prioritárias para as famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal;
- Analisar de que forma as características das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal se relacionam com as suas necessidades.

### 3.2. Opções metodológicas

Em termos metodológicos, optaremos por desenvolver esta investigação utilizando métodos e técnicas, que nos auxiliarão na recolha e, conseqüente, no tratamento dos dados.

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e interpretativo, tendo em conta que pretendemos estudar e explicar uma situação atual e que, provavelmente, poderá levar à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. É descritivo porque visa a descrição de fenómenos contemporâneos dentro de seu contexto real (Yin, 2005).

O ponto de partida deste nosso estudo será o fato de considerarmos pertinente investigar, na opinião dos pais, quais as necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.º CEB incluídas num agrupamento de escolas da zona da Amadora.

A metodologia de investigação do nosso estudo é qualitativa de natureza descritiva, pretendendo descrever as opiniões das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE, no 1.º CEB em Portugal sobre as suas necessidades. Fortin (2009 citado por Branco 2014) menciona que o objetivo das investigações qualitativas é descobrir e explorar os aspetos da ação do ponto de vista dos participantes, interpretando o fenómeno no seu meio natural.

### **3.3. Caraterização**

#### **3.3.1. Caraterização do Agrupamento de escolas**

Em 1983 é construída a Escola Secundária do Agrupamento em estudo para suprir as necessidades da população da freguesia da Damaia e de outras freguesias do concelho da Amadora (nomeadamente Reboleira, Brandoa, Alfragide, Buraca e Venda Nova).

O Agrupamento de Escolas situa-se no concelho da Amadora, freguesia de Águas-Livres, abrangendo geograficamente, a ex-freguesia da Damaia, o Alto da Damaia e, a ex-freguesia da Reboleira, na sua parte sul. Fundado em 2006, integra o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), agrega cursos de Português Para Todos (destinado a estrangeiros que pretendem melhorar o Português e Cultura Portuguesa), assegurado sem custos para a tutela, bem como diversos clubes nomeadamente do Teatro, das Artes, das Ciências, das Letras, de História, do Ambiente e ainda o Clube  $\pi$  de Matemática. Desde 2008, criou um polo do Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional.

Constituído por três estabelecimentos de educação e ensino, foi sujeito à avaliação externa das escolas em abril de 2010, no âmbito do primeiro ciclo de avaliação, e integra quatro unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo. Está abrangido pelo contrato interadministrativo de delegação de competências na área da educação e formação, celebrado em 1 de junho de 2015, entre o Município da Amadora, a Presidência do Conselho de Ministros e o então Ministério da Educação e Ciência.

A localização geográfica do Agrupamento implica que este acabe por englobar uma comunidade escolar muito diversificada, a todos os níveis, nomeadamente cultural e étnico, social e económico, bem como no que respeita às infraestruturas disponíveis na freguesia.

O Agrupamento engloba, neste momento, o ensino pré-primário, 1º Ciclo, 2ºCiclo, 3ºCiclo, Secundário; cursos vocacionais, cursos de educação e formação e cursos profissionais.

Frequentam o Agrupamento 115 crianças da educação pré-escolar (cinco grupos), 437 alunos do 1.º ciclo do ensino básico (19 turmas), 177 do 2.º (oito turmas), 300 do 3.º (12 turmas), 63 alunos dos cursos de educação e formação (duas turmas) e 17

alunos do curso vocacional (uma turma). O ensino secundário é constituído por 92 alunos nos cursos científico-humanísticos (cinco turmas) e 277 nos cursos profissionais (16 turmas). Em regime noturno, 34 alunos frequentam cursos de educação e formação de adultos (uma turma), perfazendo um total de 1512 crianças e alunos.

Os dados de contexto, relativos ao ano letivo de 2016-2017, indicam a existência de 31,1% alunos estrangeiros, maioritariamente oriundos de Cabo Verde, mas também da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Brasil e Angola e ainda, da Roménia. Relativamente à Ação Social Escolar, 42% dos alunos não beneficiavam de auxílios económicos. No que respeita às tecnologias de informação e comunicação, 14,1% dos alunos do ensino básico e 53% dos do secundário possuíam computador com internet, em casa. Quanto à formação académica dos pais e das mães, 6% no ensino básico e 3% no secundário tinham habilitação superior, enquanto 20% e 12%, respetivamente, possuíam o ensino secundário. No que concerne à sua ocupação profissional, 7,5% no ensino básico e 4,7% no secundário exerciam atividades de nível superior e intermédio.

À data da intervenção, lecionam no Agrupamento 165 docentes, sendo 50% pertencentes aos quadros. O pessoal não docente é composto por 55 assistentes operacionais, oito assistentes técnicos, uma psicóloga, uma técnica de serviço social, uma técnica de mediação social e uma técnica de educação social.

De acordo com os dados de referência disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência relativamente ao ano letivo de 2014-2015, os valores das variáveis de contexto do Agrupamento, quando comparados com os das outras escolas públicas, colocam-no entre os mais desfavorecidos, em especial a idade média dos alunos, o número dos que não beneficiam de Ação Social Escolar no ensino básico, a média do número de anos da habilitação dos pais e das mães e a percentagem de docentes do quadro.

## Características das EB1/JI do Agrupamento

As escolas EB1/JI do Agrupamento aqui referidas serão doravante designadas por: escola A e escola B.

**A escola A** é um edifício de tipo P2, com tipologia de Escola de área aberta, cujas salas foram fechadas há alguns anos. Em Janeiro de 2002 sofreu uma requalificação.

A população Escolar é constituída por 183 alunos, dos quais 137 pertencem ao 1º ciclo e 46 ao Pré-Escolar.

Num edifício próprio anexo à Escola funciona o Jardim de Infância que sofreu, igualmente, obras de requalificação. O exterior, também recuperado, possui canteiros, espaço para horta pedagógica e pátio de recreio. Os equipamentos desportivos são praticamente inexistentes.

Na Escola existem os seguintes recursos físicos: oito salas de aula com aquecimento e uma pequena bancada com lavatório para as atividades das áreas de expressões; um centro de recursos polivalente, onde funciona a sala de Informática e a biblioteca; um Gabinete de Saúde Escolar/ Serviço de Psicologia e Orientação/

Terapias e Educação Especial; um laboratório; um refeitório; uma cozinha em pleno funcionamento com self-service; um polivalente utilizado como ginásio; uma reprografia; uma sala de professores; um gabinete de coordenação.

As idades dos alunos do 1.º Ciclo estão compreendidas entre os 6 e os 14 anos, muitos deles com dificuldades sociolinguísticas graves, o que dificulta a sua integração e evolução pedagógica. A idade dos alunos que frequentam o Jardim de Infância situa-se entre os 3 e os 5 anos.

Os alunos são, na maioria, provenientes da área de influência abrangida pela Escola.

O corpo docente da Escola é constituído por 7 professores titulares de turma, 2 professores de apoio educativo, 3 professores de educação especial, dois dos quais na Unidade de Ensino Estruturado; 1 professor de Português e um professor de Matemática - ambos colocados ao abrigo do projeto TEIP; e 2 educadoras no Jardim de Infância.

Quanto ao pessoal não docente, a Escola tem o apoio da psicóloga dos SPO/ GIPE e da Técnica de Serviço Social, a tempo parcial; 4 assistentes operacionais no 1.º CEB e 3 no Pré-Escolar; uma das quais para apoio a alunos com Necessidades Educativas Especiais e ainda 2 na Unidade de Ensino Estruturado.

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) funcionam, atualmente, em flexibilização de horário com as atividades letivas.

A escola conta, no âmbito das AEC's, com professores de Atividade Física e Desportiva, monitores de Expressões e professores de Inglês, através da Câmara Municipal da Amadora – Entidade responsável. O Apoio ao Estudo está a cargo dos professores titulares das turmas, bem como a oferta complementar, Educação para a Cidadania.

**A escola B** é composta por dois edifícios distintos, um dos quais alberga o Jardim de Infância e o outro o 1.º ciclo.

A população Escolar é de 328 alunos, dos quais 263 pertencem ao 1.º ciclo e 65 ao pré-Escolar.

O corpo docente da Escola é constituído por 3 educadoras no Jardim de Infância, 12 professores titulares de turma, 3 professores no apoio educativo, 3 professores de educação especial (2 dos quais na Unidade de Ensino Estruturado), 1 professor de Português e 1 de Matemática, colocados ao abrigo do Projeto TEIP.

Quanto ao pessoal não docente, a Escola conta ainda com 1 educadora social a tempo parcial, 9 assistentes operacionais no 1.º ciclo, duas das quais na Unidade de Ensino Estruturado; e 3 no Jardim de Infância, uma das quais para alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Na Escola existem doze salas de aula, uma Unidade de Ensino Estruturado para apoio a alunos com Perturbação do Espectro do Autismo, um Centro de Recursos, que inclui a biblioteca e material de informática, duas salas para dinamização do CAF – Componente de Apoio à Família, um pavilhão gimnodesportivo e um refeitório.

No mesmo espaço físico, em anexo, encontra-se em funcionamento 3 salas de Jardim de Infância e um refeitório.

Esta Unidade Orgânica está inserida num contexto social de grande variedade étnica e cultural. Assim, integra uma população muito heterogénea de lusos, alunos oriundos dos PALOP (cabo-verdianos, guineenses, angolanos e são-tomenses), brasileiros, alguns paquistaneses e alunos romenos.

A maioria dos alunos provém de famílias, economicamente, desfavorecidas e deficitárias ao nível das condições gerais de vida, bem como das estruturas familiares. Refletem na Escola problemas de instabilidade emocional ao nível pessoal e na sua relação com o próximo, não havendo para algumas referências positivas da figura do adulto/pai. Muitos dos seus problemas e frustrações são trazidos para o contexto da sala de aula, registando-se alguns casos de indisciplina, bem como dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

As turmas do 1.º ciclo trabalham em regime normal, ou seja, das 9h às 12h e das 13h às 17h30. Os seus 250 alunos estão distribuídos por 12 turmas.

No Ensino Pré-Escolar as 71 crianças estão distribuídas por 3 turmas, constituídas por, 25, 22 e 24 crianças, respetivamente, com um horário em regime normal das 9h às 12h e das 13h00 às 15h00.

As atividades letivas do 1.º ciclo decorrem em regime normal, ou seja, das 9h às 12h e das 13h às 17h30. No Jardim de Infância o horário de funcionamento é o mesmo.

A Escola conta, no âmbito das AEC's, com professores de Atividade Física e Desportiva, monitores de Expressões e professores de Inglês, através da Câmara Municipal da Amadora – Entidade responsável. O Apoio ao Estudo está a cargo dos professores titulares das turmas, bem como a oferta complementar, Educação para a Cidadania.

O funcionamento da componente de apoio à família, dinamizada pela Junta de Freguesia das Águas Livres, está condicionado pelo pagamento de uma mensalidade. Assegura o acompanhamento das crianças das 7h30 às 9h e das 15h00 às 19h00, para crianças do JI, ou das 17h30 às 19h00, para os alunos do 1.º Ciclo.

### **3.3.2. Caraterização dos pais**

Os sujeitos do presente estudo foram selecionados a partir dos pais cabo-verdianos de crianças com Necessidades Educativas Especiais do 1.ºCEB e que estão incluídas num agrupamento de escolas na zona de Amadora.

Assim, pretendemos que os sujeitos sejam todos os pais cabo-verdianos, cujas crianças apresentem as características acima mencionadas. A escolha dos sujeitos, é feita em função dos objetivos de investigação (Quivy 2008).

Neste sentido, foram contactadas todas as famílias (8) para participar no estudo, no entanto 2 das famílias rejeitaram participar. Como tal, o grupo de sujeitos ficou constituído por 6 famílias. A partir da “Ficha de Caraterização da Criança e dos seus Pais” procederemos à caraterização detalhada da amostra.

Os sujeitos do nosso estudo, foram solicitados a responder ao “Questionário sobre as Necessidades das Famílias” e uma “Ficha de Caracterização da Criança e dos seus Pais” constituída por dois grupos de questões, onde recolhemos informações e procedemos à descrição dos sujeitos a partir dos seguintes indicadores: (a) Composição do agregado familiar; (b) Situação familiar; (c) Idade dos pais; (d) Número de elementos que compõem o agregado familiar; (e) Habilitações literárias dos pais; (f) Situação dos pais perante o trabalho; (g) Domínio de atividade profissional dos pais, o que nos facilitam na caracterização de cada um desses pontos. Passamos a apresentar no gráfico n.º 1 a descrição da amostra quanto ao **agregado familiar**:

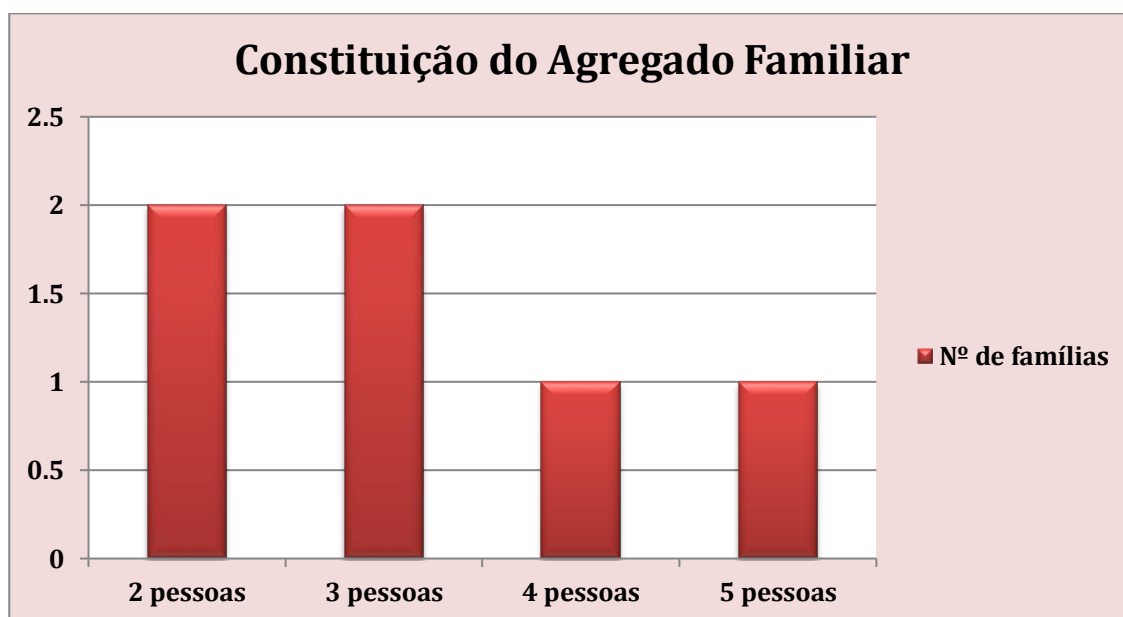


Gráfico 1 - Caracterização dos Pais, em função da dimensão do agregado familiar

Na composição do agregado familiar, incluímos o próprio filho com NEE. Assim podemos observar que no gráfico n.º 1 duas das famílias são formadas por apenas duas pessoas, duas famílias são constituídas por três pessoas, uma família é composta por quatro pessoas e uma outra é formada por cinco pessoas.

No gráfico n.º 2 apresentamos a caracterização dos Pais, em função da dimensão situação familiar.

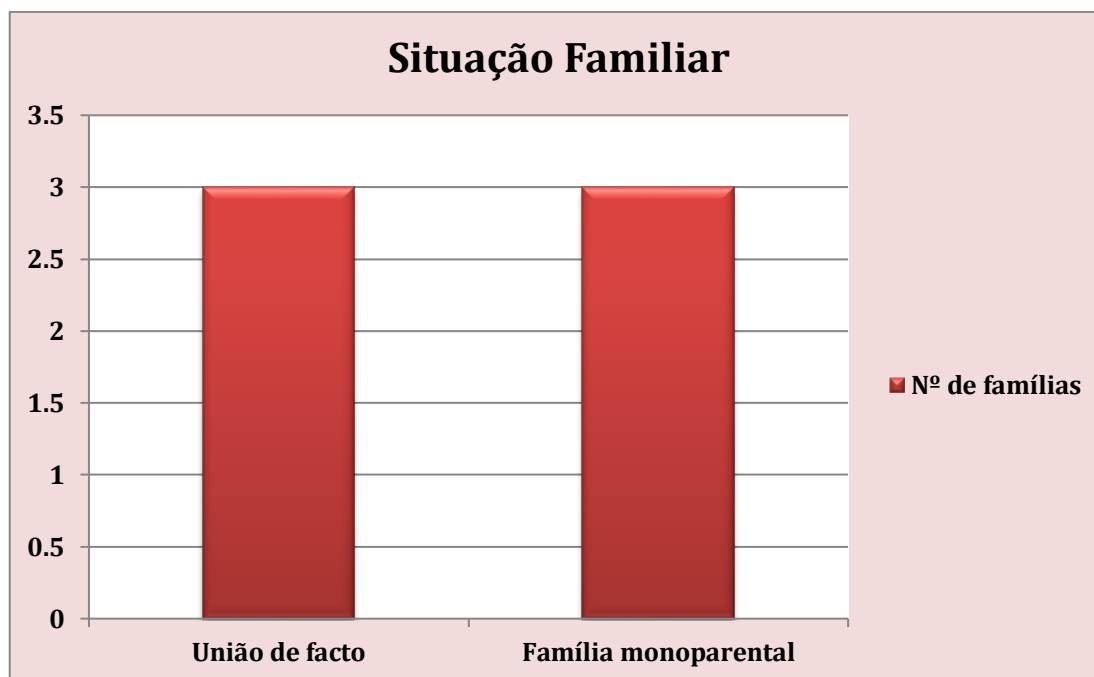


Gráfico 2 - Caraterização dos Pais, em função da dimensão situação familiar

A análise do gráfico n.º 2 evidencia que há três famílias que vivem na condição de união de facto e outra três que vivem na condição de mãe solteira, isto é, família monoparental.

No gráfico n.º 3 apresentamos a caracterização dos pais em função da idade.

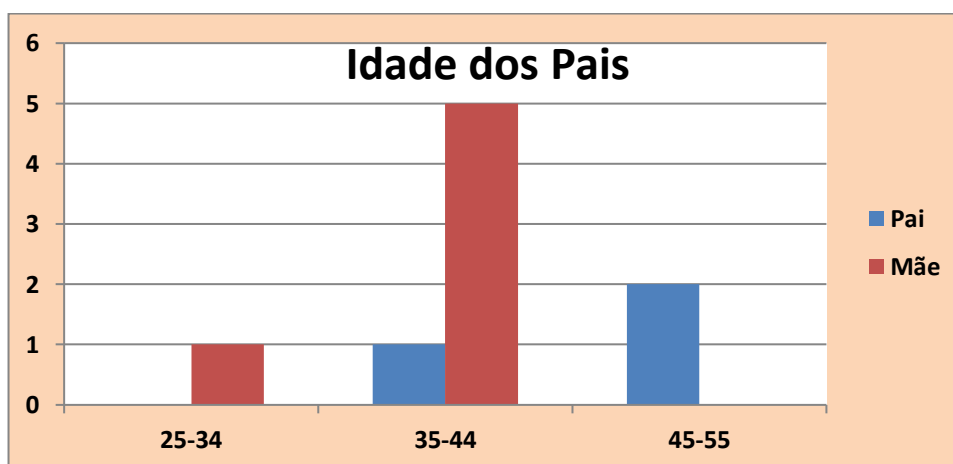


Gráfico 3 - Caraterização dos pais em função da idade

Em relação à idade dos pais, o gráfico n.º 3 demonstra-nos as idades tanto dos pais como das mães.

A maioria das mães (5) tem idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos de idade e dos pais (2) tem idades compreendidas entre os 45 e os 55 anos de idade. De salientar que, apenas uma mãe tem 26 anos de idade (a mais nova) e duas têm 43 anos de idade (as mais velhas).

O gráfico n.º 4 apresenta a caracterização dos pais em função das habilitações literárias.

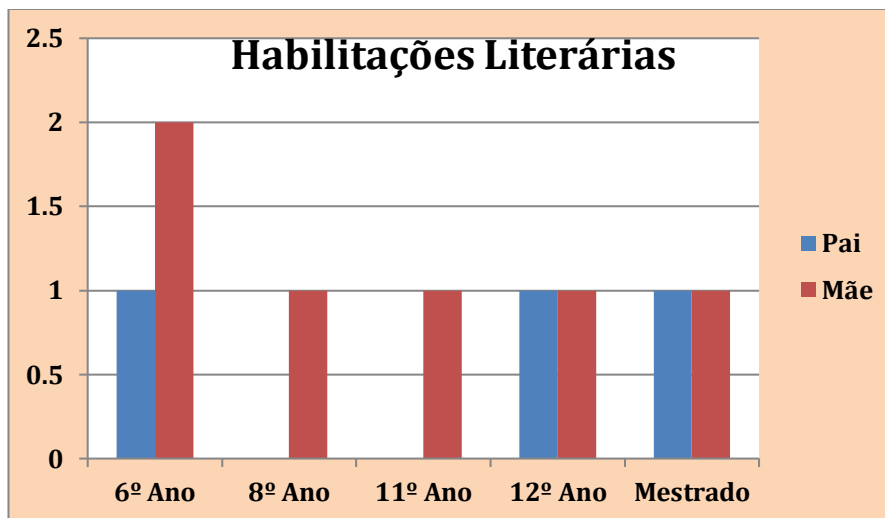


Gráfico 4 - Caracterização dos pais em função das habilitações literárias

Da análise do gráfico n.º 4 apuramos que o mínimo de habilitações literárias é o 6ºano de escolaridade tanto para os pais (1) como para as mães (2) e o máximo é o mestrado (1 pai e 1 mãe). No que diz respeito à formação com maior frequência absoluta é o 6.º ano de escolaridade (2 mães). Ao nível das mães, no 8.º ano (1), no 11.º ano (1) e no 12.º ano (1).

No gráfico n.º 5 apresentamos a caracterização dos pais em função da situação profissional.

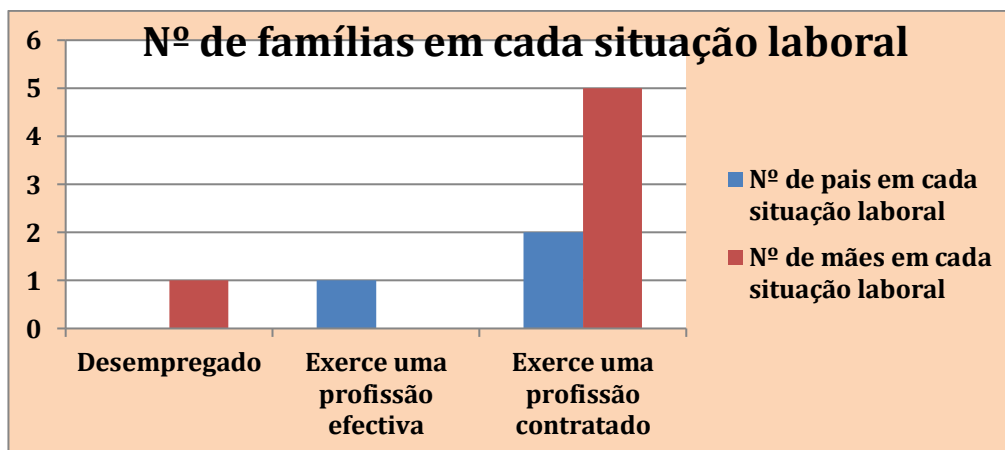


Gráfico 5 - Caracterização dos pais em função da situação profissional

Em relação ao nível da situação profissional dos pais podemos concluir que um pai tem uma vinculação de contrato efetivo e os outros dois são contratados.

Quanto ao vínculo profissional das mães, uma encontra-se desempregada e cinco estão contratadas.

O gráfico n.º 6 apresenta a caracterização do domínio da atividade profissional dos pais.

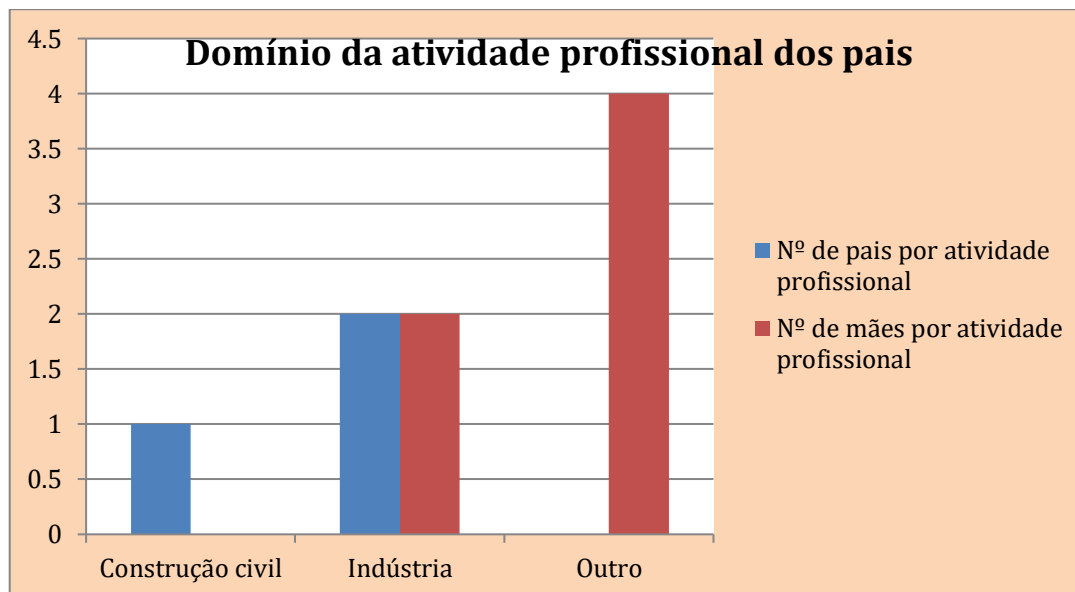


Gráfico 6 - Caracterização do domínio da atividade profissional dos pais

Relativamente ao domínio da atividade profissional um dos pais trabalha na construção civil e dois na indústria.

Comparativamente as mães, duas também trabalham no sector industrial e quatro exercem a profissão de empregada de limpeza/empregada doméstica (outro).

### Síntese:

Pelos dados expostos a partir dos gráficos podemos afirmar que os seis agregados familiares são formados essencialmente por 2 e 3 indivíduos. Vivem em condição de união de facto (3) e família monoparental (3). As idades das mães (5) assentam na faixa etária entre os 35 e os 44 anos de idade e dos pais (2) entre os 45 e os 55 anos.

Relativamente as habilitações literárias dos pais predomina o 6.º ano de escolaridade (2 mães e 1 pai).

Em relação ao nível da situação profissional dos pais 1 tem uma vinculação de contrato efetivo e os outros 2 são contratados e executam principalmente uma atividade profissional no sector da construção civil e da indústria.

Quanto ao vínculo profissional das mães constatamos que 5 mães são contratadas e a atividade profissional dominante é na área de limpeza (empregada doméstica).

### 3.3.3. Caracterização das crianças com NEE

A “Ficha de caracterização da Família” é organizada em duas partes. A parte 1 tem como objetivo caracterizar os sujeitos da amostra, e a parte 2 tem como objetivo caracterizar os seus filhos com NEE.

Assim, foram analisados os seguintes indicadores: Sexo; Idade; Posição da criança com NEE face aos irmãos; Principais dificuldades apresentadas pelas crianças com NEE.

A tabela n.º 1 apresenta a caracterização das crianças com NEE quanto ao sexo e idade.

Tabela 1 - Distribuição das crianças com NEE por sexo e idade

Sexo		Idade				
Masculino	Feminino	7 Anos	8 Anos	10 Anos	11 Anos	12 Anos
4	2	1	1	2	1	1

Podemos observar na tabela n.º 1 que a maioria das crianças com NEE (4) são do sexo masculino. Relativamente às idades estão compreendidas entre os 7 e 12 anos, verificando-se que o maior número (2) se situa nos 10 anos.

Quanto à posição das crianças com NEE face aos irmãos, na tabela n.º 2 podemos verificar as suas posições.

Tabela 2 - Distribuição das crianças com NEE quanto à sua composição face aos irmãos

Posição da Criança ou Jovem Face aos Irmãos		
É a mais velha (a primeira)	É a terceira	Filho único
4	1	1

Através da tabela n.º 2 podemos constatar que a maioria das crianças com NEE é o primeiro filho(a) dos sujeitos do estudo.

A tabela n.º 3 apresenta as principais dificuldades das crianças com NEE.

Tabela 3 - Principais dificuldades apresentadas pelas crianças com NEE

Principais dificuldades apresentadas pelas crianças com NEE				
Dificuldades motoras	Dificuldades múltiplas	Dificuldades na linguagem	Dificuldades visuais	Outras Dificuldades de Aprendizagem
2	2	3	1	4

Pela análise da tabela n.º 3, verificamos que as principais dificuldades mencionadas pelos sujeitos do estudo inquiridos foram: outras (4), de linguagem (3), motoras (2), múltiplas (2) e visuais (1).

### **Síntese:**

No que respeita ao género verificamos que a maioria é do sexo masculino e a faixa etária predominante é de 10 anos de idade.

Quanto à posição das crianças com NEE face aos irmãos, esta é a mais velha (a primeira).

Em relação as principais dificuldades apresentadas, a maioria situa-se em dificuldades de aprendizagem e problemas de linguagem.

## **3.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados**

Para recolher os dados para este estudo, aplicamos um Inquérito por Questionário sobre as Necessidades das Famílias, (Anexo A) desenvolvido por Bailey e Simeonsson (1988) e adaptado à realidade portuguesa, por Pereira (1996) e uma Ficha de Caracterização da família e da criança com NEE (Anexo B) para conhecer as principais necessidades de famílias cabo-verdianas com crianças com NEE e incluídas numa escola EB e residentes em Portugal.

O Questionário foi efetuado individualmente em contexto escola ou em residência dos inquiridos.

Recorreremos a técnica de análise qualitativa de natureza descritiva porque como dizem Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (2005, p.37), "(...) a investigação qualitativa tem como objetivo a compreensão do significado ou da interpretação dada pelos próprios sujeitos inquiridos, com frequência e de modo implícito, aos acontecimentos que lhes dizem respeito e aos comportamentos que manifestam".

### **3.4.1. Questionário sobre as Necessidades das Famílias**

O instrumento utilizado para avaliar as necessidades das famílias foi uma adaptação do "Family Needs Survey" (FNS, 1988) desenvolvido por Donald B. Bailey, e Rune J. Simeonsson da University of North Carolina at Chapel Hill e posteriormente traduzido e adaptado por Filomena Pereira (1996).

O "Family Needs Survey" resultou de uma meticolosa revisão da literatura, da discussão com especialistas em investigação com famílias, de dados de questionários anteriores e da própria experiência clínica dos autores com famílias.

Os questionários iniciais foram validados por um conjunto de especialistas composto por doze professores especializados, três psicólogos e por 16 famílias de crianças com deficiência (Bailey & Simonsson, 1998).

Em Portugal, Pereira (1996) traduziu e adotou o "Questionário sobre as Necessidades das Famílias" (QNF) para a realidade sócio-cultural portuguesa com o objetivo de uma melhor clarificação.

O QNF é organizado em 6 categorias compostas na sua totalidade por 28 questões/itens.

- Necessidades de Informação (composto por 7 questões/itens);
- Necessidades de Apoio (composto por 7 questões/itens);
- Necessidade de Explicar a Outros (composto por 4 questões/itens);
- Necessidade de Serviços da Comunidade (composto por 3 questões/itens);
- Necessidades Financeiras (composto por 4 questões/itens)
- Funcionamento da Vida Familiar (composto por 3 questões/itens);

Todas as questões estão classificadas de 1 a 3, apontando a intensidade crescente de complexidade da necessidade, de forma que, o valor 1 corresponde ao menor nível de complexidade da necessidade (significa não necessito deste tipo de ajuda) o valor 2 (não tenho a certeza) e, por último o valor 3 (necessito desse tipo de ajuda), o nível máximo de complexidade de necessidade.

As 6 categorias podem descrever-se da seguinte forma:

**Necessidades de Informação** – Bailey e Simeonsson (1998, citados por Pereira, 1996) evidenciam que os pais de uma criança especial relevam maior necessidade de informação para educar a criança do que os pais de um filho sem necessidades especiais. Esta categoria tem como objetivo registar se os pais das crianças com NEE sentem necessidades de informação sobre: como as crianças crescem ou se desenvolvem, como brincar com ela, como pegar nela, como lidar com o comportamento da criança, informações sobre qualquer problema ou deficiência da criança e necessidade de informação sobre os serviços atuais e futuros. O conjunto dos 7 itens avalia as necessidades das famílias quanto à informação.

**Necessidade de Apoio** – também é constituída por 7 itens, avalia as necessidades dos pais acerca do apoio informal e formal, baseados no princípio de que o apoio constitui um mediador de “stress” familiar (Durnst, Trivette & Cross, 1986 citado por Pereira 1996). Estes apoios pressupõem que os pais tenham alguém na família ou amigos para conversar, ou terem alguém que auxilie os progenitores a aceitar o filho especial, que ajude a família a discutir problemas e encontrar soluções ou que ajude a família a decidir acerca das atividades familiares e recreativas.

**Necessidade de Explicar aos Outros** – esta categoria é constituída por 4 itens e avalia a necessidades das famílias de explicar a diferentes pessoas o problema do seu filho e a necessidade de obter informação escrita sobre outras famílias com um filho com a situação idêntica ao seu (Simões, 2010).

**Necessidades de Serviços da Comunidade** – constituída por 3 itens, pretende avaliar as necessidades das famílias para encontrar um médico, um serviço de colocação temporária ou um serviço de apoio social e educativo (Pereira, 1996).

**Necessidades Financeiras** – Esta categoria formada por 4 itens, pretende avaliar as necessidades básicas como a alimentação, o vestuário, transportes, e mesmo necessidades relacionadas com a liquidez de serviços de terapia ou outros de que a criança precise (Simões, 2010), pois a presença de uma criança especial no seio familiar é quase sempre sinónimo de despesas adicionais para a família.

**Funcionamento da Vida Familiar** – a última categoria inclui 3 itens que pretendem avaliar na sua globalidade o funcionamento da vida familiar. Esta categoria engloba as necessidades da família na organização e divisão das tarefas domésticas, bem como as necessidades relativas às ajudas para resolver problemas familiares (Pereira 1996).

A parte final do QNF apresenta uma questão de resposta fechada, em que se pretende conhecer as necessidades prioritárias das famílias. Assim, solicita-se aos inquiridos que, de acordo com as necessidades, assinalem os 10 principais itens que correspondem às suas maiores necessidades.

Por fim, é colocada uma questão de resposta aberta para que os pais possam indicar outras necessidades sentidas e não contempladas nos itens anteriores do questionário. O objetivo dos dois tipos de itens, resposta aberta e resposta fechada, é o de possibilitar a livre expressão dos inquiridos, permitindo aos pais a possibilidade de clarificar as respostas a itens standardizados e de darem informação adicional acerca das necessidades sentidas (Pereira, 1996).

### **3.4.2. Ficha de Caracterização da Família**

Todos os elementos recolhidos na “Ficha de caracterização da família” (FCF) têm como objetivo caracterizar os pais e os seus filhos com NEE. Este instrumento é baseado no primeiro bloco da Escala Europeia de Satisfação das Famílias em Intervenção Precoce (ESFIP), constituído por questões que pretendem proporcionar informações sobre a criança e os seus pais, solicitando ao inquirido que assinale com uma (X) a resposta pretendida. Solicitam-se dados, tais como caracterização dos pais, composição do agregado familiar, fontes de rendimento familiar e a caracterização do contexto habitacional. Também são pedidos dados referentes à caracterização da criança com necessidades educativas especiais, tais como a identificação da mesma, as principais dificuldades, a situação educativa e o apoio terapêutico e/ou psicopedagógico.

### **3.5. Procedimentos éticos e legais**

Tendo em vista a temática em estudo, e considerando o contexto, as condições e as características da realidade a investigar, torna-se necessário recorrer aos procedimentos éticos e legais.

Começámos por solicitar autorização ao Diretor do agrupamento de escolas em estudo para podermos entregar e receber os “Questionário sobre as Necessidades das Famílias” e a “Ficha de caracterização da Família”, aos pais cabo-verdianos de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB.

Após a autorização do Diretor do agrupamento de escolas procedemos à aplicação dos questionários, onde duas famílias rejeitaram colaborar no estudo. Nos casos em que não conseguimos entrar em contato direto com a família, os questionários foram entregues aos alunos, tendo sido os pais antecipadamente contactados, com o intuito de solicitar o preenchimento total dos instrumentos de recolha de dados, explicando-lhes o objetivo da investigação, e para incentivar a participação na pesquisa, garantimos o anonimato, a confidencialidade das respostas, e a participação voluntária da mãe ou do pai.

### **3.6. Tratamento de dados**

Depois da recolha dos dados precedemos o seu tratamento, tendo em conta os objetivos estabelecidos para este estudo.

As informações levantadas na “Ficha de Caracterização da Criança e dos seus pais” (Constituição do agregado familiar, situação familiar, idade dos pais e situação laboral dos pais perante o trabalho) expostos previamente neste capítulo facilitaram a caracterização da amostra e serão relacionados com as necessidades vivenciadas pelos pais.

Os dados recolhidos através do “Questionário sobre as Necessidades das Famílias”, referente às questões fechadas serão apresentados através de tabelas de frequência e analisados percentualmente com recurso à análise descritiva de alguns gráficos.

Existe uma questão que, a partir do conjunto dos 28 itens do questionário, os sujeitos são solicitados a colocarem por ordem, tendo em conta o seu grau de importância, as suas dez maiores necessidades manifestadas. Sendo assim, 1 ponto representa o item assinalado como tendo menor importância (assinalado em última posição) e 10 pontos representa o item mais importante (assinalado na primeira posição) em termos de necessidades sentidas. Sempre que o item não é assinalado atribuiremos 0 pontos.

Para a questão de resposta aberta, que tem como objetivo conhecer outras necessidades das famílias não contempladas nos itens do questionário, o mesmo será objeto de análise de conteúdo, mediante o levantamento das unidades de registo. A partir da técnica de análise categorial, as unidades de registo serão distribuídas em categorias e subcategorias a fim de exibirmos os resultados.



## **CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### **4.1. Tipos de necessidades mais frequentes nas famílias**

O instrumento usado para recolher os dados sobre as necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.º CEB em Portugal, foi possível pela utilização do Questionário sobre as Necessidades das Famílias (QNF).

Para a questão dos tipos de necessidades mais frequentes nas famílias procedemos à apresentação de tabelas descritivas e respetivos gráficos.

Na questão da prioridade das necessidades das famílias referidas no questionário (QNF) optamos pela representação gráfica e descritiva em tabelas para uma melhor visualização das diversas posições das necessidades assinaladas.

Na questão das relações existentes entre as necessidades e as características das famílias os resultados são apresentados em tabelas descritivas.

Como anteriormente já referimos utilizamos para o tratamento dos dados da questão aberta, a análise de conteúdo e o cálculo das frequências das respostas para as outras questões.

Estas necessidades estão separadas em seis categorias, pelo que os resultados aqui apresentados seguem a ordem das questões do instrumento de recolha de dados.

### 4.1.1. Necessidades de Informação

Na categoria das necessidades de “Informação” os resultados das sete questões avaliadas estão expostos na tabela n.º 4 e no gráfico n.º 7:

Tabela 4 - Necessidades de Informação

Itens		1-Não necessito deste tipo de ajuda	2-Não tenho a certeza	3-Necessito deste tipo de ajuda
1	Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho.	0	1	5
2	Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com o meu filho.	2	1	3
3	Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho	1	0	5
4	Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho	1	3	2
5	Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho.	0	0	6
6	Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro.	0	1	5
7	Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve.	2	2	2
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>8</b>	<b>28</b>
<b>%</b>		<b>14</b>	<b>19</b>	<b>67</b>

Da análise da tabela n.º 4 - Necessidades de “Informação”, verificamos que das 42 respostas efetuadas 28 incidiram na opção de resposta n.º 3 - Necessito deste tipo de ajuda, com um valor percentual de 67%. Consequentemente constatamos que os pais destas crianças têm uma elevada falta de informação na maioria dos itens sobre os quais foram solicitados a responder. Efetivamente, maior parte dos itens, à exceção do quarto (Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho) e do sétimo (Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve), a opção que foi mais vezes selecionada foi a opção 3.

Quando os pais referem **necessito deste tipo de ajuda**, o item número 5 (Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho) é o que se sobressai na totalidade das respostas, seguido dos itens 1 (Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho), 3 (Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho) e 6 (Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro).

Quando referem **não necessito deste tipo de ajuda**, o item número 2 (Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com o meu filho) e o item número 7 (Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve) são os mais assinalados.

Na opção de resposta número 2 - **Não tenho a certeza**, o item número 4 (Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho) é o que mais se destaca, seguido do item número 7 (Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve).

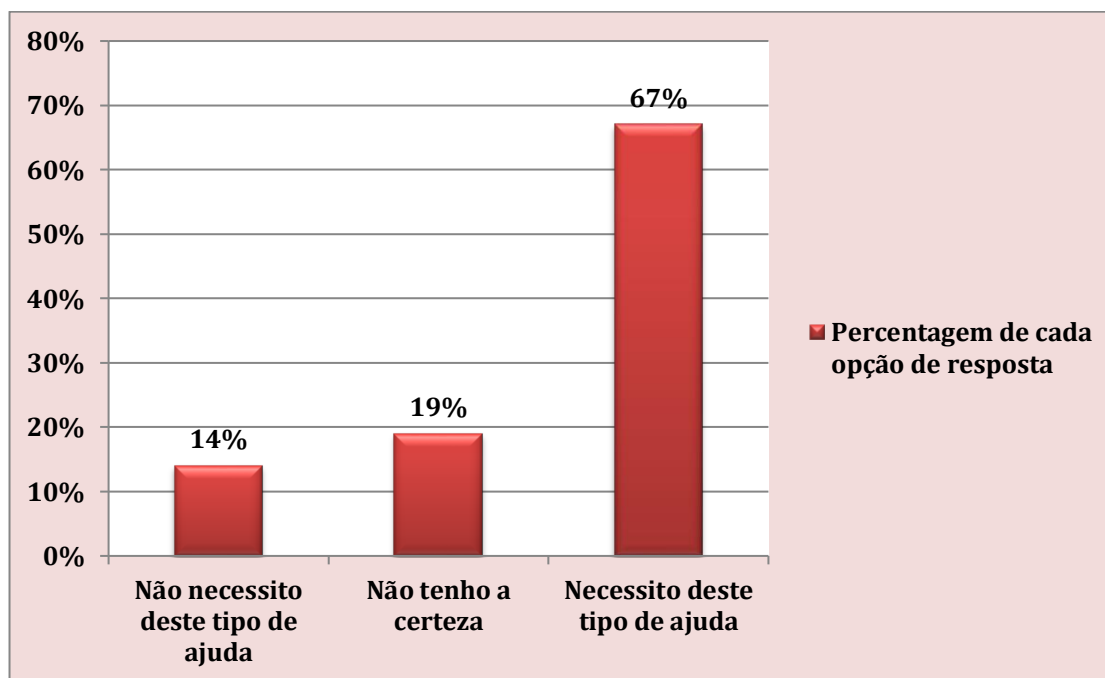


Gráfico 7 - Necessidades de Informação

A partir do gráfico n.º 7 constatamos que grande parte dos pais revelou sentir falta de informação sobre a maioria dos temas em análise neste estudo, pois 67% selecionaram a opção 3 - Necessito deste tipo de ajuda, 19% escolheram a opção 2 - Não tenho a certeza e 14% selecionaram a opção 1 - Não necessito deste tipo de ajuda.

### 4.1.2. Necessidades de Apoio

Os resultados dos sete itens da categoria das necessidades de “Apoio” estão apresentados na tabela n.º 5 e no gráfico n.º 8:

Tabela 5 - Necessidades de Apoio

Itens		1-Não necessito deste tipo de ajuda	2-Não tenho a certeza	3- Necessito deste tipo de ajuda
8	Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.	4	2	0
9	Necessito de ter mais amigos com quem conversar.	2	1	3
10	Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com os pais de outras crianças deficientes.	1	0	5
11	Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho.	1	0	5
12	Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.	0	0	6
13	Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho.	0	4	2
14	Necessito de mais tempo para mim próprio	0	1	5
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>8</b>	<b>26</b>
<b>%</b>		<b>19</b>	<b>19</b>	<b>62</b>

Também na categoria Necessidades de “Apoio” podemos observar a partir da tabela n.º 5 que a maioria das respostas dos pais inquiridos incidiu na opção de resposta n.º 3 - Necessito deste tipo de ajuda, com um valor percentual de 62%. Em todos os itens, à exceção do item número oito (Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca) onde os pais demonstraram sentir menos necessidade de ajuda e do item número 13 (Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho). A opção 3 (necessito deste tipo de ajuda) foi sempre a que se destacou.

Na opção de resposta número 3 – **Necessito deste tipo de ajuda**, o item número 12 (Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca) é o que se sobressai na totalidade das respostas, seguido dos itens 10 (Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com os pais de outras crianças deficientes), 11 (Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho) e 14 (Necessito de mais tempo para mim próprio) equitativamente com o mesmo valor (5).

Quando os pais dizem **não necessito deste tipo de ajuda**, o item número 8 (Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca) é o mais escolhido.

Na opção de resposta número 2 – **Não tenho a certeza**, o item número 13 (Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho) é o que mais se sobressai.

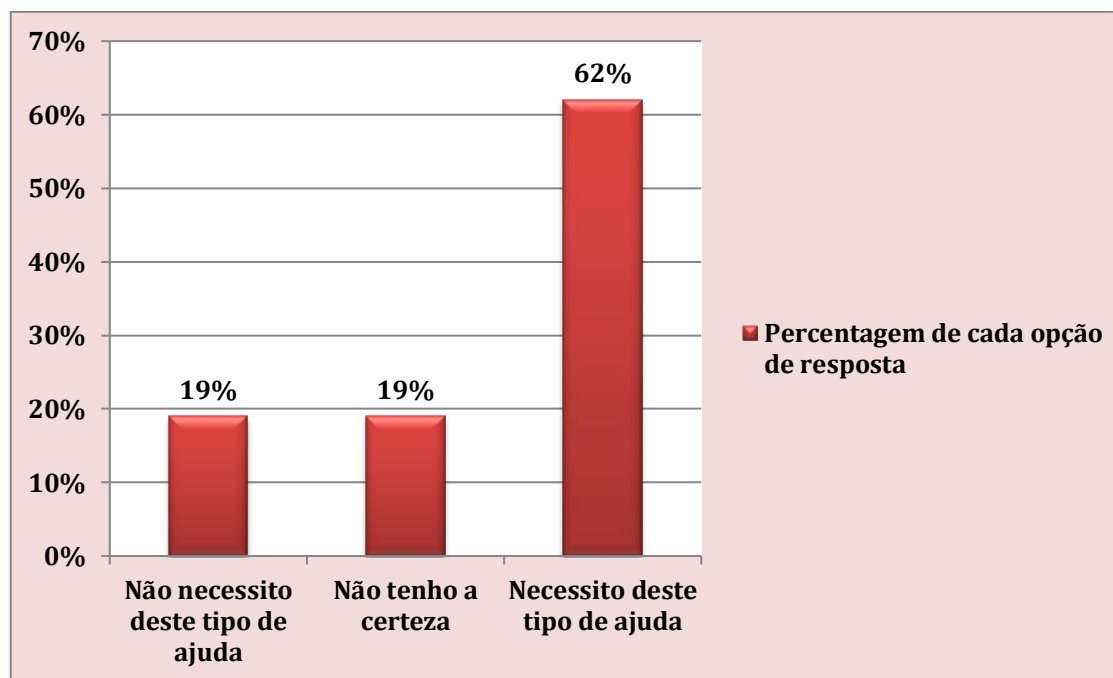


Gráfico 8 - Necessidades de Apoio

A partir do gráfico n.º 8 verificamos que grande parte dos pais disse sentir falta de apoio sobre a maioria dos itens em análise neste estudo, pois 62 % selecionaram a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda e coincidentemente a opção 2 – Não tenho a certeza e a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda tiveram o mesmo valor percentual, 19% respetivamente.

### 4.1.3. Necessidades de Explicar a Outros

As informações recolhidas dos quatro itens na categoria das necessidades de “Explicar a Outros” estão explícitos na tabela n.º 6 e no gráfico n.º 9:

Tabela 6 - Necessidades de Explicar a Outros

Itens		1-Não necessito deste tipo de ajuda	2-Não tenho a certeza	3- Necessito deste tipo de ajuda
15	Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos.	0	3	3
16	O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho.	2	0	4
17	Necessito de ajuda para saber responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre a situação do meu filho.	2	0	4
18	Necessito de ajuda para explicar a situação do meu filho a outras crianças.	2	3	1
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>6</b>	<b>12</b>
<b>%</b>		<b>25</b>	<b>25</b>	<b>50</b>

Tal como nas duas categorias de análises anteriores, a maioria das famílias inquiridas escolheram a opção de resposta n.º 3 - Necessito deste tipo de ajuda, nas necessidades de “Explicar a Outros”.

A resposta da opção n.º 3, tem 50% de valor percentual e os itens número 16 (O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho), 17 (Necessito de ajuda para saber responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre a situação do meu filho) destacam-se com o mesmo valor de seleção de resposta, onde os pais manifestaram sentir mais necessidade de ajuda, seguido do item 15 (Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos).

Duas famílias referem não necessitar de ajuda para os itens 16 (O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho), 17 (Necessito de ajuda para saber responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre a situação do meu filho) e 18 (Necessito de ajuda para explicar a situação do meu filho a outras crianças).

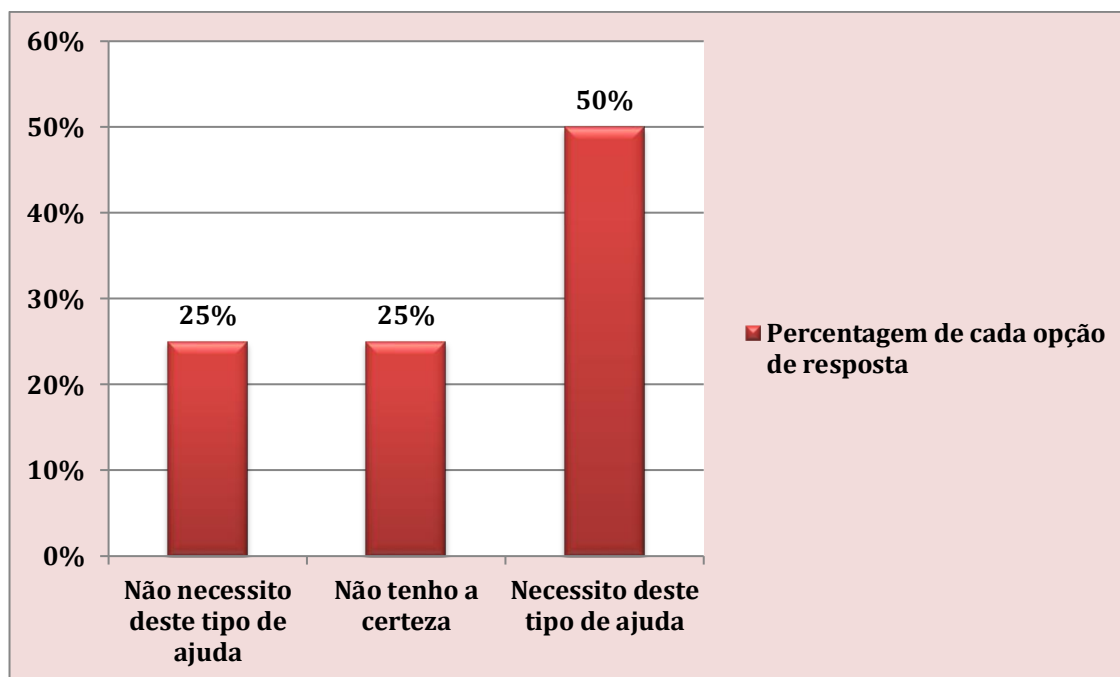


Gráfico 9 - Necessidades de Explicar a Outros

Da análise do gráfico n.º 9 constatamos que os pais sentem necessidade de explicar aos outros o problema do seu filho, sobre a maioria dos temas em análise neste estudo, pois 50% selecionaram a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda e equitativamente a opção 2 – Não tenho a certeza e a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, obtiveram o mesmo valor percentual, 25% respetivamente.

#### 4.1.4. Necessidades de Serviços da Comunidade

Na tabela n.º 7 e o gráfico n.º 10 encontram-se os resultados recolhidos na categoria das necessidades dos “Serviços da Comunidade”, constituída por três itens.

Tabela 7 - Necessidades de Serviços da Comunidade

Itens		1-Não necessito deste tipo de ajuda	2-Não tenho a certeza	3- Necessito deste tipo de ajuda
19	Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho.	0	3	3
20	Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade.	1	0	5
21	Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho.	0	0	6
<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>3</b>	<b>14</b>
<b>%</b>		<b>6</b>	<b>17</b>	<b>78</b>

Analisando os dados da tabela n.º 7 a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda continua a prevalecer na categoria das necessidades dos “Serviços da Comunidade”, com 78%.

Quando os pais manifestam **necessito deste tipo de ajuda**, o item número 21 (Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho) é o que predomina na totalidade das respostas, seguido do item 20 (Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade). Assim, os pais evidenciam a pertinência de futuramente existirem serviços que estejam habilitados para apoiarem os filhos sempre que necessitem de descansar, ir ao cinema, a uma festa e por períodos curtos de tempo.

Apenas uma família referiu não necessitar de ajuda para encontrar um serviço que quando tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o seu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade (item 20).

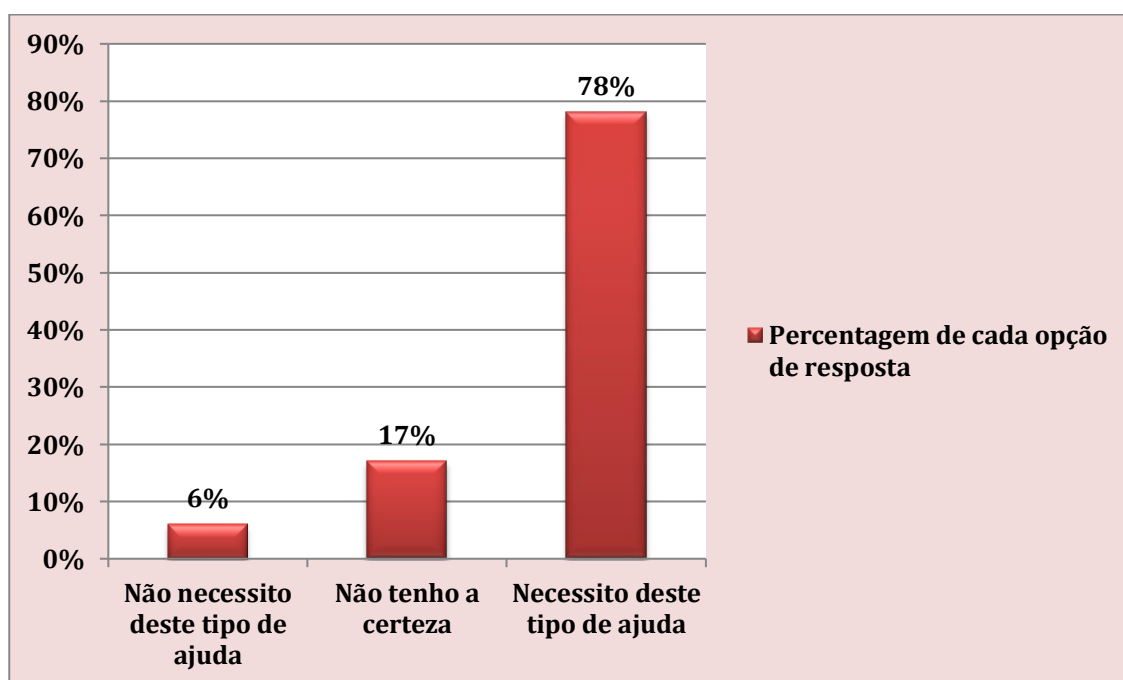


Gráfico 10 - Necessidades de Serviços da Comunidade

A partir do gráfico n.º 10 observamos que grande parte dos pais revelou sentir falta de serviços da comunidade sobre a generalidade dos itens em análise neste estudo, pois 78% selecionaram a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda, 17% a opção 2 – Não tenho a certeza e 6% a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda.

#### 4.1.5. Necessidades Financeiras

Os dados recolhidos sobre a categoria das necessidades “Financeiras” organizada por quatro itens constam na tabela n.º 8 e no gráfico n.º 11:

Tabela 8 - Necessidades Financeiras

Itens		1-Não necessito deste tipo de ajuda	2-Não tenho a certeza	3- Necessito deste tipo de ajuda
22	Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braile...).	1	1	4
23	Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa.	2	1	3
24	Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita.	2	0	4
25	Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária (os referidos no ponto 20).	2	0	4
<b>Total</b>		<b>7</b>	<b>2</b>	<b>15</b>
<b>%</b>		<b>29</b>	<b>8</b>	<b>63</b>

Através da análise da tabela 8 podemos constatar que a maioria dos pais inquiridos tem necessidade de ajuda financeira, dado que 63% selecionaram a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Revelaram ter maiores necessidades financeiras nos itens 22 (Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braile...), 24 (Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita) e 25 (Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária).

Só uma ou duas famílias referem não necessitar de ajuda nos 4 itens.

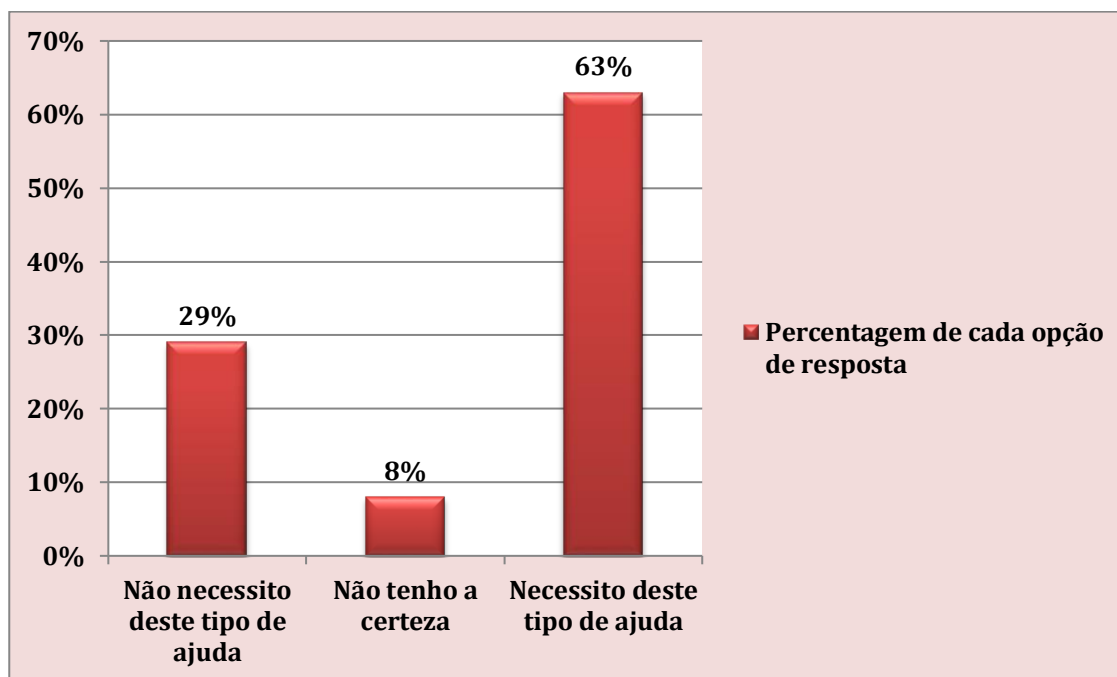


Gráfico 11 - Necessidades Financeiras

Da análise do gráfico n.º 11 observamos que grande parte dos pais disse sentir necessidades financeiras sobre a maioria dos itens em análise neste estudo, pois 63% selecionaram a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda, 29% das famílias afirmam não necessitar deste tipo de ajuda e apenas 8% não têm a certeza.

#### 4.1.6. Necessidades do Funcionamento da Vida Familiar

Para verificarmos as necessidades das famílias na categoria do “Funcionamento Familiar” os inquiridos responderam a quatro itens cujos resultados se encontram na tabela n.º 9 e no gráfico n.º 12:

Tabela 9 - Necessidades no Funcionamento Familiar

Itens		1-Não necessito deste tipo de ajuda	2-Não tenho a certeza	3- Necessito deste tipo de ajuda
26	A nossa família necessita de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções.	2	4	0
27	A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente.	2	4	0
28	A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas familiares.	3	3	0
<b>Total</b>		<b>7</b>	<b>11</b>	<b>0</b>
<b>%</b>		<b>39</b>	<b>61</b>	<b>0</b>

Em relação aos dados recolhidos sobre esta última categoria de análise – Funcionamento da Vida Familiar, pela primeira vez, a opção 2 - Não tenho a certeza, foi a que registou maior número de respostas por parte dos inquiridos, com um valor percentual de 61%. Os itens 26 (A nossa família necessita de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções) 27 (A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente) foram aqueles que a maioria dos pais (5) referiram não ter a certeza de necessidade de ajuda.

A resposta da opção n.º 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, apresenta 39% das escolhas. O item número 28 (A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas familiares), sobressai como sendo aquele em que metade dos pais inquiridos (3) referiram não sentir necessidade de ajuda.

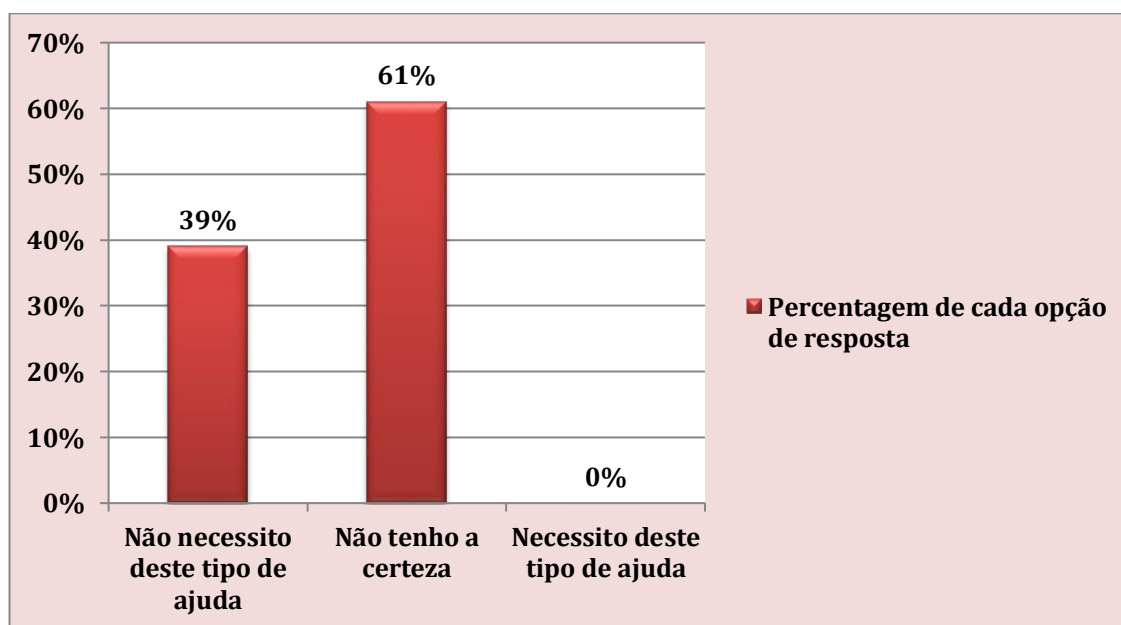


Gráfico 12 - Necessidades no Funcionamento da Vida Familiar

A partir do gráfico n.º 12 observamos que grande parte dos pais disse não ter a certeza de necessidades de apoio no funcionamento familiar sobre a maioria dos itens em análise neste estudo, pois 61% selecionaram a opção 2 – Não tenho a certeza, 39% escolheram a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e 0% a opção n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, isto é, não houve qualquer resposta.

### Síntese:

Tendo em conta análise das respostas dos pais inquiridos e apresentados nas tabelas anteriores, a categoria de análise onde os pais manifestaram vivenciar maiores necessidades de ajuda é a das **Necessidades de Informação** com um total de 42 respostas, incidindo 67% destas (28) na opção 3, e o item que se destacou na

totalidade das respostas com 6 pontos é o n.º 5 (Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho), seguido dos itens 1 (Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho), 3 (Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho) e 6 (Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro) com 5 pontos ambos.

Na categoria **Necessidades de Apoio** 26 das respostas incidiram na opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda (62%), onde sobressai na totalidade das respostas com 6 pontos o item número 12 (Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca), seguido dos itens 10 (Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com os pais de outras crianças deficientes), 11 (Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho) equitativamente com o mesmo valor percentual e 14 (Necessito de mais tempo para mim próprio) com 5 pontos cada.

Das 24 respostas dadas sobre as **Necessidades Financeiras**, a maioria (15 - 63%) das respostas dos inquiridos recaíram na necessidade deste tipo de ajuda e ainda referiram vivenciar maiores necessidades sobretudo nos itens 22 (Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braile...), 24 (Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita) e 25 (Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária) com 4 pontos cada.

Na categoria das **Necessidades de Serviços da Comunidade** verificamos que das 18 respostas, 14 (78%) incidiram na opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Ressaltamos ainda que o somatório das respostas com 6 pontos recaiu no item número 21 (Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho), seguido do item 20 (Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade) com 5 pontos.

Na categoria das necessidades de **Explicar a Outros**, os inquiridos manifestaram também sentir falta de ajuda, pois 50% (12 repostas) escolheram a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Apontaram maiores necessidades de ajuda nos itens número 16 (O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho) e 17 (Necessito de ajuda para saber responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre a situação do meu filho) com 4 pontos cada, seguido do item 15 (Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos) com 3 pontos.

Na totalidade, as famílias não têm necessidades na categoria das **Necessidades do Funcionamento da Vida Familiar**, no entanto 61% evidenciaram que não têm a

certeza dessa necessidade de ajuda e os itens número 26 (A nossa família necessita de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções) e o item 27 (A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente) predominam com 4 pontos cada.

A análise dos resultados obtidos permitiu verificar que à semelhança de outros estudos as Necessidades de Informação, Necessidades Financeiras e Necessidades de Apoio de forma geral foram as grandes prioridades das famílias que participaram nestes estudos. Por exemplo no estudo de Pereira (1996) os pais assinalaram como mais frequentes somente as Necessidades de Informação e as Necessidades Financeiras. No estudo de Morgado e Beja (2000 citado por Carmo 2004) as Necessidades de Informação foram as mais frequentes. No estudo de Lopes (2008) tanto as famílias de jovens com NEE como as famílias de jovens sem NEE sentem como principal necessidade a falta de informação. No que se refere às Necessidades de Apoio estas foram identificadas como sendo mais sentidas pelas famílias de jovens sem NEE e quanto às Necessidades Financeira estas foram mais sentidas pelas famílias de jovens com NEE. No estudo de Simões (2010), os pais inquiridos optaram preferencialmente pela opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda em três das seis categorias: Necessidades de informação, Necessidades de apoio e Necessidades financeiras. Também no estudo de Branco (2014) as três categorias mais selecionadas foram as mesmas de Simões (2010).

#### **4.1.7. Síntese Global**

Da análise efetuada às seis categorias em estudo, apresentamos a tabela n.º 10 com a análise global das necessidades das famílias em estudo de modo a identificarmos quais os tipos de necessidades mais sentidas pelos pais incluindo as cotações absolutas para cada uma das três opções de resposta de todo o questionário, bem como os respetivos valores percentuais:

A tabela n.º 10 – apresenta a análise global das necessidades:

Tabela 10 - Análise Global das Necessidades

	<b>1-Não necessito deste tipo de ajuda</b>	<b>2-Não tenho a certeza</b>	<b>3-Necessito deste tipo de ajuda</b>	<b>Total</b>
<b>1-Necessidades de Informação</b>	6	8	28 (67%)	42
<b>2-Necessidades de Apoio</b>	8	8	26 (62%)	42
<b>3-Explicar aos Outros</b>	6	6	12 (50%)	24
<b>4-Serviços da Comunidade</b>	1	3	14 (78%)	18
<b>5-Necessidades Financeiras</b>	7	2	15 (63%)	24
<b>6-Funcionamento da Vida Familiar</b>	7	11	0 (0%)	18
<b>Totais</b>	<b>35</b>	<b>38</b>	<b>95</b>	<b>168</b>
<b>%</b>	<b>20.83</b>	<b>22.62</b>	<b>56.55</b>	<b>100</b>

Da análise da tabela anterior, verificamos que das 168 respostas recolhidas, 95 (56.55%) recaíram na opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda, 38 (22.62%) incidiram na opção 2 – Não tenho a certeza e 35 (20.83%) recaíram na opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda.

Podemos ainda observar que quando os pais inquiridos selecionaram a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, as categorias das necessidades mais frequentes são as seguintes:

- Serviços da comunidade com 14 repostas – 78%;
- Necessidades de Informação com 28 respostas – 67%;
- Necessidades Financeiras com 15 respostas – 63%;
- Necessidades de Apoio com 26 respostas – 62%;
- Explicar aos Outros com 12 respostas – 50%;

De realçar que na categoria “Funcionamento da Vida Familiar” a opção mais vezes escolhida foi a opção 2 – Não tenho a certeza, com 11 respostas.

Dos resultados obtidos constatamos que a opção de resposta n.º 3 - Necessito deste tipo de ajuda, salienta-se bastante dos outros dois itens, pelo que podemos afirmar que mais de metade das famílias inquiridas neste estudo manifestaram a necessidade de ajuda em quase todas as categorias (95 respostas = 56.55%).

## 4.2. Prioridade das Necessidades

Os pais inquiridos foram solicitados a ordenarem de 1 a 10 os 28 itens do questionário, tendo em conta os que na sua opinião representavam as suas maiores necessidades. De realçar que somente uma família sentiu necessidade de ordenar precisamente 10 itens. As demais ordenaram por grau de importância meramente entre 7 a 9 itens. Em seguida atribuímos a cotação a cada resposta selecionada pelos pais e como mencionamos anteriormente, ao item escolhido em 1.<sup>a</sup> posição atribuímos 10 pontos e em última posição atribuímos 1 ponto. Os resultados organizados pela ordem de importância atribuída pelos pais encontram-se espelhados na tabela n.º11 e no gráfico n.º13.

Tabela 11 - Prioridade das Necessidades

<b>Categorias das Necessidades</b>	<b>Itens mais pontuados</b>	<b>Pontuação</b>
<b>1.º Informação</b>	6- Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro.	36
<b>2.º Informação</b>	1- Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho.	34
<b>3.º Informação</b>	3- Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho.	31
<b>4.º Apoio</b>	11- Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho.	28
<b>5.º Apoio</b>	14- Necessito de mais tempo para mim próprio.	25
<b>6.º Serviços da comunidade</b>	20- Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade.	22
<b>7.º Apoio</b>	12- Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.	21
<b>8.º Financeiras</b>	24- Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita.	19
<b>9.º Informação</b>	5- Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho.	18
<b>10.º Financeiras</b>	22- Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braile...).	15

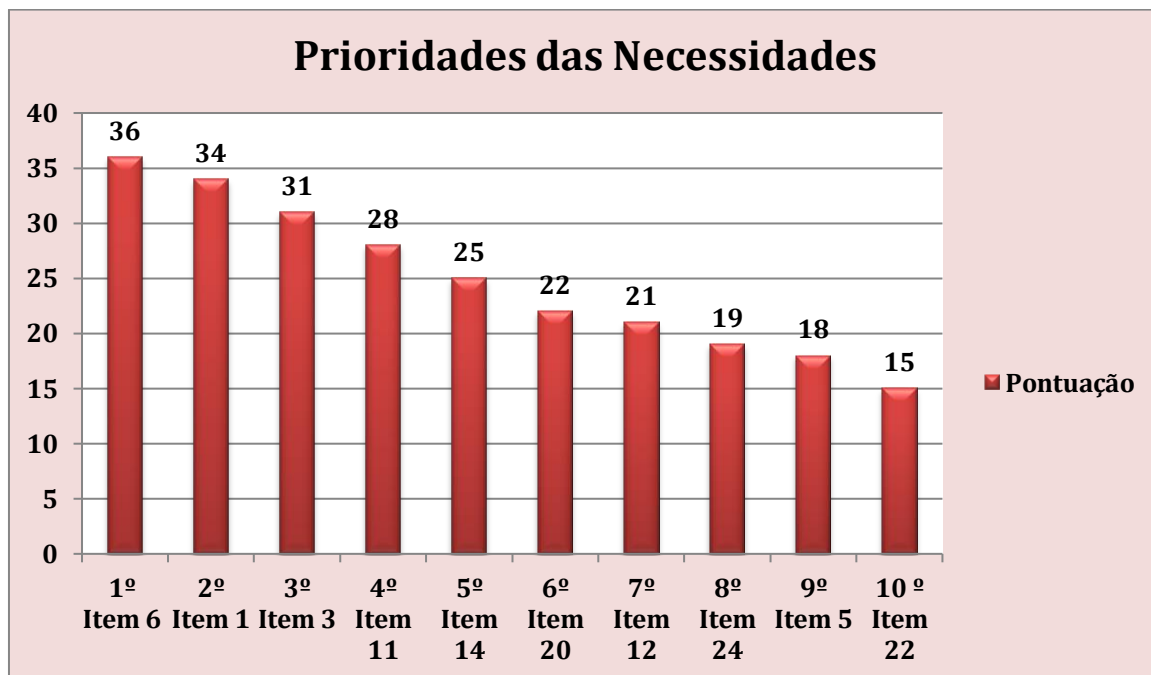


Gráfico 13 - Prioridades das Necessidades

Da observação e análise dos 28 itens do questionário assinalados pelos pais e ordenados por ordem de 1 a 10 os que representavam as suas maiores necessidades, constatamos que o item com maior pontuação na prioridade das necessidades foi o item 6 - Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro, com 36 pontos e pertencente à categoria das necessidades de “**Informação**”. As preocupações dos pais sobre as necessidades de informação e sobre os serviços de que os filhos poderão beneficiar no futuro, têm sido bem documentados (Ayer,1984 citado por Pereira, 1996). À semelhança do estudo de Simões (2010) o item 6 destacou na primeira posição com 55 pontos. Também no estudo de Pereira (1996) o item 6 foi altamente ponderado pelas famílias, (87,4%) dos pais indicaram ter necessidades de informação neste domínio específico.

Na segunda posição, com 34 pontos surge o item 1 - Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho, também da categoria das necessidades de “**Informação**”.

Seguidamente o item pontuado em 3.º lugar com 31 pontos, também pertencente a categoria das necessidades de “**Informação**”, foi o item 3 - Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho.

Na quarta posição de prioridade, com 28 pontos, os pais escolheram a categoria das necessidades de “**Apoio**” através do item 11 - Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho.

Ainda dentro da categoria das necessidades de “**Apoio**” em 5.º lugar com 25 pontos aparece o item 14 - Necessito de mais tempo para mim próprio.

Em 6.º lugar com 22 pontos surge uma nova categoria, a dos “**Serviços da comunidade**” através do item 20 - Necessito de ajuda para encontrar um serviço que

quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade. Também à semelhança do estudo de Simões (2010) posiciona-se na 6.<sup>a</sup> posição o item 20 com 30 pontos.

O item pontuado imediatamente a seguir, isto é, em 7.<sup>a</sup> posição, com a diferença de menos um ponto do item anterior foi o item 12 – Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca, com 21 pontos e que pertence a categoria das necessidades de “**Apoio**”.

Na categoria das necessidades “**Financeiras**”, os pais consideraram na 8.<sup>a</sup> prioridade com 19 pontos o item 24 – Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita.

Na 9.<sup>a</sup> prioridade e com 18 pontos, valor muito próximo da posição anterior surge o item 5 – Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho das necessidades de “**Informação**”.

Como última prioridade aparece a categoria das necessidades “**Financeiras**”, através do item 22 – Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braille...), com 15 pontos

Analisando os resultados, verificamos que os dez itens que os pais consideraram ter mais necessidades de ajuda dividem-se por quatro categorias de necessidades:

- Necessidades de informação, com 4 itens (6, 1, 3 e 5),
- Necessidades de Apoio, com 3 itens (11, 14 e 12),
- Necessidades Financeiras, com 2 itens (24 e 22),
- Serviços da comunidade com 1 item (20).

Os itens referentes às outras duas categorias de necessidades: Necessidades de Explicar aos Outros e Funcionamento da Vida Familiar não foram selecionados pelos pais inquiridos como sendo necessidades prioritárias.

A tabela n.º 12 expõe a soma dos 10 itens mais pontuados pelos pais.

Tabela 12 - Prioridades das Necessidades por componente de análise

<b>Categorias das Necessidades</b>	<b>Itens mais pontuados</b>	<b>Pontuação</b>
<b>1.º Informação</b>	6- Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro.	36
<b>2.º Informação</b>	1- Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho.	34
<b>3.º Informação</b>	3- Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho.	31
<b>9.º Informação</b>	5- Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho.	18
<b>Total</b>		<b>119</b>
<b>4.º Apoio</b>	11- Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho.	28
<b>5.º Apoio</b>	14- Necessito de mais tempo para mim próprio.	25
<b>7.º Apoio</b>	12- Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.	21
<b>Total</b>		<b>74</b>
<b>8.º Financeiras</b>	24- Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita.	19
<b>10.º Financeiras</b>	22- Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braille...).	15
<b>Total</b>		<b>34</b>
<b>6.º Serviços da comunidade</b>	20- Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade.	22
<b>Total</b>		<b>22</b>

Pela observação dos resultados da tabela n.º 12, verificamos que a categoria de Necessidades de Informação foi a que atingiu maior pontuação (119 pontos), de seguida a categoria de Necessidades de Apoio (74 pontos), depois a categoria das Necessidades Financeiras (34 pontos) e por último a categoria das Necessidades de Serviços da Comunidade (22 pontos).

### 4.3. Outras Necessidades dos Pais

Quando solicitamos aos pais para apontar outras necessidades não contempladas nos itens do questionário, somente um dos seis inquiridos respondeu à questão.

Depois de feita a análise de conteúdo às respostas, a tabela n.º 13 ilustra o resultado encontrado para as outras necessidades das famílias que não estão identificadas no questionário.

Tabela 13 - Necessidades das Famílias não contempladas nos itens do QNF

<b>Categorias das Necessidades</b>	<b>Necessidades não contempladas nos itens do questionário</b>
<b>Necessidades de Apoio</b>	Necessidade de um técnico com formação para apoiar o meu filho nas suas necessidades de incontinência urinária e fecal. Limitação de auxiliares nas escolas para dar respostas as necessidades dos alunos.

Pela análise da tabela verificamos que há pelo menos uma família com necessidades além das mencionadas no QNF, que se enquadram nas Necessidades de Apoio, referindo que sente a falta de um técnico com formação para apoiar o filho nas suas necessidades de incontinência e falta de auxiliares nas escolas para dar respostas às necessidades dos alunos, incluindo o seu filho.

#### **4.4. Relação entre as Características e as Necessidades dos Pais**

Neste ponto tencionamos analisar as relações existentes entre as necessidades das famílias do estudo e as suas características, através da apresentação de tabelas descritivas.

A nossa análise descritiva baseia-se nas seguintes características das famílias: composição do agregado familiar, situação familiar, situação laboral e idade dos pais.

##### **4.4.1. Composição do Agregado Familiar**

Através dos resultados alcançados pela frequência de respostas (1 – Não necessito deste tipo de ajuda; 2 – Não tenho a certeza; 3 – Necessito deste tipo de ajuda), dos vários itens para cada categoria das necessidades, pretendemos analisar como o número de pessoas que compõem o agregado familiar poderá estar relacionado com as diferentes categorias das necessidades.

A tabela n.º14 apresenta os dados referentes às “Necessidades de Informação” face à composição do agregado familiar:

Tabela 14 - Relação entre as Necessidades de Informação e a Composição do Agregado Familiar

	Famílias compostas por 2 elementos			Famílias compostas por 3 elementos			Famílias compostas por 4 Elementos			Famílias compostas por 5 elementos		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Necessidades de Informação (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
1	-	-	2	-	-	2	-	1	-	-	-	1
2	-	2	-	-	-	2	1	-	-	-	-	1
3	-	-	2	-	-	2	1	-	-	-	-	1
4	1	-	1	-	1	1	-	1	-	-	1	-
5	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1
6	-	1	1	-	-	2	-	-	1	-	-	1
7	1	1	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-
<b>Total</b>	2	4	8	0	2	12	2	2	3	1	1	5
<b>%</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>57</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>86</b>	<b>28.57</b>	<b>28.57</b>	<b>42.86</b>	<b>14.29</b>	<b>14.29</b>	<b>71.42</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Relativamente à análise da tabela anterior podemos verificar que seja qual for o número de sujeitos que constituem cada agregado familiar, a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda foi a mais selecionada.

Não é pelo facto do agregado familiar ter mais elementos que é maior a necessidade deste tipo de ajuda: 71.42% na família constituída por 5 pessoas, 42.86% na família formadas por 4 pessoas e 86% nas duas famílias constituídas por três elementos. Nas famílias mais pequenas (2 elementos) os valores são de 57% para a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Quanto a opção de resposta n.º 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, a seleção foi de 14% das respostas das famílias com 2 pessoas, 0 % das respostas das famílias com 3 elementos, 28.57% das respostas da família com 4 pessoas e 14.29% das respostas da família com 5 elementos.

Quanto a categoria de análise – “Necessidades de Apoio”, os dados recolhidos encontram-se na tabela n.º 15:

Tabela 15 - Relação entre as Necessidades de Apoio e a Composição do Agregado Familiar

	Famílias compostas por 2 elementos			Famílias compostas por 3 elementos			Famílias compostas por 4 elementos			Famílias compostas por 5 elementos		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Necessidades de Apoio (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
8	1	1	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-
9	-	-	2	-	1	1	1	-	-	1	-	-
10	1	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	1
11	1	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	1
12	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1
13	-	2	-	-	2	-	-	-	1	-	-	1
14	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	1	-
<b>Total</b>	3	3	8	1	4	9	2	0	5	2	1	4
<b>%</b>	<b>21.43</b>	<b>21.43</b>	<b>57.14</b>	<b>7</b>	<b>29</b>	<b>64</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>71</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>57</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Assim como na categoria anterior, na categoria necessidades de “Apoio”, podemos constatar que independentemente do número de sujeitos que fazem parte de cada agregado familiar a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de apoio, foi também a mais escolhida. As duas famílias constituídas por dois elementos, a seleção dessa opção foi de 57.14%, sendo 64% nas duas famílias formadas por 3 pessoas, 71% na família composta por 4 elementos e 57% na família constituída por 5 pessoas.

Também aqui, não é pelo facto do agregado familiar ter mais elementos que é maior a necessidade deste tipo de ajuda: 57% na família constituída por 5 pessoas, 71% na família formadas por 4 pessoas, 64% nas duas famílias constituídas por três elementos e nas famílias mais pequenas (2 elementos) os valores são de 57.14% para a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Em relação a opção de resposta n.º 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, incidiram nesta opção 21.43% das respostas das famílias com 2 pessoas, 7% das respostas das famílias com 3 elementos e coincidentemente 29% das respostas da família com 4 pessoas e 29% das respostas da família com 5 elementos.

Quanto a opção de resposta n.º 2 – Não tenho a certeza, as duas famílias formadas por dois elementos, a escolha dessa opção foi de 21.43%, nas duas famílias compostas por 3 pessoas foi de 29%, e 14% na família organizada por 5 pessoas. A família constituída por 4 elementos nunca optou por esta opção (0 %).

A tabela n.º 16 expõe a relação entre a necessidade de “Explicar a Outros” e a “Composição do Agregado Familiar”

Tabela 16 - Relação entra as Necessidades de Explicar a Outros e a Composição do Agregado Familiar

	Famílias compostas por 2 elementos			Famílias compostas por 3 elementos			Famílias compostas por 4 elementos			Famílias compostas por 5 elementos		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
<b>Explicar a Outros</b> <b>(itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>15</b>	-	2	-	-	-	2	-	1	-	-	-	1
<b>16</b>	1	-	1	-	-	2	1	-	-	-	-	1
<b>17</b>	1	-	1	-	-	2	1	-	-	-	-	1
<b>18</b>	1	1	-	-	1	1	1	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	3	3	2	0	1	7	3	1	0	0	1	3
<b>%</b>	<b>37.5</b>	<b>37.5</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>12.5</b>	<b>87.5</b>	<b>75</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>75</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Podemos constatar que nesta categoria de análise “Explicar aos Outros” as duas famílias constituídas por três elementos (87.5%) e a família com cinco pessoas (75%) optaram maioritariamente pela resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda. A família constituída por 4 pessoas nunca selecionou esta opção (0%). Nas duas famílias constituídas por 2 elementos 25% das respostas recaíram nesta mesma opção.

A família com 4 elementos prefere maioritariamente a opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda (75%) e as duas famílias constituídas por 2 pessoas valorizam a opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e a opção 2- Não tenho a certeza (37.5% respetivamente).

As famílias compostas por 3 pessoas e por 5 pessoas nunca incidiram na opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda (0%).

Quanto à opção 2 – Não tenho a certeza, incidiram nesta resposta 37.5% das respostas das famílias compostas por 2 elementos, 25% das respostas das famílias compostas por 4 e 5 elementos e 12.5% das respostas das famílias compostas por 3 elementos.

Os dados recolhidos entre a relação dos “Serviços da Comunidade” e a “Composição do Agregado Familiar” constam na tabela n.º 17:

Tabela 17 - Relação entre os Serviços da Comunidade e a Composição do Agregado Familiar

	Famílias compostas por 2 elementos			Famílias compostas por 3 elementos			Famílias compostas por 4 elementos			Famílias compostas por 5 elementos		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Serviços da Comunidade (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>19</b>	-	2	-	-	1	1	-	-	1	-	-	1
<b>20</b>	-	-	2	-	-	2	-	-	1	1	-	-
<b>21</b>	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1
<b>Total</b>	0	2	4	0	1	5	0	0	3	1	0	2
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>67</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>83</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>0</b>	<b>67</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Nesta categoria “Necessidades de Serviços da Comunidade” constatamos na tabela anterior que todas as famílias destacaram maioritariamente a opção 3 – Necessito deste tipo de apoio: 100% das respostas da família composta por 4 elementos, 83% nas famílias constituídas por 3 pessoas e 67% nas famílias constituídas por 2 pessoas e nas famílias com 5 pessoas.

Nos agregados familiares compostos por 2, 3 e 4 pessoas nenhum dos pais selecionou a opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda. A família com 5 elementos escolheu a opção 1 com 33% das respostas.

Relativamente à categoria de análise – “Necessidades Financeiras”, os dados recolhidos encontram-se na tabela n.º 18:

Tabela 18 - Relação entre as Necessidades Financeiras e a Composição do Agregado familiar

	Famílias compostas por 2 elementos			Famílias compostas por 3 elementos			Famílias compostas por 4 elementos			Famílias compostas por 5 elementos		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
<b>Necessidades Financeiras (itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>22</b>	-	-	2	1	-	1	-	-	1	-	1	-
<b>23</b>	1	-	1	1	-	1	-	-	1	-	1	-
<b>24</b>	1	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-	1
<b>25</b>	-	-	2	1	-	1	-	-	1	1	-	-
<b>Total</b>	2	0	6	4	0	4	0	0	4	1	2	1
<b>%</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>75</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>25</b>	<b>50</b>	<b>25</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Como se pode observar pela tabela 18, nesta categoria constatamos que os agregados familiares constituídos por 2, 3 e 4 elementos destacaram maioritariamente a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda (75%, 50% e 100% respetivamente) enquanto que a família composta por 5 pessoas a opção de resposta 2 – Não tenho a certeza, prevaleceu com maior valor percentual 50% e os restantes agregados familiares não escolheram essa opção.

As duas famílias compostas por 3 elementos dividiram equitativamente as suas respostas entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda com 50% cada.

Quanto a opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda apenas a família constituída por 4 elementos não têm necessidades (0%).

A tabela n.º19 apresenta os dados relativos a relação entre o “Funcionamento da Vida Familiar” e a “Composição do Agregado Familiar”:

Tabela 19 - Relação entre o Funcionamento da Vida Familiar e a Composição do Agregado Familiar

	Famílias compostas por 2 elementos			Famílias compostas por 3 elementos			Famílias compostas por 4 elementos			Famílias compostas por 5 elementos		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Necessidades do Funcionamento da Vida Familiar (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
26	1	1	-	1	1	0	-	1	-	-	1	-
27	1	1	-	1	1	0	-	1	-	-	1	-
28	1	1	-	1	1	0	1	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	3	3	0	3	3	0	1	2	0	0	3	0
<b>%</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>67</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Na categoria de “Funcionamento da Vida Familiar”, constatamos pela tabela 19 que nenhuma das famílias inquiridas optou pela resposta 3 - Necessito deste tipo de ajuda. Tanto as famílias constituídas por 4 e 5 elementos destacaram maioritariamente a opção 2 – Não tenho a certeza (67% e 100% respetivamente) e as de 2 e 3 elementos optaram por 50% das respostas respetivamente na opção de resposta 1 - Não necessito de ajuda e na opção 2 – Não tenho a certeza.

A família composta por 4 elementos ainda incidiu 33% das suas respostas na opção de resposta 1 – Não necessito de ajuda.

#### 4.4.2. Situação Familiar

Neste ponto pretendemos verificar as relações existentes entre as Necessidades de Informação das famílias do estudo e a sua “Situação Familiar”, através da apresentação de tabelas.

A tabela n.º 20 exhibe os dados referentes às “Necessidades de Informação” face a “Situação Familiar”:

Tabela 20 - Relação entre as Necessidades de Informação e a Situação Familiar

	União de facto			Pai/mãe solteira(o), viúvo(a), ou divorciado(a) (família monoparental)		
	N=3			N=3		
Necessidades de Informação (itens n.º)	1	2	3	1	2	3
1	-	1	2	-	-	3
2	1	-	2	1	1	1
3	1	-	2	-	-	3
4	-	3	-	1	-	2
5	-	-	3	-	-	3
6	-	-	3	-	1	2
7	1	-	2	1	2	-
<b>Total</b>	3	4	14	3	4	14
<b>%</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>52</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>52</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Pelos dados da tabela 20 podemos constatar que independentemente da situação familiar dos pais inquiridos (3 união de facto e 3 monoparental) a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda é a mais selecionada (52%).

Coincidentemente tiveram as mesmas opções de preferência em todas as opções de respostas (opção 1 – 14%, opção 2 – 19% e opção 3 – 52%).

A tabela n.º 21 apresenta os dados alusivos a categoria – “Necessidades de Apoio”, face a “Situação Familiar”:

Tabela 21 - Relação entre as Necessidades de Apoio e a Situação Familiar

	União de facto			Pai/mãe solteira(o), viúvo(a), ou divorciado(a) (família monoparental)		
	N=3			N=3		
Necessidades de Apoio (itens n.º)	1	2	3	1	2	3
<b>8</b>	3	-	-	1	2	-
<b>9</b>	2	-	1	-	1	2
<b>10</b>	-	-	3	1	-	2
<b>11</b>	-	-	3	1	-	2
<b>12</b>	-	-	3	-	-	3
<b>13</b>	-	1	2	-	3	-
<b>14</b>	-	1	2	-	-	3
<b>Total</b>	5	2	14	3	6	12
<b>%</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>67</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>57</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Relativamente à categoria – Necessidades de Apoio, podemos observar na tabela n.º 21, que a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda foi a mais assinalada tanto nas uniões de factos como nas famílias monoparentais. (67% e 57% respetivamente).

As restantes respostas das uniões de factos divergem entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda (24%) e a opção 2 – Não tenho a certeza (9%). No caso das famílias monoparentais, as restantes respostas dividem-se também entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda (14%) e a opção 2 – Não tenho a certeza (29%).

Quanto à categoria de análise – “Explicar a Outros”, face a “Situação Familiar” os dados recolhidos encontram-se na tabela n.º 22:

Tabela 22 - Relação entre Explicar a Outros e a Situação Familiar

	União de facto			Pai/mãe solteira(o), viúvo(a), ou divorciado(a) (família monoparental)		
	N=3			N=3		
<b>Explicar a Outros (itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3
<b>15</b>	-	1	2	-	2	1
<b>16</b>	1	-	2	1	-	2
<b>17</b>	1	-	2	1	-	2
<b>18</b>	1	1	1	1	2	-
<b>Total</b>	3	2	7	3	4	5
<b>%</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>58</b>	<b>25</b>	<b>33</b>	<b>42</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Tal como na categoria anterior, também nesta – Necessidades de “Explicar a Outros”, ressalta a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de apoio, como a mais escolhida, independentemente da situação familiar de cada agregado familiar: 58% de respostas das famílias unidas por união de facto e 42% de respostas das famílias monoparentais.

As restantes respostas dividem-se entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e a opção 2 – Não tenho a certeza. No caso das famílias unidas por união de facto, 25% das respostas recaíram na opção 1 e as restantes 17% na opção 2. Por outro lado, nas famílias monoparentais, também 25% das respostas incidiram na opção 1 e as demais 33% na opção 2.

A tabela n.º 23 apresenta os dados referentes a categoria – “Serviços da Comunidade”, face a “Situação Familiar”:

Tabela 23 - Relação entre os Serviços da Comunidade e a Situação Familiar

	União de facto			Pai/mãe solteira(o), viúvo(a), ou divorciado(a) (família monoparental)		
	N=3			N=3		
Serviços da Comunidade (itens n.º)	1	2	3	1	2	3
<b>19</b>	-	1	2	-	2	1
<b>20</b>	1	-	2	-	-	3
<b>21</b>	-	-	3	-	-	3
<b>Total</b>	1	1	7	0	2	7
<b>%</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>78</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>78</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Nesta categoria de análise – “Serviços da Comunidade” e pelos dados da tabela 23, podemos observar que a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda foi maioritariamente seleccionada pelos pais inquiridos independentemente da situação familiar com um valor percentual de 78% cada.

As restantes respostas das famílias unidas por união de facto distribuíram-se da mesma forma entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e a opção 2 – Não tenho a certeza, ambas com 11%. Já, as demais respostas das famílias monoparentais 0% recaíram na opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e 22% na opção 2.

Relativamente à categoria de análise – “Necessidades Financeiras”, face a “Situação Familiar” os dados recolhidos encontram-se na tabela n.º 24:

Tabela 24 - Relação entre as Necessidades Financeiras e a Situação Familiar

	União de facto			Pai/mãe solteira(o), viúvo(a), ou divorciado(a) (família monoparental)		
	N=3			N=3		
<b>Necessidades Financeiras (itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3
<b>22</b>	1	1	1	-	-	3
<b>23</b>	1	1	1	1	-	2
<b>24</b>	1	-	2	1	-	2
<b>25</b>	2	-	1	-	-	3
<b>Total</b>	5	2	5	2	0	10
<b>%</b>	<b>41.67</b>	<b>16.66</b>	<b>41.67</b>	<b>16.5</b>	<b>0</b>	<b>83.5</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Na categoria das “Necessidades Financeiras” a tabela anterior permite-nos observar que qualquer que seja a situação familiar dos pais inquiridos a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda é referenciada, (41.67% e 83.5% respetivamente), mas as famílias monoparentais apresentam maior necessidades financeiras (83.5%).

Nas famílias unidas por união de facto verifica-se uma escolha igual de respostas entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda, ambos com 41.67% nas respostas dadas.

A tabela n.º 25 oferece os dados alusivos a categoria – “Funcionamento da Vida Familiar”, face a “Situação Familiar”:

Tabela 25 - Relação entre o Funcionamento da Vida Familiar e a Situação Familiar

	União de facto			Pai/mãe solteira(o), viúvo(a), ou divorciado(a) (família monoparental)		
	N=3			N=3		
Necessidades do Funcionamento da Vida Familiar (itens n.º)	1	2	3	1	2	3
26	1	2	-	1	2	-
27	1	2	-	1	2	-
28	2	1	-	1	2	-
<b>Total</b>	4	5	0	3	6	0
<b>%</b>	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>67</b>	<b>0</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Na última categoria “Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar”, constatamos que em todas as situações da vida familiar, a opção de resposta n.º 2 – Não tenho a certeza foi a mais sinalizada, com 56% para as famílias unidas por união de facto e 67% para as famílias monoparentais. Pelo que nenhuma das famílias em estudo escolheram a resposta de opção n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

As restantes respostas das famílias unidas por união de facto e das monoparentais incidiram na opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda com 44% e 33% respetivamente.

#### 4.4.3. Situação Laboral

Neste ponto pretendemos verificar as relações existentes entre as necessidades das famílias e as suas situações perante o trabalho, a partir da apresentação de tabelas.

A situação laboral familiar refere-se as quatro situações familiares.

As seis famílias são agrupadas em quatro grupos: contratado (monoparental - duas famílias); contratado-contratado (duas famílias); desempregado (monoparental - 1 família) e efetivo-contratado (1 família).

A tabela n.º 26 apresenta os dados referentes a categoria – “Necessidades de Informação”, face a “Situação Laboral”:

Tabela 26 - Relação entre as Necessidades de Informação e a Situação laboral

	Contratado (monoparental)			Contratado - Contratado			Desempregado (monoparental)			Efetivo - Contratado		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Necessidades de Informação (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
1	-	-	2	-	1	1	-	-	1	-	-	1
2	-	1	1	1	-	1	1	-	-	-	-	1
3	-	-	2	1	-	1	-	-	1	-	-	1
4	-	-	2	-	2	-	1	-	-	-	1	-
5	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1
6	-	1	1	-	-	2	-	-	1	-	-	1
7	-	2	-	1	-	1	1	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	0	4	10	3	3	8	3	0	4	0	1	6
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>29</b>	<b>71</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>58</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>57</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>86</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Na categoria das necessidades de informação face a “Situação Laboral” podemos verificar, pela tabela 26, que todas as famílias em estudo independentemente da situação laboral selecionaram maioritariamente a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda com maior valor percentual (71% no caso das duas famílias contratadas monoparentais, 58% na família em que ambos os pais são contratados, 57% em que a família monoparental está desempregada e 86% na família efetiva-contratado).

A tabela n.º 27 oferece os dados alusivos a categoria – “Necessidades de Apoio”, face a “Situação Laboral”:

Tabela 27 - Relação entre as Necessidades de Apoio e a Situação Laboral

	Contratado (monoparental)			Contratado - Contratado			Desempregado (monoparental)			Efetivo - Contratado		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Necessidades de Apoio (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
8	-	2	-	2	-	-	1	-	-	1	-	-
9	-	1	1	2	-	-	-	-	1	-	-	1
10	-	-	2	-	-	2	1	-	-	-	-	1
11	-	-	2	-	-	2	1	-	-	-	-	1
12	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1
13	-	2	-	-	-	2	-	1	-	-	1	-
14	-	-	2	-	1	1	-	-	1	-	-	1
<b>Total</b>	0	5	9	4	1	9	3	1	3	1	1	5
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>36</b>	<b>64</b>	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>64</b>	<b>43</b>	<b>14</b>	<b>43</b>	<b>14.29</b>	<b>14.29</b>	<b>71.42</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Tal como observamos na tabela 27, na categoria – Necessidades de Apoio, podemos constatar que a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, sobressai em todas as situações laborais. No entanto para a maioria das situações laborais em estudo esta opção apresenta o maior valor percentual (71.42% na família onde o pai é efetivo e a mãe contratada, 64% nas famílias contratadas monoparentais e nas famílias em que ambos os pais são contratados, respetivamente).

A família desempregada monoparental teve o mesmo valor percentual (43%) na opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Os dados referentes a categoria – “Explicar a Outros”, face a “Situação Familiar” encontram-se na tabela n.º 28:

Tabela 28 - Relação entre Explicar a Outros e a Situação Laboral

	Contratado (monoparental)			Contratado - Contratado			Desempregado (monoparental)			Efetivo - Contratado		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Explicar a Outros (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
15	-	1	1	-	1	1	-	1	-	-	-	1
16	-	-	2	1	-	1	1	-	-	-	-	1
17	-	-	2	1	-	1	1	-	-	-	-	1
18	-	2	-	1	1	-	1	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	0	3	5	3	2	3	3	1	0	0	0	4
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>37.5</b>	<b>62.5</b>	<b>37.5</b>	<b>25</b>	<b>37.5</b>	<b>75</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>

Legenda:

- 1 - Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 - Não tenho a certeza
- 3 - Necessito deste tipo de ajuda

Pela leitura da tabela n.º 28 podemos certificar que a maioria das famílias com as situações laborais em estudo escolheu a opção 3 - Necessito deste tipo de ajuda, como sendo a opção com maior valor percentual (62.5% no caso das duas famílias em que ambos os pais são contratados monoparentais, 37.5% na família em que ambos os pais são contratados e 100% na família em que um dos pais é efetivo e o outro é contratado). A exceção a esta regra aconteceu apenas na família desempregada monoparental, onde o maior valor percentual (75%) ocorreu ao nível da opção de resposta 1 - Não necessito deste tipo de ajuda, seguindo-se a opção 2 - Não tenho a certeza, com as restantes 25% das respostas.

A tabela n.º 29 expõe os dados pertencentes a categoria – “Serviços da Comunidade”, face a “Situação Laboral”:

Tabela 29 - Relação entre Serviços da Comunidade e a Situação laboral

	Contratado (monoparental)			Contratado - Contratado			Desempregado (monoparental)			Efetivo - Contratado		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Serviços da Comunidade (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>19</b>	-	1	1	-	-	2	-	1	-	-	1	-
<b>20</b>	-	-	2	1	-	1	-	-	1	-	-	1
<b>21</b>	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1
<b>Total</b>	0	1	5	1	0	5	0	1	2	0	1	2
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>83</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>83</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>67</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>67</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Face aos resultados obtidos, verificamos que qualquer que seja a situação laboral das famílias do estudo todas selecionaram preferencialmente a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Para as duas famílias contratadas monoparentais e as duas outras contratadas a percentagem de respostas por esta opção é igual (83%) e para a família desempregada monoparental e a efetiva contratada ambas revelaram também o mesmo valor percentual para esta opção (67% na opção 3). Para estas duas situações laborais os valores percentuais das respostas para a opção 1 e 2 também foram iguais (0% e 33% respetivamente para cada opção).

A tabela n.º 30 exhibe os dados pertencentes a categoria – “Necessidades Financeiras”, face a “Situação Laboral”:

Tabela 30 - Relação entre Necessidades Financeiras e a Situação Laboral

	Contratado (monoparental)			Contratado - Contratado			Desempregado (monoparental)			Efetivo - Contratado		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Necessidades Financeiras (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
22	-	-	2	-	1	1	-	-	1	1	-	-
23	1	-	1	-	1	1	-	-	1	1	-	-
24	1	-	1	-	-	2	-	-	1	1	-	-
25	-	-	2	1	-	1	-	-	1	1	-	-
<b>Total</b>	2	0	6	1	2	5	0	0	4	4	0	0
<b>%</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>75</b>	<b>12.5</b>	<b>25</b>	<b>62.5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

A análise dos dados obtidos permite-nos verificar que na maioria das situações familiares em estudo as famílias revelaram necessitar de ajuda, na categoria das necessidades “Financeiras” (75% das respostas das duas famílias em que ambos os pais são contratados monoparentais, 62.5% na família em que ambos os pais são contratados e 100% na família desempregada monoparental).

A exceção a esta regra ocorreu apenas na família composta por um pai efetivo e por uma mãe contratada dado que não assinalou todas as suas respostas na opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, com um valor percentual de 100%.

A tabela n.º 31 apresenta os dados referentes a categoria – “Funcionamento da Vida Familiar”, face a “Situação Laboral”:

Tabela 31 - Relação entre o Funcionamento da Vida Familiar e a Situação Laboral

	Contratado (monoparental)			Contratado - Contratado			Desempregado (monoparental)			Efetivo - Contratado		
	N=2			N=2			N=1			N=1		
Funcionamento da Vida Familiar (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>26</b>	-	2	-	-	2	-	1	-	-	1	-	-
<b>27</b>	-	2	-	-	2	-	1	-	-	1	-	-
<b>28</b>	-	2	-	1	1	-	1	-	-	1	-	-
<b>Total</b>	0	6	0	1	5	0	3	0	0	3	0	0
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>83</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Nesta última categoria de análise constatamos que existem dois tipos de casos em que a tendência maioritária de respostas foi a opção 2 – Não tenho a certeza, pois as duas famílias contratadas monoparentais escolheram 100% das respostas nesta opção e a família em que ambos são contratados 83% das respostas.

Ainda existem dois outros casos em que a tendência de resposta incidiu 100% na opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, com a família desempregada monoparental e a família em que o pai é efetivo e a mãe é contratada.

#### 4.4.4. Idade dos Pais

Neste ponto pretendemos analisar as relações existentes entre as categorias de necessidades e a idade dos pais. Para a análise considerámos apenas a idade dos pais inquiridos, isto é, quem preencheu o questionário.

A tabela n.º 32 apresenta os dados referentes a categoria – “Necessidades de Informação”, face a “Idade dos pais”:

Tabela 32 - Relação entre Necessidades de Informação e a Idades dos pais

	25-34 Anos			35-44 Anos			45-55 Anos		
	N=1			N=4			N=1		
Necessidades de Informação (itens n.º)	1	2	3	1	2	3	1	2	3
1	-	-	1	-	-	4	-	1	-
2	-	1	-	1	-	3	1	-	-
3	-	-	1	-	-	4	1	-	-
4	-	-	1	1	2	1	-	1	-
5	-	-	1	-	-	4	-	-	1
6	-	1	-	-	-	4	-	-	1
7	-	1	-	2	1	1	-	-	1
<b>Total</b>	0	3	4	4	3	21	2	2	3
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>57</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>75</b>	<b>28.5</b>	<b>28.5</b>	<b>43</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Observando a tabela 32, na necessidade de “Informação”, todos os pais independentemente da faixa etária necessitam de ajuda nesta categoria, isto é, todos selecionaram a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda: 57% das respostas dos pais com menos idade, 75% dos pais com idade compreendidas entre os 35-44 anos e 43 % os pais mais velhos destacam necessitar de ajuda nesta categoria.

As restantes respostas dos pais com menos idade recaíram na opção 2 – Não tenho a certeza com 43%. No caso dos pais com idade compreendidas entre os 35-44 anos, as demais respostas dividem-se entre a opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda com 14% e na opção 2 – Não tenho a certeza com 11%. Em relação aos pais mais velhos as restantes respostas dividem-se equitativamente (28.5%) pela opção 1 e pela opção 2.

Os dados referentes a categoria – “Necessidades de Apoio”, face a “Idade dos pais” encontram-se na tabela n.º 33:

Tabela 33 - Relação entre Necessidades de Apoio e a Idade dos pais

	25-34 Anos			35-44 Anos			45-55 Anos		
	N=1			N=4			N=1		
<b>Necessidades de Apoio (itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>8</b>	-	1	-	3	1	-	1	-	-
<b>9</b>	-	-	1	1	1	2	1	-	-
<b>10</b>	-	-	1	1	-	3	-	-	1
<b>11</b>	-	-	1	1	-	3	-	-	1
<b>12</b>	-	-	1	-	-	4	-	-	1
<b>13</b>	-	1	-	-	3	1	-	-	1
<b>14</b>	-	-	1	-	1	3	-	-	1
<b>Total</b>	0	2	5	6	6	16	2	0	5
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>29</b>	<b>71</b>	<b>21.43</b>	<b>21.43</b>	<b>57.14</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>71</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Tal como na categoria analisada anteriormente, também nesta categoria – Necessidades de Apoio, a tabela 33 permite-nos observar que qualquer que seja a idade dos pais inquiridos a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda volta a ser a mais escolhida (71%, 57.14% e 71% respetivamente). De realçar que os pais mais novos assim como os mais velhos apresentaram resultados idênticos, nas opções de resposta n.º 3.

As outras respostas dos pais mais novos recaíram na opção 2 – Não tenho a certeza, com 29%. Para os pais com idade intermédia (35-44 anos) as restantes respostas dividem-se equitativamente (21.43%) pela opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e pela opção 2. O grupo de pais com idades entre 45-55 anos as restantes respostas incide na opção 1 (29%).

A tabela n.º 34 oferece os dados referentes a categoria – “Explicar a Outros”, face a “Idade dos pais”:

Tabela 34 - Relação entre Explicar a Outros e a Idade dos pais

	25-34 Anos			35-44 Anos			45-55 Anos		
	N=1			N=4			N=1		
<b>Explicar a Outros (itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>15</b>	-	1	-	-	1	3	-	1	-
<b>16</b>	-	-	1	1	-	3	1	-	-
<b>17</b>	-	-	1	1	-	3	1	-	-
<b>18</b>	-	1	-	1	2	1	1	-	-
<b>Total</b>	0	2	2	3	3	10	3	1	0
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>18.75</b>	<b>18.75</b>	<b>62.5</b>	<b>75</b>	<b>25</b>	<b>0</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Pela observação da tabela 34, nesta categoria de análise, necessidade de “Explicar aos Outros”, o grupo de pais com menos idade escolheram com o mesmo valor percentual (50%) a opção de resposta n.º 2 – Não tenho a certeza e a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Os pais com idade compreendidas entre 35-44 anos destacam a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda com 62.5% e as restantes respostas recaíram de modo igual (18.75%) pela opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e pela opção 2 – Não tenho a certeza.

Os pais mais velhos ressaltam a opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda com 75% e as restantes respostas na opção 2 – Não tenho a certeza com 25%.

A tabela n.º 35 expõe os dados alusivos a categoria – “Serviços da Comunidade”, face a “Idade dos pais”:

Tabela 35 - Relação entre Serviços da Comunidade e a Idade dos pais

	25-34 Anos			35-44 Anos			45-55 Anos		
	N=1			N=4			N=1		
<b>Serviços da Comunidade (itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>19</b>	-	1	-	-	2	2	-	-	1
<b>20</b>	-	-	1	1	-	3	-	-	1
<b>21</b>	-	-	1	-	-	4	-	-	1
<b>Total</b>	0	1	2	1	2	9	0	0	3
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>67</b>	<b>8</b>	<b>17</b>	<b>75</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

A tabela 35 permite-nos constatar que, na categoria de necessidades “Serviços da Comunidade”, independentemente da idade dos pais inquiridos a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda predomina com valores percentuais elevados: 67% para os pais com idade compreendidas entre os 25-34 anos, 75% para os pais com idade intermédia e 100% de escolhas para os pais mais velhos.

A tabela n.º 36 exhibe os dados referentes a categoria – “Necessidades Financeiras”, face a “Idade dos pais”:

Tabela 36 - Relação entre Necessidades Financeiras e a Idade dos pais

	25-34 Anos			35-44 Anos			45-55 Anos		
	N=1			N=4			N=1		
<b>Necessidades Financeiras (itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>22</b>	-	-	1	1	1	2	-	-	1
<b>23</b>	1	-	-	1	1	2	-	-	1
<b>24</b>	1	-	-	1	-	3	-	-	1
<b>25</b>	-	-	1	2	-	2	-	-	1
<b>Total</b>	2	0	2	5	2	9	0	0	4
<b>%</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>31.25</b>	<b>12.5</b>	<b>56.25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Com base na tabela 36, observamos que os pais mais novos apresentam o mesmo número de respostas (50%) na opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e 3 – Necessito deste tipo de ajuda, que os pais com idade entre os 35 e 44 anos e os mais velhos realçam a necessidade de apoio financeiro, com preferência na opção de resposta 3 (56.25% e 100% respetivamente).

Podemos assim constatar que quanto mais idade os pais apresentam maior é a necessidade de ajuda na categoria das Necessidades “Financeiras”.

A tabela n.º 37 apresenta os dados referentes a categoria – “Funcionamento da Vida familiar”, face a “Idade dos pais”:

Tabela 37 - Relação entre o Funcionamento da Vida familiar e a Idade dos pais

	25-34 Anos			35-44 Anos			45-55 Anos		
	N=1			N=4			N=1		
<b>Necessidades de Informação (itens n.º)</b>	1	2	3	1	2	3	1	2	3
<b>26</b>	-	1	-	2	2	-	-	1	-
<b>27</b>	-	1	-	2	2	-	-	1	-
<b>28</b>	-	1	-	2	2	-	1	-	-
<b>Total</b>	0	3	0	6	6	0	1	2	0
<b>%</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>67</b>	<b>0</b>

Legenda:

- 1 – Não necessito deste tipo de ajuda
- 2 – Não tenho a certeza
- 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Na categoria, “Funcionamento da Vida familiar”, verificamos na tabela anterior que quase todos os pais evidenciam a opção de resposta n.º 2 – Não tenho a certeza, como a mais escolhida (100% para os mais novos e 67% para os mais velhos). Os pais com idade entre 35-44 anos dividem as suas respostas equitativamente (50%) pela opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e pela opção 2 – Não tenho a certeza (50%).

### Síntese:

Neste ponto iremos elaborar um breve resumo tendo em conta os dados recolhidos e analisados comparativamente entre as 4 características das famílias (composição do agregado familiar, situação familiar, situação laboral e idade dos pais) e as categorias das necessidades (necessidades de informação, necessidades de apoio, explicar aos outros, serviços da comunidade, necessidades financeiras e funcionamento da vida familiar).

Assim, no que respeita à **composição do agregado familiar**, verificamos que seja qual for o número de pessoas que integram cada agregado familiar, na categoria das Necessidades de Informação, a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda foi a mais selecionada. Os mesmos resultados foram encontrados no estudo de Branco (2014), pois, independentemente do número de pessoas que compõem o agregado familiar, registou uma tendência na componente de análise – Necessidades de Informação para a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Independentemente do número de sujeitos que constituem cada agregado familiar na categoria das Necessidades de Apoio, podemos observar que assim como na categoria anterior a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda volta a destacar-se. De igual modo, nesta categoria no estudo de Branco (2014) sobressai também a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda, independentemente do número de pessoas que compõe cada agregado familiar.

Relativamente a categoria de análise Explicar aos Outros as duas famílias constituídas por três elementos e a única formada por cinco pessoas, ambas optaram pela resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda, com valores elevados (87.5% e 75% respetivamente). Já a família com 4 elementos seleciona a opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, como a mais escolhida, bem como as duas famílias formadas por 2 pessoas, mas que também valorizam a opção 2 – Não tenho a certeza com o mesmo valor percentual de respostas (37.5%). Assim sendo regista-se, pois, uma diferença entre os tipos de agregado familiar do estudo na relação com o “Explicar aos Outros”.

Na categoria das necessidades de Serviços da Comunidade, independentemente da composição do agregado familiar existe relação de equidade entre eles, pois, todos destacaram necessitar deste tipo de apoio (opção 3).

Em relação à categoria das Necessidades Financeiras os agregados familiares constituídos por 2, 3 e 4 pessoas responderam principalmente a necessidade deste tipo de ajuda (opção 3), enquanto a família composta por 5 pessoas não têm a certeza de necessitar de ajuda (opção 2). Registou-se uma diferença entre os tipos de agregado familiar e esta categoria em análise. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Simões (2010) onde as famílias de 3 e 4 elementos responderam essencialmente necessitar de ajuda financeira. No estudo de Branco (2014) verificou também uma diferença entre os tipos de agregado familiar e esta característica em análise, onde o maior valor percentual no caso da família formada por 2 pessoas e no caso das famílias formadas por 3 pessoas incidiu na opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda, enquanto nas famílias compostas por 4 pessoas a resposta incidiu na opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda.

Na categoria de Funcionamento da Vida Familiar, constatamos que nenhuma das famílias necessita deste tipo de ajuda, pelo que existe relação entre as principais opções de resposta (Não necessito deste tipo de ajuda) e todos os tipos de agregado familiar. Também os mesmos resultados foram encontrados no estudo de Simões (2010), onde todos os tipos de agregado familiar referiram não necessitar deste tipo de ajuda.

No que diz respeito à relação entre a **situação familiar dos pais** e as Necessidades de Informação podemos verificar que, independentemente da situação familiar dos pais inquiridos (3 união de facto e 3 monoparental), os valores das respostas dadas às 3 opções foram equitativamente iguais. Contudo a opção n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, foi a mais escolhidas para todas as famílias,

demonstrando assim a forte relação existente entre os itens analisados. No estudo de Branco (2014) aparece resultados semelhantes relativos às Necessidades de Informação, quer no caso dos 4 casais quer no caso das 2 famílias monoparentais, destacou-se a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Também no estudo de Pereira (1996) essa categoria é igualmente valorizada pelas famílias nucleares (com pai e mãe), pelas famílias monoparentais (só com um dos pais) e pelas “outros familiares”.

Também na categoria de análise – Necessidades de Apoio, existe uma relação, visto que, independentemente da situação familiar dos pais respondem essencialmente a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Ainda no estudo de Branco (2014) a opção de resposta 3 voltou a destacar-se, tanto nos casais como nas famílias monoparentais. No estudo de Pereira (1996) são famílias monoparentais (mais de 50%) as que indicam ter mais necessidades de apoio.

Relativamente às categorias das necessidades de Explicar a Outros e Serviços da Comunidade, assim como na categoria anterior, também nestas existe uma relação, dado que os pais respondem essencialmente necessitarem de ajuda. Em relação aos Serviços da Comunidade no estudo de Branco (2014) as famílias monoparentais selecionaram preferencialmente a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda. No estudo de Pereira (1996) são as famílias monoparentais que mais valorizam a categoria de Explicar a Outros. E em relação a categoria Serviços da Comunidade as famílias monoparentais e as de outros familiares valorizam de igual modo esta categoria, aproximadamente 60%.

Na categoria das Necessidades Financeiras verifica-se relação, pois qualquer que seja a situação familiar dos pais inquiridos a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, é a mais escolhida. A condição de família monoparental é a que diz necessitar de mais ajuda. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Branco (2014) onde as famílias monoparentais destacaram necessitar de ajuda. No estudo de Pereira (1996) são as famílias de “outros familiares” seguindo-se as famílias monoparentais que mais valorizam as necessidades financeiras.

Contrastando o ocorrido nas cinco categorias de análise anteriores, nesta última categoria das Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar, os diferentes tipos de situação familiar dividiram as suas respostas entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e opção 2 – Não tenho a certeza, sendo esta a mais sinalizada, pelo que podemos inferir que não há uma relação entre estas necessidades e os tipos de famílias em estudo.

Ao nível da **situação laboral** dos pais verificamos que existe uma relação entre as diferentes situações perante o trabalho e o facto de todos responderem preferencialmente necessitar de ajuda na categoria de Necessidades de Informação. No entanto as famílias em situação de contratado (monoparental) e efetivo/contratado são as que apresentam maiores necessidades de informação. No estudo de Branco (2014) a maioria das famílias escolheram a opção de resposta 3 –

Necessito deste tipo de ajuda. Apenas na família em que um dos pais é efetivo e o outro é desempregado selecionaram a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda.

Na categoria – Necessidades de Apoio, existe relação entre a opção de resposta nº 3 – Necessito deste tipo de ajuda, preferencialmente escolhida pelas famílias contratado (monoparental), contratado/contratado e efetivo/contratado. No caso da família desempregada/monoparental essa relação não existe, pois, as respostas dividiram-se do mesmo modo entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

No que se refere a categoria das Necessidades de Explicar a Outros verifica-se uma relação entre as respostas preferenciais na opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda e as situações laborais de contratado (monoparental) e efetivo/contratado, em que neste caso é de 100% e por sua vez a família com o vínculo profissional de desempregada/monoparental selecionou preferencialmente não necessitar deste tipo de ajuda. No caso da família contratado/contratado essa relação não existe, pois, as respostas dividiram-se do mesmo modo entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Ao nível da categoria – Serviços da Comunidade, verifica-se uma tendência de resposta semelhante em todas as situações laborais ao responderem que sentiam necessidade de ajuda a este nível, pelo que podemos afirmar que existe uma relação entre as diferentes situações perante o trabalho e a necessidade de ajuda nesta categoria.

Na categoria das Necessidades Financeiras existe uma relação entre a maioria das famílias em situações laborais diferentes e a necessidade de ajuda financeira. Apenas a família constituída por um pai efetivo e por uma mãe contratada não apresenta necessidades nesta categoria. No estudo de Branco (2014) quase todas as famílias revelaram ter necessidade de ajuda a nível financeiro. Somente a família composta por um pai efetivo e por um pai desempregado é que preferiram a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda.

Contrariando o sucedido nas categorias de análise anteriores, nesta última categoria das Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar, os diferentes tipos de situações laborais relacionam-se pelo facto de todos não necessitarem de ajuda para esta categoria. Dividiram as suas respostas entre a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e opção 2 – Não tenho a certeza. As famílias em situação de contratado/monoparental e as famílias em condição de contratado/contratado optaram preferencialmente pela opção de resposta 2 – Não tenho a certeza, e os outros dois tipos de vínculo profissional dizem não necessitar deste tipo de ajuda. No estudo de Simões (2010) verificamos a relação entre as situações laborais, referiram principalmente não necessitarem de ajuda nesta categoria.

Relativamente ao nível da **Idade dos pais**, constatamos que nas categorias – Necessidade de Informação, Necessidades de Apoio e Serviços da Comunidade, existe uma relação de proximidade de valores independentemente da faixa etária dos pais e as respostas apresentadas pois todos necessitam de ajuda, isto é, todos selecionaram preferencialmente a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Na categoria – Necessidades de Explicar a Outros, verifica-se uma relação entre o grupo de pais com menos idade ao escolherem a opção de resposta n.º 2 – Não tenho a certeza e a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Nos pais com idades compreendidas entre 35-44 anos os valores de resposta destacam a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda, e as restantes respostas recaíram de modo igual pela opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e pela opção 2 – Não tenho a certeza. Para os pais mais velhos a relação estabelece-se pelo facto de que a grande maioria preferir a opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda.

Nas Necessidades Financeiras podemos afirmar que existe uma relação, pois quanto mais idades os pais apresentam maior é a necessidade de ajuda nesta categoria, dado que todas as famílias preferiram a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, mas os pais mais novos apresentam o mesmo número de respostas na opção de resposta 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e 3 – Necessito deste tipo de ajuda e os mais velhos optam preferencialmente pela resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda. No estudo de Pereira (1996) as famílias em que os pais são mais jovens (menos de 29 anos) valorizam menos esta categoria.

Nesta última categoria de análise - Funcionamento da Vida Familiar - constatamos que existe uma relação entre as diferentes faixas etárias dos pais inquiridos e o não sentirem necessidade de ajuda na categoria em causa, dado que todas as famílias nunca escolheram a resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Também no estudo de Simões (2010) verificou-se uma relação entre as idades de todos os pais e a opinião de não necessitarem de ajuda nesta categoria.

## **CAPÍTULO V - CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO**

## 5.1. Reposição dos objetivos do estudo

Conforme descrevemos anteriormente, pretende-se com este trabalho de investigação contribuir para a obtenção de um conhecimento mais aprofundado das opiniões das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal, sobre as suas necessidades mais frequentes e prioritárias.

Por conseguinte, formulámos os seguintes objetivos:

- Identificar os tipos de necessidades mais frequentes das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal;
- Identificar os tipos de necessidades prioritárias para as famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal;
- Analisar de que forma as características das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal se relacionam com as suas necessidades.

## 5.2. Conclusões

A partir dos resultados obtidos, cremos com este estudo ter dado resposta aos objetivos propostos.

Em relação ao objetivo de Identificar os tipos de necessidades que são mais frequentes, constatamos que, os pais inquiridos assinalaram como resposta preferencial a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda em 5 das 6 categorias de análise (Necessidades de Informação, Necessidades de Apoio, Necessidades Financeiras, Serviços da Comunidade e Explicar aos Outros).

Na última categoria – “Funcionamento da vida familiar”, os pais inquiridos não necessitam de ajuda, pois dividiram as suas respostas pelas duas opções: 1 – Não necessito deste tipo de ajuda e 2 – Não tenho a certeza.

Em relação as **Necessidades de Informação**, verificamos que das 42 respostas efetuadas 28 incidiram na opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, com um valor percentual de 67%. Consequentemente constatamos que os pais destas crianças têm uma elevada falta de informação na maioria dos itens sobre os quais foram solicitados a responder.

Assim como na categoria anterior também nesta categoria **Necessidades de Apoio** a maioria das respostas (26), dos pais inquiridos incidiu na opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, com um valor percentual de 62%.

A maioria dos pais inquiridos tem **Necessidades Financeiras**. Das 24 respostas possíveis 15 incidiram na opção n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Portanto, 63% selecionaram esta opção.

A opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda continua a prevalecer na categoria das necessidades dos **Serviços da Comunidade**. Das 18 respostas efetivadas 14 (78%) incidiram na opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Tal como nas categorias de análises anteriores, as famílias inquiridas escolheram a opção de resposta n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, nas necessidades de **Explicar a Outros**. 24 das respostas efetuadas 12 recaíram na opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda.

Sobre a última categoria de análise – **Funcionamento da Vida Familiar**, pela primeira vez, a opção 2 – Não tenho a certeza, foi a que registou maior número de respostas (11) por parte dos inquiridos, com um valor percentual de 61%.

Assim podemos concluir que a maioria das categorias apresentadas no estudo (Necessidades de Informação, Necessidades de Apoio, Explicar aos Outros, Serviços da Comunidade, Necessidades Financeiras), são sentidas e vividas no dia-a-dia destes pais. A única exceção é a categoria das Necessidades do Funcionamento da Vida Familiar que os pais manifestaram não ter a certeza dessa ajuda e também não sentir esta necessidade de ajuda.

Quanto ao objetivo de Identificar os tipos de necessidades prioritárias, os pais inquiridos foram solicitados a selecionarem por ordem de 1 a 10 os 28 itens do questionário, tendo em conta os que na sua opinião representavam às suas maiores necessidades. De realçar que somente uma família sentiu necessidade de ordenar precisamente 10 itens, e as restantes ordenaram por grau de importância somente entre 7 a 9 itens. Em 1.ª posição atribuímos 10 pontos e em última posição atribuímos 1 ponto.

Podemos concluir que os pais colocaram em 1.ª posição com 36 pontos – Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro, referente a categoria das necessidades de “Informação” (item n.º 6).

Em 2.ª posição e com 34 pontos aparece – Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho, também da categoria das necessidades de “Informação” (item n.º 1).

Ainda pertencente a categoria das necessidades de “Informação” surge na 3.ª posição o – Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho, com 31 pontos (item n.º 3)

Em 4.ª posição com 28 pontos surge uma nova necessidade da categoria – “Necessidades de Apoio” através do item – Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho (item n.º 11).

Ainda dentro da categoria das necessidades de “Apoio” em 5.º lugar com 25 pontos aparece o item – Necessito de mais tempo para mim próprio (item n.º 14).

Em 6.º lugar com 22 pontos surge uma nova categoria, a dos “Serviços da comunidade” a partir do item – Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu

filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade (item n.º 20).

Na 7.ª posição aparece o item – Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca (item n.º 12), com 21 pontos que pertence a categoria das necessidades de “Apoio”.

Seguidamente na 8.ª posição surge com 19 pontos o item – Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita (item n.º 24), da categoria das necessidades “Financeiras”.

Com valor muito próximo da posição anterior, surge na 9.ª posição o item – Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho (item n.º 6), das necessidades de “Informação” com 18 pontos.

Por último e no 10.º lugar temos novamente a categoria das necessidades “Financeiras”, com 15 pontos, através do item – Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braile...) (item n.º 22).

Constatamos que os dez itens que os pais consideraram ter mais necessidades de ajuda foram os mais pontuados e dividem-se por 4 categorias de necessidades: Necessidades de Informação, com 4 itens (6, 1, 3 e 5 com 119 pontos total); Necessidades de Apoio, com 3 itens (11, 14 e 12 com 74 pontos total); Necessidades Financeiras, com 2 itens (24 e 22 com 34 pontos total) e Serviços da comunidade com 1 item (20 com 22 pontos total). Os itens pertencentes às outras duas categorias de necessidades: Necessidades de Explicar aos Outros e Funcionamento da Vida Familiar não foram selecionados pelos pais inquiridos como estando entre as suas 10 maiores necessidades prioritárias.

Quanto ao objetivo de Analisar de que forma as características das famílias (composição do agregado familiar, situação familiar, situação laboral e idade dos pais) se relacionam com as suas necessidades (Necessidades de Informação, Necessidades de Apoio, Explicar aos Outros, Serviços da Comunidade, Necessidades Financeiras e Funcionamento da Vida Familiar), concluímos que:

Assim, no que respeita à **composição do agregado familiar**, nas categorias Necessidades de Informação, de Apoio e Serviços da Comunidade verificamos que seja qual for o número de pessoas que integram cada agregado podemos observar uma relação de proximidade dado que todas as famílias necessitam deste tipo de ajuda pois esta foi a mais selecionada por todas.

Relativamente a categoria de análise Explicar aos Outros as famílias constituídas por 3 elementos e a única formada por 5 pessoas responderam preferencialmente necessitarem deste tipo de ajuda. Já as famílias com 2 e 4 elementos não necessitam deste tipo de ajuda. Assim regista-se, uma diferença entre os tipos de agregado familiar do estudo na relação com o “Explicar aos Outros”.

Em relação à categoria das Necessidades Financeiras os agregados familiares constituídos por 2, 3 e 4 pessoas responderam principalmente à necessidade deste tipo de ajuda, enquanto a família composta por 5 pessoas não têm a certeza de necessitar de ajuda.

Na categoria de Funcionamento da Vida Familiar, constatamos que nenhuma das famílias necessita deste tipo de ajuda, pelo que existe relação entre as principais opções de resposta (Não necessito deste tipo de ajuda) em todos os tipos de composição de agregado familiar.

No que diz respeito à relação entre a **situação familiar dos pais** e as Necessidades de Informação podemos verificar que, independentemente da situação familiar dos pais inquiridos (3 união de facto e 3 monoparental), os valores das respostas dadas às 3 opções foram equitativamente iguais. Contudo a opção n.º 3 – Necessito deste tipo de ajuda, foi a mais escolhidas para todas as famílias, demonstrando assim a forte relação existente entre os itens analisados.

Nas categorias – Necessidades de Apoio, Explicar a Outros, Serviços da Comunidade e Financeira existe uma relação, visto que, independentemente da situação familiar dos pais, estes respondem essencialmente como tendo necessidade de ajuda. A condição de família monoparental é a que diz necessitar de mais ajuda financeira.

Contrastando o ocorrido nas cinco categorias de análise anteriores, nesta última categoria das Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar, os diferentes tipos de situação familiar dividiram as suas respostas entre não necessito deste tipo de ajuda e não ter a certeza, sendo esta a mais sinalizada, pelo que podemos inferir que não há uma relação entre estas necessidades e os tipos de famílias em estudo.

Ao nível da **situação laboral** dos pais verificamos que existe uma relação entre as diferentes situações perante o trabalho e o facto de todos responderem preferencialmente a necessidade de ajuda na categoria de Necessidades de Informação. No entanto as famílias em situação de contratado (monoparental) e efetivo/contratado são as que apresentam maiores necessidades de informação.

Na categoria – Necessidades de Apoio, existe relação entre a necessidade deste tipo de ajuda essencialmente escolhida pelas famílias contratado (monoparental), contratado/contratado e efetivo/contratado. Na família desempregada (monoparental) essa relação não existe, pois, as respostas dividiram-se do mesmo modo entre não necessito deste tipo de ajuda e não ter a certeza.

No que se refere a categoria das Necessidades de Explicar a Outros verifica-se uma relação entre as respostas preferenciais que recaíram na necessidade deste tipo de ajuda e as situações laborais de contratado (monoparental) e efetivo/contratado, em que neste caso é de 100%. Por sua vez a família com o vínculo profissional de desempregada (monoparental) selecionou preferencialmente não necessitar deste tipo de ajuda. No caso da família contratado/contratado essa relação não existe, pois,

as respostas dividiram-se do mesmo modo entre não necessitar de ajuda e necessitar de ajuda.

Ao nível da categoria – Serviços da Comunidade, podemos afirmar que existe uma relação dado que se verifica uma tendência de resposta semelhante em todas as situações laborais ao responderem que sentiam necessidade de ajuda a este nível.

Na categoria das Necessidades Financeiras existe relação entre a maioria das famílias em situações laborais diferentes e a necessidade de ajuda financeira. Apenas a família constituída por um pai efetivo e por uma mãe contratada não apresenta necessidades nesta categoria.

Contrariando a tendência verificada nas categorias de análise anteriores, nesta última categoria das Necessidades de Funcionamento da Vida Familiar, os diferentes tipos de situações laborais relacionam-se pelo facto de todos não necessitarem de ajuda para esta categoria.

Relativamente ao nível da **Idade dos pais**, constatamos que nas categorias - Necessidade de Informação, Necessidades de Apoio e Serviços da Comunidade, existe uma relação de proximidade da faixa etária dos pais e as respostas apresentadas pois todos responderam que necessitavam de ajuda.

Na categoria – Necessidades de Explicar a Outros, verifica-se uma relação entre o grupo de pais com menos idade ao escolherem que não têm a certeza ou não necessitarem deste tipo de ajuda. Nos pais com idades compreendidas entre 35-44 anos os valores de resposta destacam que necessitam de ajuda, e as restantes respostas recaíram com valor igual em “Não necessito deste tipo de ajuda” e “Não tenho a certeza”. Para os pais mais velhos a relação estabelece-se pelo facto de que a grande maioria não necessitar deste tipo de ajuda.

Na categoria – Necessidades Financeiras existe uma relação visto que quanto mais idade os pais apresentam maior é a necessidade de ajuda nesta categoria, dado que todas as famílias necessitam de ajuda, mas os pais mais novos distribuem o mesmo número de respostas em 2 opções “Não necessito deste tipo de ajuda” e “Necessito deste tipo de ajuda” e os mais velhos optam preferencialmente pelo “Necessito deste tipo de ajuda”

Na última categoria de análise - Funcionamento da Vida Familiar - constatamos que existe uma relação entre as diferentes faixas etárias dos pais inquiridos e o nunca sentirem necessidade de ajuda na categoria em causa.

### 5.3. Limitações e recomendações

Para além da reduzida amostra que não permite generalizar as conclusões, o próprio instrumento definido para recolher os dados cria certas fronteiras ou limitações ao modo como a família pode responder.

Uma outra limitação relaciona-se com a lentidão e burocracia ligadas às entidades competentes, para que estas remetessem as respetivas autorizações para o desenvolvimento do presente estudo.

Após considerarmos as conclusões deste trabalho procedemos a algumas recomendações e sugestões no domínio da investigação que poderão ser tidas em conta em trabalhos futuros a realizar neste âmbito.

Seria pertinente aumentar a amostra, para que seja possível uma perceção mais alargada da população face a temática e aplicar outros procedimentos metodológicos considerados adequados para medir e avaliar o funcionamento da criança e da sua família. Seria fundamental desenvolver um trabalho conjunto com a família, de modo a conhecer o ponto de vistas de ambas as figuras parentais.

Ao finalizar este estudo, que se revelou uma experiência muito enriquecedora, uma vez que contribuiu para um conhecimento mais aprofundado e uma reflexão acerca das necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1.ºCEB em Portugal, e ainda, espera-se ter contribuído, de alguma forma, para que as crianças e suas famílias recebam um apoio cada vez mais próximo das suas necessidades para facilitar e promover a socialização dessas famílias com a escola num processo educativo partilhado, contribuindo assim para o progresso educativo dos alunos de origem emigrante cabo-verdiana portadores de NEE no agrupamento de escolas em estudo e para uma inclusão plena dessas famílias na comunidade portuguesa.

É urgente uma intervenção contínua e profunda junto das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB em Portugal.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Sónia. (2016). *O contributo dos pares na integração e inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais - Estudo com aluno com problemática de Transtorno do Desenvolvimento Intelectual com predominância do Transtorno da Comunicação Social*. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18218/1/SONIA\\_ALVES.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18218/1/SONIA_ALVES.pdf) Consultado em: 06/06/18.
- Antunes, A. M.B. T. (2013). *A Escola e a Família face à Criança com NEE: Processos e Estratégias a Desenvolver para uma Aliança Produtiva*. Lisboa. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4850/1/Aurora%20Antunes.pdf> Consultado em: 10/01/2019.
- Avaliação Externa Das Escolas – Relatório Agrupamento de Escolas [REDACTED] (2017), Amadora. Disponível em: [http://www.agan.pt/pdf/2018-07-13\\_Avaliacao%20Externa%202017.pdf](http://www.agan.pt/pdf/2018-07-13_Avaliacao%20Externa%202017.pdf) Consultado em: 05/03/2019.
- Borges, M.I.R. (2015). *A Relação Família/Escola e as Crianças com Necessidades educativas especiais*. ISEC. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21559/1/tese%20vers%C3%A3o%20final%20Marlene.pdf> Consultado em: 05/01/2019.
- Branco, Ana (2014). *Necessidades dos pais de crianças com NEE incluídas em jardim de Infância*. Castelo Branco, IPCB. Disponível em <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2395/1/tese%20Ana%20Branco.pdf> Consultado em 20/09/18.
- Cardoso, (2011). *Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no ensino básico: Perspectivas dos professores*, ISEC. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10759/1/Tese\\_Rosa\\_Cardoso.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10759/1/Tese_Rosa_Cardoso.pdf) Consultado em: 10/01/2019.
- Caníço, H. (2014). *Os Novos Tipos De Família E Novo Método De Avaliação em Saúde da Pessoa – APGAR Saudável*, I.
- Carmo, M. (2004). *A influência das características das famílias em intervenção precoce na identificação das suas necessidades e na utilidade da sua rede de apoio social*. 157f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/589> consultado em: 20/06/2019.
- Carvalho, M. L. B. (2011). *Avaliação da satisfação das famílias com as respostas de intervenção precoce na região oeste*. Lisboa. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10740/1/tese%20Leonor%20%20PDF.pdf> Consultado em: 20/09/18.
- Chagas, P. V. (2017). *A Importância da Intervenção Precoce na Reorganização das famílias de Crianças com NEE*. Porto. Disponível em: [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6619/1/DM\\_Patricia%20Chagas.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6619/1/DM_Patricia%20Chagas.pdf) consultado em: 30/01/19.
- Correia, L. M. & Serrano, A. M. (1996). *Intervenção Precoce: Novos Desafios Nas Formas de Envolvimento Parental*. *Sonhar*, III, 15-28.
- Correia, L. M. (1997). *Alunos Com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (1999). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.

- Correia, L. M. (2001). *Educação inclusiva ou educação apropriada?* In David Rodrigues (Ed.), *Educação e diferença. Valores e práticas para uma educação inclusiva*, 123-142. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (2003). *“Educação Especial e Inclusão”*. Porto: Ed. Porto Editora.
- Correia, L. M. (2005). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L. M. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais – Um guia para educadores e professores*, Colecção necessidades Educativas Especiais, Porto Editora, 2ª edição.
- Correia, L. M. (2010). *Educação Especial e inclusão. Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: Porto Editora.
- Coutinho, Clara (2003), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Edições Almedina,S.A.
- Coutinho, M. T. (2003). *Formação parental: avaliação do impacto na família*. Revista de psicologia, XVII (1), pp.224-227.
- Declaração de Salamanca (1994). Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais Acesso e Qualidade. Ed. UNESCO.
- Ferreira, Dina. (2011), *A inclusão de crianças com NEE no Ensino Regular*. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/handle/10437/1477> Consultado em: 22/05/18.
- Ferreira, Paula. A. E. (2013). *Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente e as suas implicações no núcleo Familiar: um estudo regional*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4010/1/PaulaFerreira.pdf> Consultado em: 02/02/2019.
- Ferro, C. A. T. (2012) *Relações entre Fatores de Risco e Necessidades das Famílias*. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9095/1/Tese Carla IP%20final.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9095/1/Tese%20Carla%20IP%20final.pdf) Consultado em: 15/05/19.
- Gonçalves, M.; Simões, C. *Práticas de intervenção precoce na infância - as necessidades das famílias de crianças com necessidades educativas especiais*. Gestão e Desenvolvimento, v.17-18, p.157174, 2009-2010.
- Gonçalves, M. (2006). *Necessidades e recursos de famílias de crianças portadoras de Síndrome de Down, residentes em área rural e área urbana*.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2005), *Investigação Qualitativa. Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lopes, L. (2008). *As Necessidades das Famílias de Jovens com Necessidades Educativas Especiais e sem Necessidades Educativas Especiais, Face à Escola* (Tese submetida com requisito especial para a obtenção do grau de mestre em Psicologia Educacional). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Madureira, I. & Leite, T. (2003), *Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa Universidade Aberta.
- Medeiros, Sónia, (2012). *Práticas pedagógicas de Inclusão/Exclusão de uma Escola Regular*. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/4791/1/PR%C3%81TICAS%20PEDAG%C3%93GICAS%20DE%20INCLUS%C3%83O%20EXCLUS%C3%83O%20DE%20UMA%20ESCOLA%20REGULAR.pdf> Consultado em: 25/05/18.
- Mesquita, M. H. (2002). *Uma Nova Política em Necessidades Educativas Especiais. O Decreto-Lei 319/91 - Rumo a uma Escola Inclusiva*. Revista Educare- Educere - 1º Ciclo EB: Caminhos, Atalhos e Trabalhos, 8, pp. 105-118.

- Minuchin, S. (1990). *Famílias, Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pacheco, J. (2016). *O impacto das Necessidades Educativas Especiais: Perceções dos pais e cuidadores*. Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em: [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5935/3/DM\\_Jessica%20Pacheco.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5935/3/DM_Jessica%20Pacheco.pdf) Consultado em: 30/01/2019.
- Passos, Ana J. B. de (2014). *As necessidades das famílias pela Intervenção Precoce e o Atendimento das Equipas, no Concelho da Povoação na Ilha de S. Miguel*. Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4501/1/Disserta%3%a7%3%a3o%20de%20Mestrado%20As%20necessidades%20das%20fam%3%adlias%20apoiada.pdf> Consultado em: 04/02/2019.
- Pereira, F. (1996). *As Representações dos Professores de Educação Especial e as Necessidades das Famílias*. Lisboa. Secretariado Nacional Para A Reabilitação de Pessoas com Deficiência.
- Pereira, F. (1998). *As Representações dos Professores de Educação Especial e as Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa. Secretariado Nacional Para A Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Pereira, F. e colaboradores (2018). *Para uma Educação Inclusiva: Manual de apoio à Prática*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE). Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/manual\\_de\\_apoio\\_a\\_pratica.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/manual_de_apoio_a_pratica.pdf) Consultado em: 05/04/2019.
- Pestana, A. (2015). *Famílias com necessidades educativas especiais: lutos e perdas: um estudo na Região Autónoma da Madeira (Dissertação de Mestrado)*. Universidade da Madeira, Funchal. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/925/1/MestradoAn%3%ADsia%20Pestana.pdf> Consultado em: 20/01/2019.
- Pinho, Ana C. da Silva (2017). *Realidade (s) Familiares de Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais*. Viseu. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4884/1/Ana%20Carina%20Pinho.%209403-%20Trabalho%20projeto%20final.%20mestrado%20IPCJR.pdf> Consultado em: 10/01/2019.
- Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas [REDACTED] (2013/2014 a 2015/2016). Aprovado em conselho geral a 26 de março de 2014. Disponível em: [http://agan.pt/pdf/PEA%202014\\_atualizado.pdf](http://agan.pt/pdf/PEA%202014_atualizado.pdf) Consultado em: 05/03/2019.
- Questões sobre o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Direção Geral da Educação. Disponível em: [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/faq\\_dln.54\\_ag2018.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/faq_dln.54_ag2018.pdf) Consultado em: 05/04/2019.
- Quivy, R. e Compenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Raimundo, Ana. I. V. J. (2015). *Intervenção Precoce e Perturbação do Espectro do Autismo: Necessidades e Prioridades das Famílias de crianças dos 3-6 anos de idade*. Lisboa. Disponível em: [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11587/1/Tese\\_Completa.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11587/1/Tese_Completa.pdf) Consultado em: 15/05/2019.
- Rebelo, M. C. (2011). *Concepções e práticas de professores do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico face à inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais. [Tese de Mestrado]*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Rodrigues, D. (2003). *Educação inclusiva. As boas e as más notícias*. In D. Rodrigues, Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora.
- Rosa, F. (2010). *Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no 2º Ciclo do Ensino Básico: A Perspectiva dos seus Pais. [Tese de Mestrado]* Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa.

Serrano, A. (2007). *Redes Sociais de Apoio e Sua Relevância para a Intervenção Precoce*. Porto: Porto Editora.

Silva, N. L. P. & Dessen, M. A. (2001). *Deficiência Mental e Família: Implicações Para o Desenvolvimento da Criança*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17 (2), 133-141.

Silva, M.O. (2009). *Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas*. *Revista Lusófona de Educação*, 13, 135-153.

Serra, I. (2009). *As Necessidades das Famílias de Adolescentes com Deficiência Mental*. ISPA. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4061/1/13150.pdf> consultado em: 23/04/2019.

Simões, M. (2010). *Necessidades de crianças com deficit cognitivo e motor*. Castelo Branco, IPCB. Disponível em: [https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/511/1/Mestrado\\_M\\_Isabel\\_Simões.pdf](https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/511/1/Mestrado_M_Isabel_Simões.pdf) consultado em: 20/09/18.

Soqueiro, M., Carvalho, O., Martins, R., & Pascoinho, J., (7. 02. 2017). *Necessidades das famílias em Processos de Intervenção Precoce: um estudo com famílias e profissionais*. *Revista Diálogo e Perspetivas em Educação Especial*, V.4, n.2. p.99-112.

Yin, R. K. (2005) *Estudo de caso: planejamento e métodos*, 2ªed. Porto Alegre: Bookman.

#### **Legislação:**

Decreto-Lei nº 35/90, de 25/01, Lisboa, Imprensa Nacional. In Diário da República I Série nº 21.

Decreto-Lei nº 319/91, de 23/8, Lisboa, Imprensa Nacional. Diário da República I Série, nº 193.

Decreto-Lei nº 6/ 2001 de 18 de Janeiro, Portugal.

Decreto – Lei nº 3/ 2008 de 7 de Janeiro, Portugal. Diário da República n.º 4 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa

Decreto – Lei nº 54/ 2018 de 6 de Julho, Portugal. Diário da República n.º 129/2018, Série I. Ministério da Educação. Lisboa.

Despacho 105/97,1 de Julho. Diário da República nº 149. II Série. Ministério da Educação. Lisboa.

Lei de Bases do Sistema Educativo Português, 14 de Outubro, Lei nº46/86.

## **ANEXOS**



## **Anexo A - Questionário sobre as Necessidades das Famílias**

Este questionário enquadra-se no âmbito do meu trabalho da dissertação em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, que decorre na ESE – Castelo Branco e destina-se aos pais/encarregados de educação, com crianças cabo-verdianas do 1.º CEB com Necessidades Educativas Especiais.

Tem como objetivo recolher informações a cerca das principais necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB inseridas no agrupamento de escolas [REDACTED].

Os itens deste Questionário referem-se a prováveis necessidades vividas pelas famílias de crianças com NEE.

Deste modo, agradecemos que colaborasse connosco selecionando apenas os itens que dizem respeito ao tipo de ajuda que a sua família necessita e de acordo com a seguinte escala, porque as suas respostas são extremamente importantes na conclusão do presente estudo.

1	2	3
Não necessito deste tipo de ajuda	Não tenho a certeza	Necessito deste tipo de ajuda

Para sinalizar a opção pretendida coloque uma cruz (X) no respetivo quadro.

Agradecia, também, que preenchesse a “Ficha de caracterização da Família” que acompanha o presente instrumento de recolha de dados.

Quero, desde já, garantir que serão assegurados todos os procedimentos éticos e legais, nomeadamente, a confidencialidade dos dados obtidos.

Obrigada pela sua colaboração!

### Questionário sobre as Necessidades das Famílias

NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO	1	2	3
1. Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho.			
2. Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com o meu filho.			
3. Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho.			
4. Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho.			
5. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho.			
6. Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro.			
7. Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve.			

<b>NECESSIDADES DE APOIO</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
8. Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.			
9. Necessito de ter mais amigos com quem conversar.			
10. Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com os pais de outras crianças deficientes.			
11. Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho.			
12. Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.			
13. Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho.			
14. Necessito de mais tempo para mim próprio.			
<b>EXPLICAR A OUTROS</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
15. Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos.			
16. O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho.			
17. Necessito de ajuda para saber responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre a situação do meu filho.			
18. Necessito de ajuda para explicar a situação do meu filho a outras crianças.			
<b>SERVIÇOS DA COMUNIDADE</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
19. Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho.			
20. Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade.			
21. Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho.			
<b>NECESSIDADES FINANCEIRAS</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
22. Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braile...).			
23. Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa.			
24. Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita.			
25. Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária (os referidos no ponto 20).			
<b>FUNCIONAMENTO DA VIDA FAMILIAR</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
26. A nossa família necessita de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções.			
27. A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente.			

28. A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas familiares.			
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

Dos 28 itens deste Questionário indique, até ao máximo de 10, os que na sua opinião correspondem às maiores necessidades das famílias:

Item n.º:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

5. \_\_\_\_\_

Item n.º:

6. \_\_\_\_\_

7. \_\_\_\_\_

8. \_\_\_\_\_

9. \_\_\_\_\_

10. \_\_\_\_\_

Utilize este espaço para indicar outras necessidades das famílias não contempladas nos itens anteriores:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Obrigada pela colaboração!

## **Anexo B - Ficha de caracterização da Família**

## Ficha de caracterização da Família

Preencha, por favor, os seguintes dados biográficos da sua família, com o objetivo de analisarmos as informações do “Questionário sobre as Necessidades das Famílias”.

**Parte 1** – Para começar gostaríamos de lhe colocar algumas questões acerca da sua família

1. O agregado familiar é composto por:

- Pai
- Mãe
- Irmãos. Quantos? \_\_\_\_\_
- Outros. Quem? \_\_\_\_\_

2. Qual é a sua situação familiar?

- Casado/a
- União de facto
- Este é o seu 2º casamento (família reconstituída)
- É pai/mãe solteiro/a, viúvo/a ou divorciado/a (família monoparental).
- É pai/mãe adotivo/a (família adotiva).

3. Idade:

**Pai:** \_\_\_\_ anos.

**Mãe:** \_\_\_\_ anos.

**Outro. Qual?** \_\_\_\_\_ anos.

4. Número de elementos que compõem o agregado familiar?

- Dois
- Três
- Quatro
- Cinco ou mais

## 5 - Habilitações literárias do agregado familiar:

Pai	Mãe	Outro Qual? _____
<input type="checkbox"/> Não sabe ler nem escrever.	<input type="checkbox"/> Não sabe ler nem escrever.	<input type="checkbox"/> Não sabe ler nem escrever.
<input type="checkbox"/> Menos que o 4º ano	<input type="checkbox"/> Menos que o 4º ano	<input type="checkbox"/> Menos que o 4º ano
<input type="checkbox"/> 4º Ano	<input type="checkbox"/> 4º Ano	<input type="checkbox"/> 4º Ano
<input type="checkbox"/> 6º Ano	<input type="checkbox"/> 6º Ano	<input type="checkbox"/> 6º Ano
<input type="checkbox"/> 9º Ano (antigo 5º ano)	<input type="checkbox"/> 9º Ano (antigo 5º ano)	<input type="checkbox"/> 9º Ano (antigo 5º ano)
<input type="checkbox"/> 11º Ano (antigo 7º ano)	<input type="checkbox"/> 11º Ano (antigo 7º ano)	<input type="checkbox"/> 11º Ano (antigo 7º ano)
<input type="checkbox"/> 12º Ano	<input type="checkbox"/> 12º Ano	<input type="checkbox"/> 12º Ano
<input type="checkbox"/> Bacharelato	<input type="checkbox"/> Bacharelato	<input type="checkbox"/> Bacharelato
<input type="checkbox"/> licenciatura	<input type="checkbox"/> licenciatura	<input type="checkbox"/> licenciatura
<input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____

## 6 - Qual é a sua situação perante o trabalho?

Pai	Mãe	Outro Qual? _____
<input type="checkbox"/> Desempregado	<input type="checkbox"/> Desempregada	<input type="checkbox"/> Desempregado/a
<input type="checkbox"/> Doméstico	<input type="checkbox"/> Doméstica	<input type="checkbox"/> Doméstico/a
<input type="checkbox"/> Exerce uma profissão efetiva	<input type="checkbox"/> Exerce uma profissão efectiva	<input type="checkbox"/> Exerce uma profissão efetiva
<input type="checkbox"/> Exerce uma profissão contratado	<input type="checkbox"/> Exerce uma profissão contratado	<input type="checkbox"/> Exerce uma profissão contratado
<input type="checkbox"/> Reformado	<input type="checkbox"/> Reformada	<input type="checkbox"/> Reformado/a
<input type="checkbox"/> Estudante	<input type="checkbox"/> Estudante	<input type="checkbox"/> Estudante
<input type="checkbox"/> Cumpre serviço militar obrigatório	<input type="checkbox"/> Cumpre serviço militar obrigatório	<input type="checkbox"/> Cumpre serviço militar obrigatório
Outra situação. Qual? _____	Outra situação. Qual? _____	Outra situação. Qual? _____

7. Em que domínio de actividade trabalha ou trabalhava?

Pai	Mãe	Outro Qual? _____
<input type="checkbox"/> Agricultura	<input type="checkbox"/> Agricultura	<input type="checkbox"/> Agricultura
<input type="checkbox"/> Comércio	<input type="checkbox"/> Comércio	<input type="checkbox"/> Comércio
<input type="checkbox"/> Indústria	<input type="checkbox"/> Indústria	<input type="checkbox"/> Indústria
<input type="checkbox"/> Escritórios	<input type="checkbox"/> Escritórios	<input type="checkbox"/> Escritórios
<input type="checkbox"/> Banca/Seguros	<input type="checkbox"/> Banca/Seguros	<input type="checkbox"/> Banca/Seguros
<input type="checkbox"/> Administração pública	<input type="checkbox"/> Administração pública	<input type="checkbox"/> Administração pública
<input type="checkbox"/> Construção civil	<input type="checkbox"/> Construção civil	<input type="checkbox"/> Construção civil
<input type="checkbox"/> Transportes	<input type="checkbox"/> Transportes	<input type="checkbox"/> Transportes
<input type="checkbox"/> Forças armadas/de segurança	<input type="checkbox"/> Forças armadas/de segurança	<input type="checkbox"/> Forças armadas/de segurança
Outro. Qual? _____	Outro. Qual? _____	Outro. Qual? _____

**Parte 2** - Gostaríamos agora que nos desse alguns dados relativamente ao seu filho (a)

1 - Qual é o sexo?

- Masculino  
 Feminino

2 - Idade da criança? \_\_\_\_\_

3 - Caso existam, qual é, em termos de idade, a posição da criança face aos irmãos?

- É a mais velha (a primeira)  
 É a segunda  
 É a terceira  
 É a quarta  
 Outra. Qual? \_\_\_\_\_

4 - Quais são as principais dificuldades do seu filho (a)?

- Atraso no desenvolvimento global

- Dificuldades motoras
- Dificuldades visuais
- Dificuldades auditivas
- Dificuldades na linguagem
- Dificuldades múltiplas
- Outras. Quais? \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Grau de Parentesco de quem preencheu: \_\_\_\_\_

Muito obrigada pela sua colaboração!



## **Anexo C - Pedido de autorização para realização de investigação**

Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Amadora, 11 de Fevereiro de 2019

**Assunto:** Pedido de autorização para realização de investigação

Eu, Nilce Maria Ramos Évora, natural de Cabo Verde, aluna do 2.º ano do curso de mestrado em Educação Especial na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) venho por este meio solicitar a colaboração da vossa prestigiada instituição, com intuito de realizar recolha de dados para fins de investigação relativo ao trabalho de projeto para dissertação de mestrado no curso acima referido na Escola Superior de Educação de Castelo Branco, sobre orientação da Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita.

Desta forma, penso que seria pertinente desenvolver a minha investigação nessa instituição de ensino, atendendo ao fato de ser o agrupamento que alberga a maior população escolar de origem africana e cabo-verdiana em particular, tendo como objetivo central desta solicitação, conhecer as principais necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.º CEB incluídas no agrupamento de escolas [REDACTED], no âmbito de uma investigação subjugada ao tema: “Necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.º CEB em Portugal”, cujos dados recolhidos na vossa prestigiada instituição serão indispensáveis para a referida investigação.

Ainda, garantiremos a confidencialidade dos dados recolhidos e, em momento algum os participantes serão identificados, bem como comprometemos que o funcionamento do bom nome da vossa instituição não será posto em causa.

Por motivos éticos e deontológicos, assumo deste já o compromisso de devolver os resultados obtidos do referido estudo que porventura poderá ser um instrumento relevante para a melhoria do processo de integração das crianças de origem imigrante.

De referir que o referido estudo pretende recolher os dados através de questionário junto dos pais/encarregados de educação cabo-verdianos das crianças com NEE no 1.º CEB incluídas no agrupamento.

Ciente de que merecerá uma atenção especial da vossa excelência e, de poder contar com a sua prestimosa colaboração, queira aceitar os antecipados agradecimentos.

Com os meus melhores cumprimentos

Nilce Maria Ramos Évora

[REDACTED]

## **Anexo D - Consentimento Informado aos Pais**

### Consentimento Informado aos Pais

Eu, **Nilce Maria Ramos Évora**, natural de Cabo Verde, aluna do 2.º ano do curso de mestrado em Educação Especial-Domínio Cognitivo e Motor, que decorre na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) venho por este meio solicitar a sua colaboração na participação num inquérito por questionário para fins de investigação, sobre orientação da Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita.

O questionário será aplicado individualmente e poderá ser efetuado na escola do seu educando ou num local da sua preferência (sua casa, café ou parque), no decorrer, se possível, do presente mês e terá a duração aproximada de 30 minutos.

A investigação tem como objetivo recolher informações a cerca das principais necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1.ºCEB inseridas no agrupamento de escolas [REDACTED].

Todos os dados transmitidos ao longo deste estudo, serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para fins académicos. Os participantes não serão identificados em nenhum momento, e os resultados serão apresentados de forma global.

A decisão de participar, ou não, é de forma voluntária.

Deste modo, agradecemos que colaborasse connosco, porque as suas respostas são extremamente importantes na conclusão do presente estudo.

Aceito participar no inquérito por questionário \_\_\_

Não aceito participar no inquérito por questionário \_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de Maio de 2019.

Assinatura do encarregado de Educação

\_\_\_\_\_  
Contacto  
\_\_\_\_\_

Agradecemos a vossa importante colaboração neste estudo.

Nilce Maria Ramos Évora, Lisboa 2019

[REDACTED]

[REDACTED]

